

Ana Maria Paim Camardelo
Caroline Ferri
Mara de Oliveira
(Org.)

*Perspectivas Teórico-práticas
da Conjuntura Política
e Social Brasileira:*

UM DEBATE FEMINISTA



Perspectivas teórico-práticas da conjuntura política e social brasileira: um debate feminista

Ana Maria Paim Camardelo
Caroline Ferri
Mara de Oliveira
(Org.)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-Presidente:

José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:

Nilda Stecanela

Diretor Administrativo-Financeiro:

Candido Luis Teles da Roza

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Nilda Stecanela (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Perspectivas teórico-práticas da conjuntura política e social brasileira: um debate feminista

(Org.)

Ana Maria Paim Camardelo

Mestra (1997) e Doutora (2009) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente na Universidade de Caxias do Sul (UCS), nos cursos de graduação em Serviço Social e mestrado e doutorado em Direito Ambiental. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), da Universidade de Caxias do Sul, e compõe o Grupo de Pesquisa CNPq Cultura Política e Políticas Públicas e Sociais, atuando principalmente nas áreas de estudos de vulnerabilidade e risco social, assistência social, meio ambiente, políticas públicas e sociais, políticas públicas ambientais, resíduos sólidos e metodologia de pesquisa.

Caroline Ferri

Mestra (2006) e Doutora (2012) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Direito. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: poder político, modelos e críticas da democracia, déficit democrático, participação política, teorias feministas do direito

Mara de Oliveira

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professora aposentada da Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, conselhos municipais, direitos socioambientais, política pública de assistência social, intersetorialidade, mulheres, pobreza.



© das organizadoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

P467 Perspectivas teórico-práticas da conjuntura política e social brasileira [recurso eletrônico]: um debate feminista / organização Ana Maria Paim Camardelo, Caroline Ferri, Mara de Oliveira. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

Vários autores.
Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN 978-85-7061-940-2

1. Mulheres – Aspectos sociais. 2. Mulheres - História. 3. Identidade social. I. Camardelo, Ana Maria Paim. II. Ferri, Caroline. III. Oliveira, Mara de.

CDU 2. ed.: 316.346.2-055.2

Índice para o catálogo sistemático:

1. Mulheres – Aspectos sociais	316.346.2-055.2
2. Mulheres - História	94-055.2
3. Identidade social	316.454.2

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95001-970 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax PABX (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

Apresentação.....	6
1 A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos	10
Jane Cruz Prates	
2 A busca da “perfeição” estética refletida nas imagens publicitárias: excessos, consumo e mulheres reais	25
Caroline Ferri	
Ana Oliveira Rovati	
3 A auto-organização das mulheres como estratégia para ocupação dos espaços públicos: um olhar à luz da Teoria do Reconhecimento em Nancy Fraser	50
Raquel Cristina Pereira Duarte	
Camila Tomazzoni Marcarini	
4 Sistemáticas opressões nos modelos universalistas: uma análise interseccional materialista histórica	71
Amélia Coelho Rodrigues Maciel	
Nathalia Assmann Gonçalves	
5 A arte como meio de resistência das mulheres negras nos espaços públicos: a busca pela releitura de um sistema opressor	87
Caroline Ferri	
Natasha Mandela Marchelli Ribeiro	
6 Protagonismo das mulheres na construção da profissionalização do catador em Caxias do Sul	101
Ana Maria Paim Camardelo	
Nilva Lúcia Rech Stedile	
Alais Benedetti	
7 Análise das condições de saúde de agricultoras residentes em Vacaria e Muitos Capões – RS 119	118
Nilva Lúcia Rech Stedile	
João Ignácio Pires Lucas	
Tatiane Rech	
Débora Nunes Pinto	
Sobre as autoras e autor	138

Apresentação

O presente livro integra o projeto de pesquisa: “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais”, aprovado pelo Edital Universal/2016/CNPq, coordenado pela Profa. Ana Maria Paim Camardelo. Possui, como objetivo central, dar visibilidade aos (des)compassos na construção de identidade social desses trabalhadores, aliando-se a uma tentativa mundial de obter o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, este livro parte do pressuposto de que o enfrentamento às várias formas de opressão vivenciadas pelas mulheres e a visualização de alternativas somente são possíveis através do diálogo coletivo efetuado *por* e *entre* diferentes pares de sujeitos ocupantes de distintos espaços.

Nesse sentido, a presente coletânea se articula, a partir da ideia de que as conjunturas políticas e sociais estão vinculadas. Assim, analisar as questões referentes a opressões das mulheres exige uma compreensão acerca dos momentos e temas vinculados com a história das mulheres. O texto que inicia este livro, de autoria de Jane Cruz Prates, evidencia essa necessidade:

Os momentos de encontros, de debate, de reflexão e articulação coletiva para fazer frente aos processos de desmonte de direitos são, sem dúvida, espaços de resistência e energias, reconhecermos que o fortalecimento das mulheres é fundamental para contribuir com novas formas de sociabilidade. (Prates, p. 8, Cap. 1).

Esse artigo, denominado *A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos* contextualiza, analiticamente, a conjuntura brasileira (com elementos presentes na realidade política e econômica mundial). A interpretação da autora se faz, como ela afirma, “a partir de um lugar de classe trabalhadora, de mulher, assistente social, professora e militante, que tem compromisso com a luta pela garantia de direitos e, mais, com as lutas anticapitalistas”. Buscando ancoradouro no método marxiano, a pesquisadora aponta retrocessos: vive-se em um “contexto de desmonte, de intolerância à diversidade e avanço desmedido do capital sobre o trabalho, especialmente se temos a clareza das profundas sequelas sociais subjacentes a esses processos, cujas repercussões se farão sentir por longa data”. Instalou-se no Brasil uma espécie de “terremoto neoliberal radical” extirpador de conquistas sociais incluindo aqueles espaços de participação popular, que “fragmenta forças,

destitui espaços organizativos, naturaliza processos de desigualdade, banaliza a violência e criminaliza toda forma de mobilização, que se coloque contrária a esse processo”.

Na sequência, tem-se o texto denominado *A busca da “perfeição” estética refletida nas imagens publicitárias: excessos, consumo e mulheres reais*, edificada por Caroline Ferri e Ana Oliveira Rovati. O objetivo elencado é “discutir a sujeição estética na qual estão inseridas as mulheres, por meio de ilustrações publicitárias”. As autoras demonstram que, na sociedade contemporânea, as ilustrações publicitárias têm sido “exageradamente manipuladas, contrariamente à percepção predominante, tornam as feições da pessoa fotografada irreais, fictícias. Por conseguinte, o molde por ela engendrado é inalcançável”. Foi erigida uma idealização do corpo feminino ideal, perfeito, aderido por parcelas significativas da população, o que estimula a “procura, em grande escala, de dietas, procedimentos estéticos variados [...], a obsessão por exercícios físicos muitas vezes danosos à saúde, incluindo a psíquica. Idealização projetada como metáforas não apenas de beleza, mas de poder e *status*”.

O terceiro texto, chamado *A auto-organização das mulheres como estratégia para ocupação dos espaços públicos: um olhar à luz da Teoria do Reconhecimento em Nancy Fraser*, escrito por Raquel Cristina Pereira Duarte e Camila Tomazzoni Marcarini, se propõe a analisar a experiência de auto-organização das mulheres no movimento feminista anticapitalista, a partir de conceitos estabelecidos pela Teoria Bidimensional de Justiça, preconizada por Nancy Fraser, “visando à superação da desigualdade de gênero”. As autoras entendem que a “hierarquização existente na sociedade gera a subordinação que, por sua vez, é oriunda tanto de questões econômicas de má-distribuição quanto de questões de desrespeito e desprestígio cultural, que geram o não reconhecimento de *status* social”. Enxergam na Teoria Bidimensional de Justiça o “respaldo necessário para analisar o surgimento dos novos movimentos sociais, ou das novas formas de organização social e, principalmente, das novas reivindicações por justiça social, juntando o enfoque teórico com a prática social”.

Sistemáticas opressões nos modelos universalistas: uma análise interseccional materialista histórica, construído por Amélia Coelho Rodrigues Maciel e Nathalia Assmann Gonçalves, o exame, centrado no “materialismo histórico-dialético” se faz enquanto crítica à abordagem das tradicionais teorias da justiça, em relação às opressões. Para isso, abordam “a relação entre a

essência desigual da sociedade e a aparência de igualdade do direito”. Problematizam sobre o que chamam “mito da universalidade nas teorias de justiça”, que supostamente abarcaria todos os indivíduos, assinalando haver uma “carência de representatividade de grupos minoritários e de inclusão das interpretações interseccionais nas instituições”. Entendem que isso gera exclusões decorrentes da homogeneização imposta pelo sistema e que essa “pasteurização dos sujeitos gera a abstração das identidades e dos poderes gerando formadores, uma cultura opressora, como o patriarcado”.

O texto seguinte, *A arte como meio de resistência das mulheres negras nos espaços públicos: a busca pela releitura de um sistema opressor*, Caroline Ferri e Natasha Mandela Marchelli Ribeiro refletem acerca do papel que a mulher negra exerce nos espaços públicos e como a presença de diversas manifestações artísticas, no cotidiano das cidades, representadas por políticas públicas, podem agir como forma de resistência da luta do movimento feminista negro. Nesse, provêm a identificação das “expressões artísticas, como bens de resistência das mulheres negras àquela ideologia machista e racista”. Há um pressuposto de que as “artes são recursos infalíveis, que criam microssistemas de resistência dos artistas e da população, em tempos sombrios de opressão e isolamentos”. A arte, nesta perspectiva, pode ser instrumento de “contrapoder, desafiando as instituições patriarcais consolidadas, com incursões artísticas em questões relacionadas à identidade de gênero”.

O capítulo denominado *Protagonismo das mulheres na construção da profissionalização do catador em Caxias do Sul*, desenvolvido por Ana Maria Paim Camardelo, Nilva Lúcia Rech Stedile e Alais Benedetti realiza, a partir de relato histórico, a participação das mulheres no manuseio de resíduos sólidos, tendo como espaço geográfico a cidade de Caxias do Sul/RS. Reforçam a essencialidade dos catadores como agentes ambientais nas políticas de gestão dos resíduos sólidos urbanos, diante do que defendem a necessidade da definição de “políticas de inclusão desses sujeitos, por meio de incentivos fiscais, para a criação e garantia de infraestrutura de associações e cooperativas”. Como um dos produtos da pesquisa, chegam à conclusão de que a edificação das associações de recicladores constitui “uma baliza na profissionalização do catador e, tendo as mulheres como protagonistas dessas instituições, pode-se perceber que são relevantes para a inserção da mulher na esfera pública. Sendo assim, pode-se considerar as associações como espaço de luta, tanto dos catadores como das mulheres [...]”.

O texto final, denominado *Análise das condições de saúde de agricultoras residentes em Vacaria e Muitos Capões – RS*, escrito por Nilva Lúcia Rech Stedile, João Ignácio Pires Lucas, Tatiane Rech e Débora Nunes Pinto, traz dados e análises quanto ao uso de agrotóxicos para o controle de pragas e ervas daninhas. Isso afeta, negativamente, os trabalhadores do campo, “mas também as pessoas que vivem em áreas circunvizinhas às plantações, os consumidores dos produtos e a população em geral, na medida em que os agrotóxicos alcançam a água”. Particularmente, em relação às mulheres, “por questões fenotípicas e genéticas, os agravos dos agrotóxicos sobre a saúde podem ser considerados maiores”.

Exemplo disso se faz em relação às informações que indicam que o “maior consumo é do agente ativo *glifosato*, que, além de ser cancerígeno, provoca alterações na estrutura do DNA e nas estruturas cromossômicas das células humanas. Isso ilustra os efeitos que pode provocar sobre a saúde feminina”. Agregado a isso deve ser referido que, apesar de os riscos a que os trabalhadores rurais, homens e mulheres, são submetidos sejam iguais, a dupla jornada de trabalho feminino e os afazeres, como a lavagem dos Equipamentos de Proteção Individuais, comumente sob a responsabilidade das mulheres, “significam outra exposição direta, aumentando seu efeito tóxico sobre o organismo”.

O presente livro, ainda que não esgote as possibilidades de discussão acerca das conjunturas sociais e políticas e a opressão das mulheres, possibilita reflexões acerca dos temas abordados nos capítulos.

A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos

Jane Cruz Prates

1 Introdução

O presente artigo é fruto de exposição realizada na Universidade de Caxias do Sul (UCS), no Seminário intitulado – Conjuntura Brasileira e a Ocupação dos Espaços Públicos pelas Mulheres, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito daquela universidade, quando realizamos profícuos debates. Foi publicado originalmente na revista *Textos e Contextos* (Porto Alegre) em 2017, e aqui o reapresentamos com a inclusão de mais alguns dados e reflexões. Na ocasião, fomos convidadas a realizar uma análise da conjuntura.

Inicialmente, é importante destacar a dificuldade de dar conta do desafio de falar da conjuntura atual brasileira, em primeiro lugar pelo volume de informações de toda ordem, que nos chegam diariamente sem, necessariamente, nos informar; em segundo lugar, pela complexidade e adversidade do momento presente, marcado pelo avanço avassalador do conservadorismo, do retrocesso, no que concerne à garantia de direitos, que nos deixa perplexos, desencantados, sem fôlego.

Mesmo assim, precisamos enfrentar o desafio e falamos sempre, a partir de um lugar que nos condiciona. No nosso caso, falamos a partir de um lugar de classe trabalhadora, de mulher, assistente social, professora e militante, que tem compromisso com a luta pela garantia de direitos e, mais, com as lutas anticapitalistas.

É necessário reconhecer que, apesar das adversidades, que não são poucas, logramos algumas vitórias; a questão social se expressa não só a partir de desigualdades, mas também de lutas e estratégias de resistência, empreendidas por aqueles e aquelas que as vivenciam e que almejam sua superação. Nesse sentido, reiteramos as palavras do Prof. Carlos Nelson Coutinho (1994), quando ressalta que qualquer vitória do trabalho sobre o capital, por pequena que seja, precisa ser saudada. Os momentos de encontro, de debate, de reflexão e articulação coletiva, para fazer frente aos processos de desmonte de direitos são, sem dúvida, espaços de resistência. É preciso que busquemos forças no coletivo, para realimentar nossas energias e

reconhecemos que o fortalecimento das mulheres é fundamental para contribuir com novas formas de sociabilidade.

Conforme Musto (2018, p. 139), Marx, em carta dirigida ao companheiro Friedrich Sorge, em 1880, destacou que os trabalhadores jamais poderiam ser livres num sistema de produção baseado no trabalho assalariado; que sua emancipação só seria possível a partir da conquista dos meios de produção e que “a classe trabalhadora devia lutar ativamente contra todo o tipo de discriminação, em particular a racial e a de gênero, e dedicar-se a pôr fim à submissão das mulheres em relação aos homens”.

Na mesma direção, Antunes, na apresentação do livro *Para além do capital*, de István Mészáros (2002), destaca o rigor, a densidade e solidez da obra do autor que apresenta teses centrais, entre as quais

[...] as indicações analíticas feitas em relação tanto à questão feminina, ou seja, a efetiva emancipação da mulher das diversas formas de opressão, bem como a temática ambiental (literalmente vital), caracterizada pelo combate à destruição sem precedentes da natureza. Ambas não podem ser integradas e incorporadas de maneira resolutiva pelo capital e seu sistema de sociometabolismo, encontrando, por isso, suas efetivas possibilidades de realização ao articularem-se ao potencial emancipatório do trabalho, convertendo-se, deste modo, em movimentos emancipatórios dotados de uma questão específica (*single issue*), que se integram ao processo de auto-emancipação da humanidade. (ANTUNES apud MÉSZÁROS, 2002, p. 19).

Sofremos profundamente com esse contexto de desmonte, de intolerância à diversidade e avanço desmedido do capital sobre o trabalho, especialmente se temos a clareza das profundas sequelas sociais subjacentes a esses processos, cujas repercussões se farão sentir por longa data.

Construir é bem mais demorado e trabalhoso do que destruir, um terremoto destrói em segundos o que uma comunidade inteira levou anos para construir. A destruição ocasionada no caso de Mariana levará muitas gerações para recupera-se; não há recursos que deem conta de tamanho prejuízo.

Nessa direção passamos a uma recuperação dos processos contraditórios que estamos vivendo no Brasil, especialmente após o golpe.

2 Uma breve análise do contexto atual brasileiro e suas contradições

Vivemos no Brasil uma espécie de terremoto neoliberal radical, que nos retira conquistas duramente conquistadas e especialmente espaços de

participação para nos contrapormos a esse desmonte e, ainda, fragmenta forças, destitui espaços organizativos, naturaliza processos de desigualdade, banaliza a violência e criminaliza toda forma de mobilização, que se coloque contrária a esse processo. Reduzem-se os espaços de participação e amplia-se o estado penal.

Mas Marx, na obra *A guerra civil na França*, ao analisar a derrocada sangrenta da Comuna de Paris, massacrada por lideranças corruptas, que falavam em nome da “ordem, da justiça e da civilização”, apoiadas por burguesias nacionais e a mídia burguesa, que manipulava o imaginário social, tachando os insurgentes de baderneiros e incendiários, argumenta que

a civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Em tais momentos essa civilização e essa justiça mostram o que são: selvageria sem máscara e vingança sem lei. Cada nova crise que se produz na luta de classes entre os produtores e os apropriadores faz ressaltar esse fato com maior clareza. (MARX, 1948, p. 106).

Esse país, de dimensões continentais, historicamente foi espoliado por colonizadores, viveu longos processos de escravidão, patrimonialismo, coronelismo, ditadura, constituiu um capitalismo tardio e dependente e muito recentemente vem construindo uma jovem, mas ainda frágil democracia. A Constituição de 1988, foi um marco nesse processo, resultado das lutas dos anos 1980, período de abertura à chamada década perdida para a economia, mas um momento de efervescência dos movimentos sociais, que tensionavam por direitos. Alguns importantes avanços foram gravados na Carta Magna, fruto dessa luta, resultado de muitas disputas, e o tripé da seguridade social é um deles. Mas, para termos políticas públicas, que sejam realmente efetivas, é preciso recursos, estrutura, pessoal capacitado e controle da sociedade.

Contudo, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, seguiu-se a década de 1990 marcada pela implantação das políticas de recorte neoliberal no Brasil, um projeto que se contrapunha à Constituição Cidadã, pois para dar conta do tripé da seguridade era necessário um Estado forte, compromissado com o social, e o neoliberalismo, na sua contramão, apregoa exatamente o contrário, um Estado mínimo para o social e intensos processos de privatização, inclusive de serviços essenciais.

Esse projeto, capitaneado por FHC, que intensificava o processo de privatizações e desconsiderava os avanços constitucionais, foi interrompido pela vitória de Lula. Radicalmente? Infelizmente não, mesmo porque os governos Lula e Dilma, embora de caráter popular, eram governos de coalisção, ou seja, tinham na sua composição uma forte participação do PMDB, um partido camaleão, que, embora sem lideranças mais significativas eleitas pelo voto popular, vem mantendo-se em todos os governos, com posturas híbridas, mas sempre pendendo para a predominância dos interesses do capital sobre o trabalho.

Não sejamos ingênuos, numa sociedade capitalista, no âmbito da social democracia, nada que se confronte diretamente com a lógica e os interesses do capital será implementado a não ser por via revolucionária. É preciso reconhecer que as conquistas parciais e restritas, que logramos como trabalhadores, assim como as políticas, são contraditórias, no caso das primeiras são fruto da luta, mas também de concessões. As últimas são espaços de resistência, mas também de conformação. Reconhecer a existência da contradição, como negação inclusiva e parte dos processos, é fundamental para que se tenha clareza do que está em disputa sistematicamente.

Por outro lado, é também importante reconhecer que os governos Lula e Dilma, embora compostos por grupos de centro direita, tinham a clara opção e intenção política de incidirem sobre a desigualdade, sobre a pobreza, sobre a fome, sobre a renda dos mais pobres, sobre a proteção de crianças, adolescentes e das juventudes. Tinham o compromisso de equacionar direitos das mulheres, da população LGBTTs, da população negra, da população indígena, respeitando suas particularidades. Era um projeto que exigia um Estado social forte e o enfrentamento a forças que se opunham a esses avanços, apesar dos seus limites. Como contraponto, é preciso também reconhecer que este governo não realizou as necessárias reformas estruturais, manteve intacto o oligopólio da mídia nacional e não investiu na politização e organização da classe trabalhadora. (SINGER; LOUREIRO, 2016).

As propostas capitaneadas pelos governos Lula e Dilma iam ao âmago da questão social? Evidentemente não, porque sua estrutura não era atingida, as oligarquias presentes no próprio governo e no Legislativo não permitiriam, mas mesmo de modo restrito, incidiam sobre algumas condições materiais de existência da classe trabalhadora, criavam espaços de participação e valorizavam o trabalho com processos sociais, que poderiam ter cunho emancipatório, dependendo do modo como fossem direcionados. Como toda política social num

Estado social democrata, atendiam aos interesses do capital e também aos interesses do povo trabalhador, mas não oprimiam o poder de pressão das massas, força fundamental para que as demandas da classe trabalhadora se constituíssem como questão social, ou seja, para que tivessem a força necessária para problematizar necessidades coletivas ampliando direitos. E tivemos avanços inegáveis nesse período em termos de garantia de direitos em diversas áreas, mas, em especial, na da proteção social, em que pese todas essas contradições que estamos aqui pontuando e tantas outras que, no espaço de um artigo, não é possível esgotar.

Nas últimas eleições, o País já vivia um momento delicado de esgotamento das políticas anticíclicas implementadas pelos governos Lula e Dilma, para enfrentamento da brutal crise internacional que impactava todos os países do mundo. Tivemos uma eleição apertada no Brasil, com vitória do campo popular, por pouca diferença, o que deixou inconformada a oposição e com a desvalorização das *commodities* no mercado internacional, a situação econômica se agrava, intensificada pela busca incessante da oposição associada a uma mídia burguesa conservadora e manipuladora, de desvalorizar, minar as ações de governo, cumprindo um papel ideológico de desestabilizar o governo recém-eleito pelo povo, para retomar o projeto neoliberal radical, que não fora concluído na era FHC e que perdera as eleições.

O antipetismo fazia parte dessa receita, algo totalmente nocivo a uma jovem democracia, o que se expressou de modo contundente nas eleições que ocorreram logo a seguir, com abstenções elevadíssimas e um avanço nefasto da direita, no âmbito dos municípios. É nesse contexto de manipulação midiática, desestabilização, crise política e econômica que o então vice-presidente Temer apresenta o Plano Ponte para o Futuro.

O Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GTEMPP) da PPGSS da PUCRS se debruçou sobre isto que chamaram de plano, embora não partisse de diagnósticos, dados, etc., o que seria comum a qualquer plano, mas de pressupostos. Realizamos um processo de análise documental, e a primeira coisa que nos saltou aos olhos foi a total ausência da participação popular no referido plano, nenhuma referência à gestão conjunta entre governo e sociedade é mencionada; ao contrário, o plano menciona, isto sim, uma comissão de notáveis para decidir sobre a continuidade ou não de projetos, sobre a avaliação do financiamento, sem considerar qualquer instância de controle social ou cogestão, conforme estabelecido pela Constituição e, mais,

criticava contundentemente os percentuais garantidos à Educação e à Saúde constitucionalmente e que nós também almejávamos para a Política Pública de Assistência Social, porque não se faz políticas públicas sem recursos, sem estrutura física e sem trabalhadores e trabalhadoras. (PRATES, 2016).

Conselhos setoriais, de direitos, Conferências, instâncias importantes de participação popular não são sequer mencionados no Plano Ponte para o Futuro, é como se não existissem, instâncias de suma importância para a participação popular e o controle social. E mais, o Plano já destacava a necessidade da primazia do político sobre o jurídico, abrindo a porta para romper com os avanços instituídos legalmente, com as conquistas gravadas na Constituição, com os direitos garantidos, criando as bases para o retrocesso que, hoje, infelizmente, vemos materializar-se.

As brutais reformas que estão aí, usurpando os nossos direitos, aprovadas na calada da noite, à revelia da população, são parte do resultado dessa verdadeira morte anunciada. As negociatas que envolveram milhões para a compra de votos de deputados, a fim de que apoiassem medidas antipopulares, fizeram parte de nosso cotidiano em 2017, com impactos na mídia internacional. Em 2018, o processo de desmonte tem continuidade, somado a novas denúncias de corrupção, envolvendo diretamente o nome do presidente e o governo Temer, amarga uma avaliação negativa de 82% dos brasileiros, segundo o Datafolha, o pior desempenho de um presidente já registrado pelos institutos de pesquisa.

O Plano foi disponibilizado no *site* de várias federações industriais estaduais brasileiras ao meio empresarial, enquanto Dilma ainda ocupava a presidência e Temer era seu vice; portanto, a nova política fiscal que hoje congela os investimentos federais para os próximos 20 anos, que desmonta as universidades públicas, que inviabiliza, progressivamente, a manutenção de sistemas como o SUS e o SUAS, que corta bolsas de pesquisa reduzindo a produção intelectual do País, e as nefastas reformas trabalhista e previdenciária já estavam anunciadas, sob o falso discurso de serem todas necessárias ao desenvolvimento do País. (PRATES, 2016).

Sem dúvida medidas como estas interessavam ao meio empresarial, porque os níveis de flexibilização, que perpassavam o plano e a falsa austeridade assumida para atrair os mercados, têm o lucro como elemento central, portanto falam a mesma linguagem e colocam o social em posição caudatária.

Mas, contraditoriamente, esse mesmo governo que justifica através da crise o fato de reduzir drasticamente os investimentos nas Políticas de Assistência, Saúde ou Educação, gasta milhões para comprar votos de parlamentares, através da liberação de emendas para impedir que o presidente ilegítimo seja investigado por crime de corrupção, como requer o Ministério Público. Protege-se, portanto, vergonhosamente usando dinheiro público.

É importante lembrar que, durante as crises, precisamos de mais proteção social, não do corte de recursos exatamente nessa área, quando a população mais precisa do Estado. Até o FMI reconhece que estas medidas de extrema austeridade, como as adotadas na Grécia, em 2008, não geraram bons resultados, porque ampliaram a desigualdade, a violência e o desemprego, o que não é bom para a economia, mesmo se colocarmos o acento apenas no econômico, o que já é uma análise restrita.

Segundo a Nota Técnica número 2, do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp (Cecon) (BASTOS; WELLE; OLIVEIRA, 2017), a partir dos dados do IBGE não se verifica nenhum impacto positivo na economia, da austeridade adotada no Brasil, mas apesar da política econômica houve em 2017 uma supersafra e o crescimento acentuado das exportações, porém o consumo das famílias continuou em declínio.

Bastos, Welle e Oliveira (2017), autores da nota alertam que a oferta agrícola e as exportações geram expansão de renda, porém, se o investimento é determinado pela confiança na política econômica, este aspecto pode ser considerado negativo, porque o investimento continua caindo. Para os autores a recuperação do consumo das famílias é retardado em função do alto desemprego, da lenta recuperação do rendimento médio real, do medo provocado pela reforma trabalhista e do comprometimento da renda familiar com o endividamento. Por fim destacam que, mesmo havendo a retomada do crescimento nesse contexto de reformas, será muito lento em razão do novo regime fiscal e do aprofundamento da desigualdade. Quanto às exportações, destacam ainda que a redução de investimentos em infraestrutura e em formação educacional, em razão da austeridade, reduz significativamente a capacidade de competitividade.

Para Rossi e Dweck (2016, p. 1) No círculo vicioso da austeridade, cortes do gasto público induzem à redução do crescimento, que provoca novas quedas da arrecadação e exige novos cortes nos gastos.

Ademais, não podemos falar em desenvolvimento sem a inclusão de mulheres, negros, índios, LGBTTs; não podemos falar em desenvolvimento se oprimimos as manifestações populares, se criminalizamos as lutas sociais, se não escutamos a população, se não garantirmos o atendimento de suas necessidades fundamentais. Estamos diante da retomada de um modelo de gestão autoritária e concentradora, que caminha para um profundo retrocesso nos níveis de sociabilidade o que não podemos aceitar passivamente.

A proteção social precisa ser parte da concepção de desenvolvimento e, portanto, prioridade no planejamento nacional; precisa ser garantida para todos, mas especialmente para aqueles que mais necessitam do Estado, por sua condição de ciclo vital, por sua histórica discriminação, apartação e não reconhecimento do seu lugar na sociedade, como daqueles e daquelas cuja inclusão na sociedade se deu historicamente de modo subalterno e precário, como é o caso das mulheres. Políticas efetivamente inclusivas, que ampliem espaços de participação são absolutamente necessárias.

Não há proteção social sem protagonismo, sem participação, sem que o povo seja ouvido, consultado, sem que seja parte integrante do processo decisório. O diálogo permanente entre o executivo, os movimentos sociais e os fóruns populares é fundamental.

Estamos vivendo tempos muito adversos. O avanço do conservadorismo, da intolerância, da negação do direito à livre-expressão da diversidade humana, a crescente violação de direitos é simplesmente assustadora e vem sendo cada vez mais naturalizada, banalizada. Por outro lado, as acusações moralizadoras, desmedidas, sem a necessária materialidade de provas e sem a possibilidade do direito de defesa, conforme previsto na Constituição, mostram o quão complexo é o equacionamento desses processos.

E nesse sentido a proteção social também atua, porque trabalha com processos sociais auxiliando no seu desocultamento, numa análise que não privilegie o fragmento, mas considere a conexão de múltiplas determinações e reconheça a presença da contradição, como parte inclusiva dos mesmos.

As manifestações em prol do *impeachment* de Dilma explicitaram esse conservadorismo de forma muito clara e que aflora e cresce também na sociedade civil de modo preocupante. A eleição de Trump nos EUA fortalece o crescimento político de sujeitos homofóbicos, antifeministas, autoritários e fascistas, como Bolsonaro, no Brasil, que tem número de seguidores significativo especialmente entre a juventude, o que é mais grave. Essas desgraças precisam

ser barradas no seu nascedouro, Trump para nós precisa ser um alerta, os americanos estão lá amargando com Trump, porque desconsideraram o seu crescimento ao longo do processo.

Retrocessos como a redução da maioria penal e o armamento da população estão na pauta de sujeitos como esse, estão também na pauta do DEM, partido do presidente da Câmara. Pautas que vão totalmente na contramão do que defendemos.

A elite brasileira e sua pequena burguesia é extremamente conservadora e se incomoda de ver o avanço no âmbito dos direitos para todos os trabalhadores. Se incomoda porque, caso a subserviência seja reduzida nesse País, fica mais difícil encontrar quem se sujeite a qualquer relação e condição de trabalho, que se sujeite ao sobretrabalho avassalador que causa adoecimento físico e mental ao trabalhador, que se sujeite a desmandos e aviltamentos. Quer, portanto, de volta os direitos como moeda de troca, como favor que concede ao povo trabalhador, como benesse que pode ser ofertada de qualquer forma, com qualquer qualidade, por qualquer pessoa não qualificada e que tem como resposta o “eterno agradecimento” das massas.

Soma-se a isto o interesse do capital por algumas dessas políticas, como saúde e educação, por exemplo, que são ótimos nichos de mercado, uma vez privatizadas, de olho nos vultosos lucros que podem render ao capital. Em recente entrevista, como candidato à presidência do Brasil, amplamente divulgada pela mídia nacional, Bolsonaro afirmou sua intenção de privatizar todas as estatais.

A opção dos governos populares de Lula e Dilma em investir no social fizeram com que os gastos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) passassem de 0,89% do PIB em 2006 para 1,26% do PIB em 2015. Pela nova regra implementada por Temer, esse indicador cairá para 0,70% em 2036, ou seja, em termos percentuais os recursos serão menores do que os dotados em 2006, afirma o Ipea.

Somente na área da assistência social, que tomamos como exemplo para avaliar o impacto assustador da Lei 55/2016 ou Lei do Congelamento, em 20 anos amargaremos uma perda da ordem de 54% para a Política de Assistência Social, cujos recursos hoje já são parcos para dar conta do que o Brasil necessita em termos de proteção social.

Esse estudo faz uma projeção com base nos valores de setembro de 2016 e, no final de duas décadas, as perdas seriam da ordem de 868 bilhões para

financiamento da Política. Essas são estimativas conservadoras, o que é reconhecido pelos próprios pesquisadores do Ipea, uma vez que nessa estimativa não foi prevista a necessária expansão de serviços e programas.

Já a Nota Técnica 28 do IPEA analisa os impactos do congelamento de gastos, em relação à saúde no Brasil e ressalta os prejuízos causados pela desvinculação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS), da receita corrente líquida, além da redução do gasto público *per capita* e o provável aumento das iniquidades no acesso a bens em serviços e saúde, o que sem dúvida dificulta a efetivação do direito à saúde no País.

Além das maiores dificuldades de acesso, especialmente pelos estados mais pobres e que mais dependem das transferências de recursos da União, seguramente, aponta a Nota Técnica, será crescente a judicialização da saúde, agravando ainda mais o desequilíbrio social, já imenso no Brasil. (IPEA, 2016a). O Sistema Único de Saúde, por sua vez, que já vem enfrentando dificuldades extremas para garantir o atendimento universal e integral, sofrerá um estrangulamento progressivo em razão do ajuste fiscal comprometendo drasticamente o direito à saúde no país.

Portanto, as Notas Técnicas 27 e 28, divulgadas pelo Ipea (BRASIL, 2016), relativas aos impactos do ajuste fiscal nas políticas de Saúde e Assistência Social, confirmam o profundo e perigoso retrocesso ao qual está submetido o Estado, na medida em que afirmam que o congelamento de gastos por 20 anos, adotado pelo atual governo, comprometerá os avanços realizados em relação ao combate à pobreza, à desigualdade e a promoção da cidadania, atingindo em cheio Programas como o BPC, PBF e os Sistemas SUS e SUAS, que colocaram o Brasil em outro patamar civilizatório. (ABRASCO, 2016).

Se tomarmos o orçamento da Capes, para perceber um pouquinho desse impacto na educação, podemos afirmar que as perdas põem em risco bolsas de pesquisa de mestrado, doutorado e produtividade, apoio ao financiamento de pesquisas e eventos científicos, pois desde 2015, a Capes vem perdendo 1 milhão por ano de seu orçamento, somam-se 3 milhões de redução nos três últimos anos e a previsão para a execução orçamentária de 2018 é de aproximadamente 40% a menos do que o executado em 2017.

É importante observamos os dados relativos ao Ensino Superior, nos governos Lula e Dilma. No período foram criadas 18 Universidades Federais, e o FIES atendeu a 1,3 milhões de pessoas com financiamento. O número de estudantes no Ensino Superior que, em 200, era de 583 mil passou para

1.087.400 de estudantes em 2013, representando 58,4% de jovens de 18 a 24 anos. Em 2004 apenas 16,7% de estudantes negros (pretos e pardos) frequentavam o Ensino Superior; esse percentual cresceu para 45% em 2014. Esse processo ocorreu em todas as regiões do País, embora ainda mantendo desigualdades regionais: No Sul subiu de 50,5% para 72,2%; no Norte, de 17,6% para 40% e no Nordeste subiu de 16,4% para 45,5%. (BRASIL, 2015).

A reforma trabalhista aprovada em julho de 2017, que entrou em vigor em novembro do mesmo ano, alterou mais de 100 pontos da CLT, entre os quais: a prevalência do acordado sobre o legislado, a possibilidade que mulheres grávidas e lactentes trabalhem em locais insalubres, a regulamentação do trabalho intermitente, além de incidir sobre férias, plano de carreira, trabalho em casa e jornada de trabalho. Os trabalhadores de nível superior, que percebem mais do que duas vezes o piso da previdência, perdem o direito à representação sindical nas negociações e passam a tratar de seus acordos individualmente. Em síntese, agravam-se as condições e amplia-se a precarização do trabalho, a partir da flexibilização.

No que se refere às mulheres, que são maioria no emprego precário, na informalidade e que ganham menos, a partir do governo Temer há um discurso ideológico quanto à necessidade de permanência da mulher em casa, o que corrobora a justificativa de pagamentos inferiores de salário e trabalho ainda mais precário. Desde o início deste governo ilegítimo, a ausência de mulheres nos Ministérios já mostrava o lugar que ocuparia a mulher nessa gestão, ou seja, um não lugar.

Os recursos para mulheres vítimas de violência sofrem cortes da ordem de 61%, passando de 42,9 milhões para 16,7 milhões e são reduzidos de 11,5 milhões para 5,3 milhões os recursos destinados a incentivos para a autonomia das mulheres. (MONTEIRO, 2017).

Essa fragilização imposta pela austeridade amplia as possibilidades de transferência de valor e de mais-valia da periferia para os centros capitalistas, conforme esclarece a teoria da dependência, reproduzindo o processo de subalternização.

As medidas de austeridade, tomadas pelo governo Temer, mencionadas anteriormente, que vêm repercutindo na ampliação da precarização do trabalho, da saúde, da assistência social, da educação, da moradia, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, do cuidado com as reservas nacionais, somadas ao envolvimento em denúncias de corrupção de significativa parcela do primeiro

escalão de governo, onde se inclui o próprio presidente, também corroboraram sua queda de popularidade; em 2018, já mencionada, chegou a níveis nunca antes vistos no Brasil. Por outro lado, Lula, mesmo acusado de corrupção, recebia apoio de muitas lideranças internacionais e permanecia à frente nas pesquisas de intenção de votos para as eleições presidenciais previstas para outubro deste ano. Era preciso, portanto, acelerar os processos de julgamento e de condenação de Lula, e isso foi feito rapidamente para barrar qualquer possibilidade de impedir o acesso direto dos grupos oligárquicos ao poder. Hoje, Lula mesmo preso, mantém a liderança absoluta nas pesquisas sobre a intenção de votos para presidente, a realizar-se em outubro de 2018, seus índices chegaram a 39% segundo Ibope e Datafolha. Esse fenômeno que vem sendo acompanhado de perto pela mídia internacional, no entanto, também precisava ser ocultado e, nas últimas pesquisas realizadas, nas primeiras semanas de setembro de 2018, o nome de Lula foi retirado das opções de voto, pelos dois Institutos.

3 À guisa de uma breve totalização provisória

Como vimos, as perdas nesse curto espaço de tempo analisado, sem a pretensão de tentar esgotar esse processo que, infelizmente, tem se acirrado a cada dia, a partir de novas estratégias da classe dominante para barrar as críticas e culpabilizações seletivas realizadas pelo Judiciário, as vistas grossas a processos de corrupção escandalosos, que envolvem o governo golpista, incluindo o presidente, a manipulação cada vez mais acintosa da mídia, para barrar as candidaturas de resistência, fazem com que a conjuntura nos surpreenda cotidianamente.

Ao perder as eleições nas urnas, a oposição decidiu retomar o poder a qualquer custo, porque os resultados para o capital já não estavam mais a contento, queriam explorar mais, queriam a implantação mais radical das políticas de recorte neoliberal; então, não era mais suficiente utilizar a conciliação barganhada com o governo popular a seu serviço, queriam administrar diretamente seus interesses.

Por sua vez, diante de todo o desmonte avassalador, vimos uma mobilização pequena da classe trabalhadora, apesar de tudo o que perdíamos e continuamos perdendo, mostrando a constituição de subjetividades capturadas, subalternizadas, conformadas à lógica do capital. São múltiplas as determinações

que se articulam para configurar essa situação desastrosa que impacta na falta de organicidade da classe, em razão do refinamento de processos manipulatórios que dificultam a construção de uma intersubjetividade, que se reconheça como classe trabalhadora, somados à captura da subjetividade dos trabalhadores, cada vez mais engenhosa em tempos de vida *just in time*. (ALVES, 2011).

Embora a luta de classes não se explicita como tal e se manifeste sistematicamente, porque a disputa é amortecida pelos processos de captura e algumas vezes invisibilizada, além de outras formas de apaziguamento e conciliação que nela impactam, o antagonismo de classes é permanente, para além da própria consciência. Os refluxos da luta não significam a negação desse antagonismo, embora impactem diretamente nas possibilidades de organização, de mobilização, de ampliação da consciência e de capacitação para enfrentamentos de diferentes níveis de complexidade exigidos pela luta. Mas o exercício da participação em movimentos, espaços organizativos e greves, com todos os refluxos e desmontes, ainda é um espaço muito importante para essa construção, que precisa urgentemente ser revalorizado.

Preocupa-nos, sobremaneira, o avanço absurdo do candidato fascista, de extrema direita, Jair Bolsonaro, que lidera as pesquisas de intenção de votos, uma vez negada a possibilidade de Lula concorrer às eleições de outubro de 2018, nos dizeres de Juremir Machado, jornalista gaúcho e professor universitário, esse sujeito faz a leitura do que acontece na vida pela vida da simplificação, tornando o complexo falsamente simples, por meio de uma redução dos fatores que adensam qualquer situação. Diz Machado (2018), em relação a Bolsonaro, que considera uma “mentalidade”

[...] se há violência contra os cidadãos que cada um receba armas para se defender, [...] se há bandidos nas ruas que a polícia possa matá-los sem que as condições de cada morte sejam examinadas [...] Bolsonaro encarna o pensamento do homem medíocre, o homem mediano que não assimila explicações baseadas em múltiplas causas. Se há miséria a culpa é da preguiça dos miseráveis [...] se há manifestações é por falta de ordem.

Preocupa-nos do mesmo modo possíveis artimanhas posteriores para impedir, no caso de uma vitória da candidatura popular, que o novo presidente eleito assuma efetivamente os rumos do País. Essas são questões que, em tempos tão bicudos, sem dúvida, nos assombram.

Mas, “apesar de você” como diz Chico Buarque muitos de nós, nos mais diversos espaços, tecemos teias de resistência, na expectativa de que amanhã

“seja outro dia”, teias essas construídas através de nossos debates, de nossas pesquisas, de ocupações, de mobilizações e de lutas. Reconhecemos que o momento é difícil e perigoso, mais uma razão para estarmos unidos e unidas, em especial as mulheres, que, embora muitas vezes ocultadas por uma cultura machista, sempre estiveram presentes de modo marcante nas sublevações operárias, nos processos revolucionários e não será nesse momento adverso que esmorecerão.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ABRASCO. Notas técnicas do IPEA evidenciam desastre social proposto pela PEC 241. **Notícia**, 2016. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BASTOS, Pedro P.; WELLE, Arthur; OLIVEIRA, Ana Luiza de. Nota Técnica número 2. Há uma recuperação sustentada da economia brasileira? O PIB de 2017 e o peso da austeridade. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/UNICAM**, julho de 2017. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/Nota2_Cecon_Retificada.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2017.

BRASIL. **Governo do Brasil**: educação. Brasília, 2015. Disponível em: <www.brasil.gov.br/educacao/2015/12>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. Ipea. **Nota Técnica n. 27**. Os impactos do novo regime fiscal para financiamento do Sistema Único de Assistência Social. 2016. Disponível em: <[http://www.nt_27_IPEA_regime_fiscal_assuistencia_social\(1\).pdf](http://www.nt_27_IPEA_regime_fiscal_assuistencia_social(1).pdf)>. Acesso em: 7 maio 2017.

BRASIL. Ipea. **Nota Técnica n. 28**. Os impactos do novo regime fiscal para financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.nt_27_IPEA_regime_fiscal_saude.pdf>. Acesso em: 7 maio 2017.

CAPES. Presidente da Capes fala do orçamento e dos desafios à Pós-Graduação. **Notícia**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa>> notícias, 2017. Acesso em: 15 abr. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre democracia e cidadania. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, 1994.

MACHADO, Juremir. Bolsonaro é uma mentalidade. **Revista Fórum**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/juremir-machado-bolsonaro-e-uma-mentalidade/>>. Acesso em: 8 set. 2018.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Ed. da Unicamp/Boitempo Editorial, maio de 2002.

MONTEIRO, Maria Julia. Governo Temer, um ano de retrocesso para as mulheres. **O Professor**, São Paulo, n. 405, Simpro-abc, 2017. Disponível em: <www.simpro-abc.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MUSTO, Marcelo. **O velho Marx**: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883). São Paulo: Boitempo, 2018.

PRATES, Jane Cruz. As ameaças do tempo presente aos direitos conquistados: uma morte anunciada. **Revista Texto e Contextos**, Porto Alegre, Edipucrs, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/is>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos. **Revista Texto e Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2016. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/is>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos no novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, Fiocruz, n. 32, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

2

A busca da “perfeição” estética refletida nas imagens publicitárias: excessos, consumo e mulheres reais

Caroline Ferri
Ana Oliveira Rovati

1 Introdução

As descrições e interpretações realizadas neste artigo, tendo como sujeitos de investigação mulheres, visam a efetuar problematizações sobre a busca da “perfeição” estética – socialmente estabelecida –, refletida nas ilustrações publicitárias contemporâneas. Essas, muitas vezes exageradamente manipuladas, contrariamente à percepção predominante, tornam as feições da pessoa, por exemplo, fotografada, irreais, fictícias. Por conseguinte, o molde por ela engendrado é inalcançável.

A idealização,¹ por parte significativa da população, do corpo feminino retratado como se ele fosse real, possível de ser atingido, gera resultados negativos, pois estimula a procura, em grande escala, de dietas, procedimentos estéticos variados (cirúrgicos e não cirúrgicos), a obsessão por exercícios físicos muitas vezes danosos à saúde, incluindo a psíquica. Idealização projetada como metáforas não apenas de beleza, mas de poder e *status*. A aderência se dá diante de certa idolatria:

Nas nossas sociedades o corpo tende a tornar-se uma matéria-prima a modelar segundo o ambiente do momento. É doravante, para um grande número de contemporâneos, um acessório da presença, um lugar de encenação de si próprio. A vontade de transformar o próprio corpo tornou-se um lugar-comum. A versão moderna do dualismo difuso da vida quotidiana opõe o homem ao seu próprio corpo, e não, como antigamente, a alma ou espírito ao corpo. (LE BRETON, 2004, p. 4).

Além desses pressupostos, os demais questionamentos e análises aqui exibidos compreendem que cada momento histórico define e reproduz características peculiares de referências, indicando maneiras de “ser, pensar, sentir e imaginar” (IANNI, 2001), formando estereótipos simbolicamente representados, que incidem sobre a vida social.

¹ Idealização, conscientemente edificada pelos construtores dos significados de tal imagem.

Sendo as ponderações acerca do tempo presente, é imprescindível que primeiramente seja identificadas certas características da sociedade atual, compondo a Parte 2. Em seguida, Parte 3, explicita-se a inserção da publicidade, especialmente as imagens por ela desenvolvidas, na propagação de modelos (o que abrange vestimentas, acessórios, calçados, maquiagem, cabelo, estética corporal, alimentos, relações amorosas, etc.). Nessa mesma parte, em 3.1 exibem-se imagens e declarações encontradas *online*, como reproduções sociais de espelhos a serem copiados e seguidos.

2 Algumas características da sociedade contemporânea

O incentivo ao individualismo e a exposição do privado no espaço público são atributos particulares deste tempo. Com uma redução dos limites da privacidade, as pessoas se expõem e são expostas através de palavras, de objetos, do próprio corpo. Conjugadamente a isso, há uma “[...] padronização de um modo de vida baseado no consumo exacerbado [hiperconsumo],² mesmo que esse não esteja acessível a todos”. (OLIVEIRA, 2005, p. 155).

Para que tais premissas sejam assimiladas, é preciso essencial articulação de “[...] modos disseminadores e reprodutores de suas ideias e aspirações – ideologicamente engendradas como sendo de toda a sociedade –, capazes de garantir sua hegemonia”. (OLIVEIRA, 2005, p. 154). Isso, consoante outros momentos históricos, define certa representação simbólica/social,³

² Sobre o hiperconsumo sugere-se as inferências realizadas por Lipovetsky (2007) e Lipovetsky; Serroy (2015) que analisam as fases do capitalismo de consumo. A primeira alcunhada *de capitalismo artista restrito* (englobando o primeiro século do capitalismo de consumo, até a Segunda Guerra Mundial), momento do surgimento das grandes lojas de departamentos, os shoppings, a publicidade, o cinema e a indústria audiovisual. A segunda (1950-1980), nominada *capitalismo artista estendido*, a lógica artística “ganha em poder econômico e se difunde no design, na moda, nas indústrias culturais”. E, por último, a terceira fase da “excrecência dos mundos das artes” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015), é o hiperconsumo potencializado. O capitalismo triunfante, vitrinas mágicas, grandes espetáculos, as chamadas catedrais de consumo (uma nova religião, do belo, do corpo, da moda), alta-costura, do *streamlyne syle*, do *star-system*, etc.

³ “Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma Representação Social [ou simbólica] é a organização de imagens e linguagens, porque ela realça e simboliza atos e situações que [...] nos tornam comuns”. (MOSCOVICI, 1978, p. 25). Em outras palavras: “A representação social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação.” (MOSCOVICI, 1978, p. 28). Assim, o “modo mesmo de sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação

estabelecendo “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as comunicações e as condutas”. (JODELET, 2002, p. 36).

A organização das comunicações e das condutas vem gerando

[...] novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório [...] ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e de trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, sentir e imaginar. (IANNI, 2001, p. 13).

Dito de outra forma, estamos “[...] vivenciando um corte na história que altera as formas de ser e estar no mundo”. (SIBILIA, 2016, p.15).

A exposição da vida cotidiana de maneira pública demanda ao indivíduo a necessidade de estar (ou aparentar) com a existência impecável dentro do padrão desejado:⁴ profissional, familiar, corporal, emocional. Requer, ainda, ter acesso a bens recém-lançados. Juntos, evidenciam a conquista da imagem identificada como perfeita.

Isso gera uma incessante cadeia de veleidades, associadas psiquicamente como imperativos, como indispensáveis, como sinônimos de felicidade.⁵ A

social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais. É quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações são formadas”. (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1997, p. 20). Diante disso, pode-se inferir que as relações sociais ou simbólicas fundam “um conjunto de proposições, reações e avaliações que dizem respeito a determinados pontos, emitidas aqui e ali, no decurso de uma pesquisa de opinião ou de uma conversação, pelo ‘coro’ coletivo de que cada um faz parte, queira ou não. Esse coro é, muito simplesmente, a opinião pública, nome que lhe era dado outrora e em que muitos viam a rainha do mundo e o tribunal da História. [...] Mas essas proposições, reações ou avaliações estão organizadas de maneira muito diversa segundo as classes, as culturas ou os grupos e constituem tantos *universos de opiniões* quantas classes, culturas ou grupos existem”. (MOSCOVICI, 1978, p. 67).

⁴ Tal exposição é validada tanto para os sujeitos que servem de modelos quanto para aqueles que aderem a esses.

⁵ Estudos de autores de distintas áreas de conhecimento têm referenciado a hodierna ideia da aquisição da felicidade como algo natural a ser obrigatoriamente alcançado na vida presente (distinto de outras épocas históricas em que somente era possível após a morte). Estar bem, feliz, tornou-se obrigação: “O direito à felicidade transformou-se em imperativo de euforia, criando todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade”. (BAUDRILLARD, 1995, p. 50).

pressão invisível, porque inerente à representação simbólica, induz o alcance a objetos, a mudanças corporais e sociais, provas da adesão ao arquétipo de existência estipulada.

Então, os bens almejados de serem adquiridos/usufruídos abarcam diferentes facetas, tais como: aqueles de ordem material (celular, carro, eletrônicos, roupas e calçados específicos, bens em geral); os com vínculo ao aspecto físico (procedimentos estéticos diversos, implantes, cirurgia plástica, tintas de cabelo, cremes faciais, malhação, maquiagem, etc.); os ligados a experiências⁶ (viagens, festas, gastronomia, entre outros).

Importa ressaltar, mesmo não sendo delimitação deste artigo (o que exigiria reflexões e contrapontos a compor outros textos),⁷ que o artefato ou a personificação pretendida, conforme Colin Campbell, articula e inter-relaciona ilusão e realidade, promessa e concretização:

O discernimento essencial que se exige é a compreensão de que os indivíduos não procuram tanta satisfação dos produtos quanto o prazer das experiências auto-ilusivas que constroem com significações associadas. A atividade fundamental do consumo, portanto, **não é a verdadeira seleção, a compra ou uso dos produtos, mas a procura do prazer imaginativo a que a imagem do produto se empresta, sendo o consumo verdadeiro, em grande parte, um resultante desse hedonismo “mentalístico”**. Encarada dessa maneira, a ênfase tanto na novidade quanto na insaciabilidade se torna compreensível. (CAMPBELL, 2001, p. 130, grifo nosso).

Ou seja, a aspiração “é experimentar na vida real os prazeres vivenciados na imaginação, e cada novo produto é percebido como oferecendo uma possibilidade de realizar essa ambição”. (BARBOSA, 2004, p. 53).

Em resumo, trata-se, de forma mais generalizada, de uma sociedade centrada diretamente na ação de consumir, executada pelo prazer propiciado

⁶ Apenas como referência, a ser aprofundada em futuro ensaio, indica-se a leitura de Lipovetsky; Serroy (2015) que tratam, na quarta parte de seu livro, “O império do espetáculo e do divertimento”, acerca do mundo das indústrias criativas e de como essas vêm transformando o mundo das imagens, que ao suplantarem as experiências sensoriais, estimulam o divertimento. Isso, para os autores, estaria edificando uma nova cultura da espetacularização, de imagens, de comunicação, de lazer: “É uma hipercultura midiático-mercantil, que se constrói não apenas com as indústrias do cinema, da música ou da televisão, mas também com a publicidade, a moda, a arquitetura, o turismo. Uma cultura que tem como característica implantar-se sob o signo hiperbólico da sedução, do espetáculo, da diversão de massa.” (2015, p. 236).

⁷ Ver: Barbosa (2004); Baudrillard (1995); Campbell (2001; 2007); Le Breton (2004; 2007); Lipovetsky (2007; 2009); Sibilia (2008); Türccke (2014); Lipovetsky; Serroy (2015).

por essa. Não há, nessa perspectiva, um fim maior que não seja a premência (por vezes obsessiva) ao consumo.

Contudo, na lógica hegemônica em vigor, não basta obter o cobiçado, esse precisa ser publicizado ao maior número de pessoas. É o alcance do desejo visualizado por muitos que oferece ao possuidor um *status* positivo, um reconhecimento social, uma sensação de poder: a espetacularização da intimidade, que não só deve ser exibida, mas apreendida como autêntica, legítima, fundindo-se o “extremamente privado” e o “absolutamente público”. (SIBILIA, 2016).

Explica-se. A sociedade contemporânea estimula (com aceite e adesão de parcelas significativas da população) o compartilhamento e a exposição pública de situações privadas, incitando o sentimento obrigatório de estar bem, de diversão permanente, de prestígio social, que demonstre condição de prosperidade, de vitória, de superioridade, logo, veiculadora de *status* enxergado como promissor.

Isso colabora no anseio de consumo ostensivo das pessoas “[...] meio de afirmação social e de definição de identidade”. (MARTINS, 2003, p. 36-37).

Em síntese: “A verdade é que a força da indústria cultural reside em seu acordo com as necessidades criadas e não no simples contraste quanto a estas, seja mesmo o contraste formado pela onipotência em face a impotência.” (ADORNO, 2002, p. 30).

Apesar da breve caracterização sobre a sociedade contemporânea acima efetuada, é possível identificar que muitas são as explicações sobre o que a constituem, formas de consumo, características e o que essa vem originando/reproduzindo na cotidianidade da vida social e individual dos sujeitos.

Para essa produção, privilegiam-se discussões acerca da exposição de imagens publicitárias enquanto marcos de beleza (especificados na moda e na imitação a celebridades), enquanto fundantes de arquétipos coletivizados, destarte, a serem copiados, ponderadas na Parte 3.

3 Exposição de imagens: o estabelecimento de protótipos de beleza

A moda e a imitação a celebridades – amplo mercado para venda de intermináveis artefatos – e, junto a essa, a fotografia publicitária, contribuem, essencialmente, na sensação (a ser incessantemente pretendida) de que a vida é

primorosa, “mágica”, fugaz e desejos (ideologicamente arquitetados e amplamente difundidos pelos espaços midiáticos) podem ser plenamente alcançáveis. O consumo é um dos recursos para atingir este ideal.

Tal atividade exhibe um mundo negocial constituidor do “império do efêmero” (LIPOVETSKY 2009) que, na intenção final mercadológica, induz à sedução, que teria como resultado o prazer da compra caracterizado pelo seu imediatismo, pela celeridade e efemeridade:⁸ tudo é breve, para esse momento, assim como é descartável. A moda

instala-se em pé de igualdade com o perecível; esgota-se na **busca obstinada do sucesso imediato**, tendo por critério último a curva das vendas e a massa da audiência. Isso não impede obras “imortais”, mas a tendência global é outra, caminha para a obsolescência integrada, para a **vertigem do presente sem olhar para o amanhã**. Essa primazia do presente aparece doravante até na arquitetura rítmica dos produtos culturais, dominados cada vez mais pelo **êxtase da celeridade e do imediatismo**. Por toda a parte, o precipitado ritmo publicitário prevalece. (LIPOVETSKY, 2009, p. 245-246).

Como decorrência tem-se, consoante Lipovétsky (2007), uma relação de consumo hedonista o que torna os indivíduos “coleccionadores de experiências” sensitivas ou estéticas, lúdicas ou comunicacionais, mas, sempre fugazes, incessantes.

Mesmo que determinadas estratégias de *marketing* agreguem a importância do valor pessoal, da não discriminação, da deferência com o outro, dos cuidados com a biodiversidade, do assentimento ao que é natural e a gêneros orgânicos essas são utilizadas “não porque as modas seriam agora dirigidas e controladas de ponta a ponta – o que não tem nenhum sentido –, mas porque cada produção funciona como publicidade para uma outra”. (LIPOVETSKY, 2009, p. 243).

Associados à moda encontram-se alguns protótipos de beleza como, por exemplo, a magreza ou o *derriere* avantajado, o que vem definindo um culto ao

⁸ O mercado demanda movimento, conseqüentemente, não existe uma “economia frívola sem a ação sinérgica dessas finalidades culturais maiores que são o conforto, a qualidade estética, a escolha individual, a novidade”. (LIPOVETSKY, 2009, p. 211). A variabilidade da oferta e da procura frívola da novidade faz com que o valor dessa e o desejo para tê-la estejam acima da real necessidade.

corpo considerado impecável,⁹ caracterizador de um “indivíduo móvel, o indivíduo-órbita zapeando as coisas na esperança, muitas vezes frustrada, de zapear sua própria vida”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 70).

Na pretensão de aproximação ao molde instituído, amiúde, simulam-se ou representam-se personagens.¹⁰ Mesmo com diferenças (magreza ou coxas/nádegas grossas/avantajadas) o que há em comum nesses dois modelos é que ambos os corpos devem aparentar força física, juventude, vigor, robustez, dinamicidade, energia, a serem adquiridos de qualquer forma (exercícios físicos e/ou procedimentos estéticos). Diante disso, pode-se assegurar:

Não obstante todas as turbulências que nos últimos anos o têm sacudido — e, sem dúvida alguma, o estão transformando — o corpo humano não parece ter se libertado das dolorosas amarras que ao longo dos tempos o confinaram. Ao contrário, novas e mais poderosas forças sócio-culturais

⁹ A busca pelo enquadramento aos moldes sociais como vêm confirmando várias investigações científicas: “[...] parte do princípio de que as investidas para ter/manter uma aparência bela são mais notáveis em classes sociais de médio e alto poder aquisitivo, por meio da visível e expressiva remodelagem corporal, assim demonstrada pela atenção despendida por estudiosos em documentar tais conhecimentos. Contudo, observamos que tais investimentos aparecem também em grupos sociais de menor poder aquisitivo, expressam-se em arranjos diversos, como apresentados em estudo anterior: “[...] nas escolhas de suas vestimentas, no uso de apetrechos para valorizar seus cabelos, nas pinturas para realçar olhos, boca e unhas, nas atitudes de deixar de comer e fazer ginástica, além das demonstrações verbais nas conversas entre elas [...] Tais mensagens revelam que, mesmo em classes populares que não têm a possibilidade de despende um alto investimento financeiro, não deixam de acompanhar as tendências da moda, consumir produtos e atribuir alto valor para a aparência física”. (NICOLINO, 2012, p. 165). Logo, o culto ao corpo se atualiza nas diferentes classes sociais de forma semelhante. Neste estudo verificamos tal cuidado também expresso em linguagens corporais normatizadoras, presentes nas manifestações do grupo. (NICOLINO, 2012, p. 84).

¹⁰ Concorde-se com os argumentos de Michel Foucault (1987, p. 126), quanto ao forte desempenho do controle do corpo estabelecido com a modernidade, que devem ser dóceis e úteis: “Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. [...] Não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos, atitude, rapidez. [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. São o que podemos chamar as disciplinas”. Destarte, utilizando verbetes, disciplinas da área da saúde (educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, medicina, nutrição, odontologia, psicologia, etc.), em nome da saúde do bem-estar criam e indicam regras, procedimentos, padrões de peso e aparências, valores de definição e controle dos corpos através de “um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram, voltados para a educação da gestualidade, a correção do corpo”. (GOELLNER, 2003, p. 35).

emergem dispostas a escravizá-lo, apesar da diversidade e da riqueza das experiências subjetivas, e de todas as estratégias individuais ou coletivas que sempre desafiam tais tendências. (SIBILIA, 2006, p. 40).

No caso da fotografia,¹¹ esta tem como uma de suas principais características o fato de ela, por si só, nunca ser uma realidade verossímil, senão um recorte, uma interpretação do fotógrafo somado a recursos técnicos como iluminação, ângulos, enquadramento, entre outros. Portanto, de fato, não é real.

Diversamente do que a crença popular empenha, a imagem fotográfica, desde seu surgimento, sempre passou por retoques e manipulações. Contudo, o que se questiona é a maneira como o mercado (via publicidade) tem se apropriado de ferramentas cada vez mais desenvolvidas (como o *Photoshop*), para construir personificações distantes de uma possível realidade humana, porém se aproveitando da crença da veracidade da imagem pelo espectador.

Pode-se assegurar que a preocupação em adequar-se a critérios coletivizados de beleza se faz presente na sociedade desde seu surgimento. Cada período histórico foi caracterizado, incluindo suas preferências estéticas.¹² Conseqüentemente, a centralidade na “perfeição” física atualmente requerida se faz no entendimento de que o corpo

¹¹ Para maiores esclarecimentos sobre fotografia ver Dubois (2012, p. 15). Em conformidade a esse autor, “a foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação, o resultado de um fazer e de um saber fazer, uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto finito), é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico, uma imagem, se quisermos, mas em trabalho, algo que não é possível conceber fora de suas circunstâncias, do jogo que a anima, sem comprová-la literalmente: algo que é, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma imagem-ato, estando compreendido que esse ‘ato’ não se limitava trivialmente apenas ao gesto da produção propriamente dita da imagem (o gesto da ‘tomada’), mas inclui também o ato de sua recepção e de sua contemplação”.

¹² Imagens representativas disso podem ser citadas: a estátua da Mulher de Willendorf (ou Vênus) na Pré-História, projetando um corpo com seios, barriga e vulva volumosos, significando a maternidade; na Antiguidade, Vênus de Milo (Afrodite) com e seios fartos e quadril largo, símbolo da fertilidade; o Renascimento apresenta a mulher, traduzida na pintura, com cabelos alvos, pele clara, pescoço longo e ombros e peitos fortes; no século XIX apesar de as curvas ainda predominarem como estilo, surge o espartilho, acessório identificador de um protótipo que dá forma de ampulheta ao corpo da mulher, com a cintura bastante fina em contraste com os braços carnudos e pernas fortes. Para a apreensão da história das representações do corpo/beleza feminino, ver: Eco (2004); Louro; Neckel; Goellner (2003); Le Breton (2007); Lipovetsky (2000); Priore (1988; 1997; 2000); Sant’Anna (1995); Vigarello (2003; 2005; 2006).

é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir, por exemplo, o que é considerado como corpo belo, jovem e saudável. Representações estas que não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, se expressa, se produz e é produzido. (GOELLNER, 2003, p. 29).

Indiferentemente da época em questão, o que deve ficar claro é a preocupação existente, nas distintas gerações, em legitimar poder e bem-estar através de aparência estética em geral.

Especificamente quanto ao século XX e, em sequência, o XXI, em anuência a Humberto Eco (2004) há, com certeza, a coexistência de distintos ideais de formosura naquilo que ele chama de dupla censura:

A primeira (cesura) é entre modelo e modelo, no curso do mesmo decênio. Só para dar alguns exemplos, o cinema propõe nos mesmos anos o modelo da mulher fatal personalizado por Greta Garbo e Rita Hayworth e aquela da “mocinha da casa ao lado”, personalizado por Claudette Colbert ou por Doris Day. Oferece como herói do Oeste o maciço e virilíssimo John Wayne e o mansueto e vagamente feminino Dustin Hoffman [...] Os “mass media” são totalmente democráticos, oferecem um modelo de Beleza para quem já é dotado de graça aristocrática e outro para a proletária de formas opulentas [...]. A segunda cesura parte o século (XX) em dois. Ao fim e ao cabo, os ideais de beleza a que se remetem os “mass media” nos primeiros sessenta anos do século XX referem-se a propostas das artes “maiores”. Damas das telas como Francesca Bertini ou Rina de Liuri são parentes próximos das mulheres languescientes de D’Annunzio; as mulheres que aparecem na publicidade nos anos 20 ou 30 remetem à beleza forte e floral, do “Liberty” ou do “Art Déco”. (ECO, 2004, p. 418).

Entretanto, a defesa aqui veiculada, apesar da concordância com o “politeísmo da beleza” (ECO, 2004), parte da suposição, em aquiescência aos autores e inferências acima, que determinados arquétipos são eleitos,¹³ mesmo

¹³ “Desde o início do século XIX, na Europa, multiplicavam-se os ginásios, os professores de ginástica, os manuais de medicina que chamavam a atenção para as vantagens físicas e morais dos exercícios. [...] Nos finais do século, mulheres começam a pedalar ou a jogar tênis [...]. Perseguiu-se tudo o que pudesse macular o papel de mãe dedicada exclusivamente ao lar. Era como se as mulheres estivessem se apropriando de exercícios musculares próprios à atividade masculina. [...] A elegância feminina começou a rimar com saúde. [...] No início do século XX, tem início a moda da mulher magra. Não foi apenas uma moda, foi também [...] uma obsessão pelo emagrecimento. [...] A chamada ‘boa aparência’ impunha-se. Os bons casamentos sobretudo

que de forma efêmera, como maior ênfase para serem imitados e reproduzidos, originando, inclusive, certa tradição de copiar o chamado padrão de celebridades. Constituem figuras midiáticas projetoras de sucesso e de triunfo, usadas até sua exaustão. Como modelos de celebridades apresentam-se as Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Gisele Bündchen



Figura 2 – Beyoncé



Fonte Figura 1: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/7509-gisele-bundchen#foto-145547>

Fonte Figura 2: <https://www.instagram.com/p/BaYH9ntnwrC/?hl=pt-br&taken-by=beyonce>

As celebridades, indicadas nas Figuras 1 e 2, protótipos de grande adesão, contemplam dois moldes bastante diferenciados. A primeira, Gisele Bündchen, conhecida das passarelas internacionais, aposentada dessa função desde 2016, representa a magreza: 1,79 metro e, em torno de 53 quilos. A segunda, Beyoncé, cantora pop norte-americana, traduz a “gostosa” coxas grossas, *derriere* avantajado: 1,69 metros e em torno de 60 quilos. Apesar das diferenças, em comum, consoante ao já referido, aparentam força física, juventude, vigor, robustez, dinamicidade, energia, resultado, também, de muitas horas de malhação.

dependiam dela. Olhos e boca, agora, graças ao batom industrializado, passam a ser o centro de todas as atenções. [...] Graças ao cinema americano, novas imagens femininas começam a multiplicar-se”. (PRIORE, 2000, p. 61-63).

As famosas, onde está associado um nome, um rosto, um corpo, tornam-se uma marca, o que valida a divulgação de mercadorias:

Graças à supremacia das imagens, instaurou-se a tirania da perfeição física. Daí a multiplicação de fábricas de “beleza” cujo pior fruto é a clínica de cirurgia plástica milagrosa [ou as academias de ginástica]. [...] Hoje, todas querem ser magras, leves, turbinadas. Num mundo onde se morre de fome, grassa uma verdadeira lipofobia. [...] A indústria cultural ensina às mulheres que cuidar do binômio saúde-beleza é o caminho seguro para a felicidade individual. **Nessa perspectiva, o sujeito serve ao corpo em vez de servir-se dele.** [...]. (PRIORE, 2000, p. 89-98, grifo nosso).

Como parte disso, a mídia manipula as imagens, “a tal ponto que as pessoas são reduzidas a meras coisas que aqueles que delas dispõem podem colocá-las por um instante no céu para logo em seguida jogá-las no lixo [...].” (ADORNO, 2002, p. 44).

Observa-se que

A propaganda passa a estimular imagens de indivíduos vencedores na competição instituída pelo mercado de trabalho: roupas, calçados, bolsas e pastas de grife, sabonetes, perfumes e desodorantes que sugerem requinte e glamour, cosméticos de marcas famosas, etc., passam a constituir o próprio corpo do indivíduo, formam sua imagem como uma espécie de segunda natureza ou de máscara colada em sua pele. (CHAUI, 2005, p. 295).

Então, apesar de o ser humano ter tido, historicamente, uma preocupação estética, na contemporaneidade é perceptível que a difusão/anuência a protótipos supera a sua verdadeira utilidade, tendo a propaganda como sua voraz repassadora:

Ainda que a hora seja do “conceito” e da comunicação criativa, ainda que já não baste fazer belos e atraentes cartazes, a estética permanece um eixo [primordial do trabalho publicitário]. Valorização plástica do produto, fotos caprichadas, interior de luxo, refinamento dos cenários, beleza dos corpos e dos rostos, a publicidade poetiza o produto e a marca, idealiza o trivial da mercadoria. Qualquer que seja a importância tomada pelo humor, erotismo ou extravagância, a arma clássica da sedução, a beleza, não deixa de ser amplamente explorada. (LIPOVETSKY, 2009, p. 218).

Para que os enunciados representados na publicidade modelem e serializem os indivíduos, esses devem tornar-se consumidores. Reafirma-se: o consumo não apenas de objetos mas, também, de bens imateriais, com o imaginário o onírico que tenha a possibilidade de aumentar sensações

agradáveis na mente. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Nesse sentido, a mídia em seu variado sistema de comunicação funda

uma espécie de muro de linguagem que propõe ininterruptamente modelos de imagens através dos quais o receptor possa se conformar – imagem de unidade, imagens de racionalidade, imagens de legitimidade, imagens de justiça, imagens de beleza, imagens de cientificidade. Os meios de comunicação falam pelos e para os indivíduos. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 68).

Os modos de ser, pensar, sentir e imaginar (IANNI, 2001) são repassados nas maneiras de vestir, portar, falar, relacionar-se. Ferramentas de edificação da subjetividade, permanentemente reconstruída. Mostra disso é condensada por Felix Guattari e Suely Rolnik (2005), quando eles apontam que as “pessoas vão ao cinema para se ver, numa sequência de imagens que mais do que argumentos lhes entrega gestos, rostos, modos de falar e caminhar, paisagens, cores”. (p. 244).

A apropriação do repassado pela mídia se dá quando os indivíduos se reconhecem nas imagens e nas falas havendo identificação, proximidade e ressignificação com a mensagem. Por isso, é imprescindível a escolha do sujeito que veiculará a comunicação, visto que esse gera

imagens daquilo que é apropriado em termos de modelos sociais, comportamentos sexuais, estilo e aparência. Assim, fornece recursos para a formação de identidades e apresenta novas formas de identidade nas quais a aparência, o jeito de ser e a imagem substituem coisas como a ação e o compromisso na constituição de identidade, daquilo que alguém é. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 333).

No alcance daquilo que é almejado como obrigatório, a felicidade,¹⁴ com o poder, na ideia de *servir ao corpo, em vez de servir-se dele*, muitas mulheres aderem ao que concebe-se como abusos. Os altos índices de procedimentos estéticos (invasivos¹⁵ e não invasivos),¹⁶ o aumento significativo, entre outros, de

¹⁴ Felicidade, que “tem de ser reinventada e ninguém detém as chaves que abrem as portas da Terra Prometida”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 370).

¹⁵ Os procedimentos invasivos, que apoiados em legislação pertinente, são atribuição exclusiva de médicos capacitados (Lei do Ato Médico, 12.842 de 2013), que agrupam “as cirurgias reparadoras e procedimentos não cirúrgicos com fins estéticos, mesmo as técnicas minimamente invasivas, como as que utilizam *laser*. Outras, como *peeling* químico, que suaviza a textura da pele, removendo as camadas exteriores danificadas; dermoabrasão, que elimina rugas finas e reduz cicatrizes e imperfeições; e toxina botulínica, que reduz ou elimina linhas de expressão também são consideradas invasivas”. (SIMERS, 2015).

¹⁶ Entre os tratamentos não invasivos citam-se os mais reconhecidos como a aplicação de toxina botulínica A, colágeno e o preenchimento facial com ácido hialurônico.

academias de ginástica, os transtornos psicológicos, os gastos excessivos nessa área, quando comparados aos demais, como saúde, alimentação, etc., são espelhos disso.

Virando as costas às promessas de base e à enumeração das qualidades anônimas dos produtos, a publicidade criativa registra na ordem da comunicação a sensibilidade neonarcísica indiferente à ética do *standing*, absorvida pela subjetividade íntima, pela “sede de viver” e pela qualidade do meio. Filmes e slogans procuram menos provar a excelência objetiva dos produtos do que fazer rir, fazer “sentir”, provocar ressonâncias estéticas, existenciais, emocionais. Essa espiral do imaginário corresponde ao perfil da individualidade [...] ela só pôde manifestar-se sob a ação conjugada do código do Novo e dos valores hedonistas e psicológicos, que favoreceu a ascensão aos extremos, na busca do nunca visto. (LIPOVETSKI, 2009, p. 220).

E, certamente, a adulteração da fotografia publicitária tem um papel importante nessa questão. Imbricadas ao estereótipo da moda, a uma tendência ao consumo, à vida com privacidade limitada, elas ultrapassam perfis verdadeiros do ser humano, incitando a procura pela irrealidade. Isso se dá, inclusive, porque a população em geral não questiona a veracidade de uma fotografia, uma vez que apreende ter havido “simplesmente” o congelamento de um momento real.

Como pode-se perceber, diante das avaliações realizadas até aqui, as modificações efetuadas nas imagens, particularmente para a publicidade, são foco de estudos e análises essenciais ao descortinamento de sua função enquanto exacerbações do real. Essas têm aderência significativa, com maior ênfase por mulheres, que submetem-se a vários processos estéticos. No sentido de contribuir com tais desvelamentos, exibem-se, através de imagens, declarações contidas em *sites* da internet e observações, alguns exemplos.

3.1 *Imagens e declarações reprodutoras sociais de protótipos a serem copiados e adotados*

Retratos adulterados, assim como a exposição de corpos enxutos – com maior possibilidade de serem alcançados mediante horas e horas de investimentos em academias, dietas, aplicação de cremes e procedimentos estéticos invasivos e não invasivos –, compõem os símbolos utilizados pela publicidade como representação do ideal a ser alcançado pelas mulheres.

Uma prova de adulteração de imagem, que resultou em polêmica e debate internacional, foi a relacionada a *Top Model* Filipa Hamilton, em 2009. A foto, Figura 3, demonstra a deformação do corpo da garota, na época com vinte e três

anos: suas formas ficaram semelhantes às de uma pré-adolescente e desproporcionais à sua cabeça, além de distantes do real, em acordo com a Figura 4.

Figura 3 – Filipa Hamilton, exagero

Figura 4 – Filipa Hamilton, 2009
No tratamento da imagem, 2009



Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u637971.shtml>>.

O caso se espalhou pelo mundo e acabou fomentando discussões sobre os excessos na manipulação fotográfica. Cindy Crawford, Monica Belluci e Jessica Simpson (conhecidas pela sua atuação nas passarelas da moda) concordaram em posar sem retoques, igualmente a tantas outras celebridades, a partir do ocorrido.

A mobilização, contra a *cultura dos exageros*, tem adquirido espaço e apoiadores. A revista *Marie Claire* da França, de abril de 2010 (Figura 5), foi uma das pioneiras no mercado, alegando imagens 100% sem retoques em todo seu conteúdo, exceto nas páginas publicitárias.

Figura 5 – Revista *Marie Claire*, abril de 2010



Fonte: <<http://fosgrafe.com/index.php/ultima-tendencia-da-fotografia-de-moda-beleza-natural>>.

Com a atriz Louise Bourgoin na capa, a revista colaborou com uma nova tendência de mercado, a denominada fotografia instigadora da “beleza natural”.

Em 2015 a atriz e cantora norte-americana Demi Lovato posou nua, sem maquiagem e sem retoques fotográficos para *Vanity Fair*, revista de apelo internacional. Ela diz entender o gesto como um desafio e uma superação, considerando ter um histórico de bulimia, distúrbios alimentares e depressão, fatores também relacionados a sua preocupação com a imagem.

Esse movimento tem obtido adesão significativa, incluindo em alguns países a proposição de projetos de lei (como França, Noruega e Reino Unido), incluindo o Brasil,¹⁷ que minimizem os descomedimentos e as adulterações das

¹⁷ Em acordo ao Parecer 04/2016 da Comissão Temática de Publicidade e Propaganda. Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional, tramitava nas duas casas legislativas federais (Câmara dos Deputados e Senado Federal) dezesseis projetos sobre Obrigatoriedade de

fotos publicitárias, compreendidas como propaganda enganosa pelo uso de imagens distorcidas.

O aumento do debate sobre a “beleza natural”¹⁸ está relacionado a muitos fatores, entre eles, uma espécie de um “bom modismo”, pois o “natural” tem se tornado um nicho que agrada certo público, ao fazê-lo sentir-se “real”, valorizado e único (mesmo que não seja verdade). Para isso, existem artefatos a serem usados em cada parte do corpo, conforme idade, sexo, cor, tipo de pele e de cabelo, clima, estação do ano, etc.

O “natural” na perspectiva atual, o é, desde que, obrigatoriamente, sejam empregados cosméticos (de diferentes marcas, tecnologias, preços e qualidade – o que inclui maquiagens loções, cremes, suplementos vitamínicos) –, práticas diárias e intensivas de exercícios físicos. Todas aquelas ferramentas que sugerem encobrir o que está sendo considerado imperfeições, ter aspecto jovem, renovar as células, tais como o assinalado pelos cremes rejuvenescedores:

Se você já passou dos 30 anos, está mais que na hora de blindar a pele contra o envelhecimento. Capaz de hidratar e nutrir o rosto com componentes indispensáveis para manter a elasticidade e o viço em dia, o produto pode ser aplicado diariamente, de acordo com as necessidades de cada pessoa. Quem tem menos de 25 anos ainda não precisa de cosméticos anti-idade.¹⁹

Há, ainda, aqueles produtos que “ajudam” a obter um corpo enxuto: “O gel termogênico é um dos cosméticos mais comentados do momento. Esse creme é utilizado para aquecer os tecidos de gordura do corpo e, assim, eliminar as dobrinhas que tanto atrapalham o visual”.²⁰ Para agregar verdade ao anúncio, é aditada a comprovação de um profissional:

Veiculação de Informações em Publicidade e Propaganda e treze sobre direito do consumidor englobando o tema. Fonte:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1504323&filename=Tramitacao-PL+6853/2010>.

¹⁸ A propaganda da marca Dove, intitulada “Retratos da Real Beleza”, lançada em abril de 2013, exclusivamente para a Web, identificando a representação de corpo e de beleza por mulheres comuns e não celebridades, tornou-se um fenômeno midiático.

¹⁹ Disponível em: <<http://vivomaissaudavel.com.br/beleza/estetica/creme-rejuvenescedor-pode-fazer-milagres-pela-sua-pele/>>.

²⁰ Disponível em: <<http://vivomaissaudavel.com.br/beleza/estetica/gel-termogenico-seca-a-barriga-veja-como-usar/>>.

De acordo com Caroline Assed Saad, dermatologista e membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), o produto é composto por substâncias termoativas que aumentam a vascularização local e ajudam na **quebra de gordura**. A cafeína é um dos ingredientes mais utilizados. Saiba como apostar nessa alternativa com segurança.²¹

O “natural” abarca, também, os ditos tratamentos não invasivos, como a aplicação de toxina botulínica A, colágeno e o preenchimento facial com ácido hialurônico. Afinal, consoante ao cirurgião plástico Daniel Volpato: “Proporcionam resultados praticamente imediatos e deixam o paciente com a face descansada com naturalidade”. (VOLPATO, 2016).

Em síntese: o conceito de “natural” empregado midiaticamente, geralmente não dispensa os processos de manutenção do visual com cremes, procedimentos estéticos variados (mesmo que não invasivos). Parece que as críticas ao que não seria “natural” envolve o que deixa o rosto com aspecto de plastificado, artificial. Como relata o cirurgião plástico Edilson Pinheiro:

Com a evolução tecnológica, os pacientes preferem uma aparência mais natural possível, ausente dos sinais inerentes à realização de alguma cirurgia ou procedimento de rejuvenescimento. Não querem ter 60 anos com o rosto de 40, mas desejam ter 60 anos com aspecto de 60, com a pele bem cuidada, saudável e sem a evidência da realização de algum procedimento. (PINHEIRO, 2016).

Então, se o procedimento não demonstrar evidências de ter sido efetuado, pois as feições assemelham-se a algo inato, isso também significa “estar/ser natural”. O que, obviamente (mesmo que a maioria da população não apreenda isso), não é sinônimo de congênito, intrínseco, próprio, genuíno, mesmo que pareça ser.

Diante disso, poder-se-ia perguntar: As celebridades cujas fotos não foram retocadas tecnicamente e que não usaram maquiagem, não se submeteram a procedimentos estéticos? Não mantêm o corpo enxuto via horas de muita malhação?

As premissas de que a beleza “perfeita” somente é alcançável por condutas com cuidados especiais é socialmente aceita, logo, podendo/devendo ser imitada.

²¹ Disponível em: <<http://vivomaissaudavel.com.br/beleza/estetica/gel-termogenico-seca-a-barriga-veja-como-usar/>>.

Entre outros, citam-se as divulgações exaustivas, sem maiores censuras (ao contrário, amiúde, há enaltecimento) às candidatas a Miss Universo, concorrendo a mulher mais linda do mundo.

A venezuelana Gabriela Isler, vencedora do Miss Universo 2013 (então, com 25 anos) é resultado de

um conjunto de genética e tratamentos estéticos e cirúrgicos. O nariz da venezuelana está mais afilado, as maçãs do rosto mais salientes e o queixo ligeiramente mais redondo. O Cirurgião Plástico Dr. Fernando Nakamura, Diretor do Instituto de Cirurgia Plástica PERFACE, **comenta sobre a importância dos aspectos estéticos em uma candidata a Miss e ressalta que é preciso ter cautela para que a naturalidade e harmonia sejam mantidas.** É fato que tanto procedimentos cosméticos dermatológicos quanto cirurgias plásticas podem auxiliar e melhorar aspectos estéticos de mulheres que concorrem em concursos de Miss. No entanto, é importante ressaltar que qualquer modificação, seja na face, corpo ou nariz, deve ser realizada com extrema cautela, tendo como **objetivo manter a naturalidade e harmonia.** (NAKAMURA, 2017, grifo nosso).

A Miss Brasil (2016) Raíssa Santana, em preparação ao Miss Universo, “adere à técnica do abdominal hipopressivo [...] procedimento que promete reduzir até 12cm de circunferência abdominal”. (EGO, 2016).

O modismo da “beleza natural”, hipoteticamente, contribui na desmitificação de que corpos de celebridades são perfeitos e, por isso, alcançáveis por outrem.

Entretanto, essas performances constituem mercadorias a serem consumidos. Lembra-se o anteriormente alegado: a exposição pública da vida privada, no caso das celebridades, incita a aderência ao protótipo.

Para isso, são apresentados ícones que traduzem a vida com vínculo ao comercializado como natural (o que pode englobar e ingerir apenas produtos orgânicos, exercícios físicos constantes, defender o ecossistema, pousar em fotos sem *photoshop* ou maquiagem) exprimindo “sinônimo de elegância, determinação, garra, engajamento em causas nobres e equilíbrio”.²² (BOA FORMA, 2015), como Gisele Bündchen, que pratica exercícios diários, sendo “adepta da meditação, ioga e até mesmo lutas marciais. “[...] nada de alimentos industrializados. [...], beber muita água, se alimentar de maneira saudável e

²² Atributos emitidos a Gisele Bündchen.

manter uma dieta saudável dentro [...] o segredo da felicidade”. (VOGUE BRASIL, 2016).

Ou ainda como Beyoncé:

[...] Para começarmos a falar do treino, Beyoncé faz 30 minutos de aeróbios seguidos de 45 minutos de musculação 5 vezes por semana. Neste caso, são mais minutos dedicados à musculação porque o aumento da massa muscular também ajuda a melhorar o metabolismo queimando gordura. [...] Beyoncé, que confessa ter feito muitas dietas malucas, relatou que hoje é superadapta de uma alimentação balanceada repleta de vegetais e com 06 refeições por dia. Domingos são mais flexíveis na dieta. (ALVES, 2018).

As musas a serem copiadas têm como objeto de trabalho o culto e o cuidado ao corpo. Passam horas executando exercícios e cuidando da aparência. Isso é parte inerente da matéria/ideia a ser vendida. A maioria das mulheres a quem se destina a compra trabalha oito horas ou mais em outras áreas (a horas dos exercícios são além do afazeres profissionais e domésticos), não têm acompanhamento individual de técnicos específicos nem cozinheira, babá, etc. A propaganda veiculada, de bens materiais ou simbólicos, “[...] transforma tudo em mercadoria. Até o próprio sujeito”. (BACCEGA, 2009, p. 16).

Giseles e Beyoncé são sujeitos-mercadorias que, através dos meios de comunicação, impregnam a trama cultural. (BACCEGA, 2009). Com suas diferenças corporais e de estilos, contribuem na edificação da relação de oferta/demanda, que permite

que os mais diferentes gostos sejam atendidos no universo dos possíveis em cada um dos campos da produção ao mesmo tempo que tais campos necessitam dessas diferenças, pois são elas que garantem sua constituição e funcionamento, possibilitando que diferentes produtos possam estar no mercado por mais tempo. [...] Nos templos de consumo podemos observar também toda a complexidade das distinções sociais e dos gostos [...] E observar ainda identidades que se vão transformando, em tempo curto, em cada sujeito consumidor. A identidade passou a ser móvel, está sempre em movimento. Todos temos várias identidades. Somos branco ou negro, temos escolaridade maior ou menor, somos pai ou mãe ou filho, enfim, membros de uma família, orgulhamo-nos ou temos vergonha de nossas origens, gostamos de samba ou rock, usamos seios grandes, siliconados ou não, atendemos aos chamamentos das revistas de moda ou não, etc., etc., etc. Estamos sempre em mutação. “Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante”, cantou Raul Seixas, antecipando esta realidade. Apenas não cabe o “prefiro ser”: **a pluralidade de identidades se insinua em nós, sem pedir licença.** (BACCEGA, 2009, p. 22-23).

O novo modismo de *identidades insinuando, sem pedir licença*, congrega o aparentar viver de forma natural e parecer como tal.

4 Considerações finais

O analfabetismo visual contribui para o equívoco geral quanto à veracidade fotográfica, uma vez que se desconhece a multiplicidade de elementos que envolvem sua construção e recepção, potencializado a lógica de consumo e a percepção do alcance da beleza “perfeita” que a acompanha. A base da manipulação é ideologicamente estabelecida pelas regras mercadológicas indicando, através de *layouts*, o caminho que estas imagens devem trilhar.

Arquétipos são edificados, afirmados e adotados como normas. Inconscientemente, sujeitos seguem tendências e as reforçam entre si sem assimilar que muito do almejado não existe verdadeiramente ao “natural”. Por exemplo, o padrão feminino real é: ter celulite; ganhar rugas, sinônimo da passagem dos anos; os cabelos, para parcela significativa das mulheres, ficarem grisalhos; acumular gordura no abdome.

Gisele Bündchen e Beyoncé²³ com mais de 35 anos mantêm um corpo enxuto, através de práticas diárias exaustivas (congregadores da imagem que elas comercializam), não possíveis de serem obtidas por mulheres que exercitam outras funções profissionais, com horas elevadas de trabalho.

Demi Lovato, em 2016, tinha 25. É verdadeira uma das citações apresentadas “Quem tem menos de 25 anos ainda não precisa de cosméticos anti-idade” e outros procedimentos.

Contrariamente, a busca pela ausência dessas realidades conduz a procedimentos estéticos drásticos, dietas severas, etc. amiúde excessivos o que resulta na mesma proporção em graves consequências como distúrbios alimentares, cirurgias/implantes desnecessários, problemas emocionais.

A publicidade e a moda abusam das belezas que devem ser apreciadas por grandes contingentes, cujo intuito é a venda de objetos ou ideias. Para isso, superam o limite do real. Campanhas publicitárias têm, amiúde, transformado pessoas em coisas inexistentes. A “perfeição”, ditada através de imagens

²³ Isso é válido, também, para Cindy Crawford, Monica Belluci e Jessica Simpsom, com mais de 40 anos e para Louise Bourgoïn, em 2010, com 29 anos.

publicitárias, é uma idealização impossível de ser concretizada na vida real pela maioria da população.

Intimamente envolvido com a estética, o atual período histórico estimula a hiper-exposição, em os que aderem aos preceitos dominantes devem mostrar, como já afirmado, condição de prosperidade, de vitória, de superioridade; logo veiculadora de *status* enxergado como promissor.

As perspectivas apontadas são apenas algumas de tantas que vêm surgindo. Como uma espécie de tendência, o “natural” aponta como uma intenção promissora no mercado, sendo cuidadosamente observado por marcas que estão traçando seus rumos estratégicos. Lembrando o assinalado nas páginas iniciais e referido por: a) Lipovetsky (2009), “cada produção funciona como publicidade para uma outra”; b) Sibilia (2006), “o corpo humano não parece ter se libertado das dolorosas amarras que ao longo dos tempos o confinaram”; c) Goellner (2003), os valores, a definição, as características dos padrões indicados arquitetam “um conjunto de saberes e poderes que investiram no corpo e nele se instauraram, voltados para a educação da gestualidade, a correção do corpo”; d) Priori (2000), “o sujeito serve ao corpo em vez de servir-se dele”; e) Guattari; Rolnik (2005), há apresentação de “novas formas de identidade nas quais a aparência, o jeito de ser e a imagem substituem coisas como a ação e o compromisso na constituição de identidade, daquilo que alguém é”.

Referências

ADORNO, Theodor. A indústria cultural: iluminismo como mistificação das massas. In: ALMEIDA, Jorge Mattos Brito de. **Indústria cultural e sociedade**. Trad. de Júlia Elisabeth et al. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Andrea. **Beyoncé e sua rotina de treinos, yoga e dieta**. s/d. Disponível em: <<http://andreaalves.blog.br/beyonce-e-sua-rotina-de-treinos-yoga-e-dieta/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BACCEGA, Maria Aparecida. Inter-relações comunicação e consumo na trama cultural: o papel do sujeito ativo. In: CASTRO, Gisela Grangeiro da Silva; TONDATO, Marcia Perencin (Org.). **Caleidoscópio midiático: o consumo pelo prisma da comunicação**. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2009. p. 12-30.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BOA FORMA. Gisele Bündchen: exemplo de equilíbrio e determinação. **Revista mensal sobre nutrição, beleza e fitness da mulher**, Rio de Janeiro: Abril, 10 set. 2015. Disponível em: <<http://boaforma.abril.com.br/celebridades/gisele-bundchen-exemplo-de-equilibrio-e-determinacao/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In: BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CONTI, M. A.; BERTOLIN, M. N. T.; PERES, S. V. A mídia e o corpo: o que o jovem tem a dizer? **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 4, p. 2095-2103, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. 14. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

ECO, Umberto. **História da beleza**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

EGO. Famosos e famosas do Brasil e do Mundo. Notícia atualizada em 15/11/2016. Disponível em: <<http://ego.globo.com/beleza/noticia/2016/11/raissa-santana-adere-tecnica-do-abdominal-hipopressivo-saiba-mais.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO PERFACE. <<http://institutoperface.com/equipe/fernando-nakamura-md/>>.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 17-44.

LE BRETON, David. **Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais**. Lisboa: Miosótis, 2004.

_____. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Trad. de Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A felicidade paradoxal**: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis, Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORENO, Raquel. **A beleza impossível**: mulher, mídia e consumo. São Paulo: Ágora, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NAKAMURA, Fernando. Instituto Perface. **Notícias**. Disponível em: <<http://institutoperface.com/noticias/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

NICOLINO, Aline da Silva. Primazia da beleza feminina e juventude empobrecida: notas de uma relação conflituosa. **Interface – Comunic., Saude, Educ.**, v. 16, n. 40, p. 83-93, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0912.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Novas e velhas configurações da sexualidade e do corpo feminino**: pesquisa-ação na educação com escolares. 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

NOVAES, J. V.; VLIHENA, J. De Cinderela a Moura Torta: sobre a relação mulher, beleza e feiura. **Interações**, São Paulo, Estudos e Pesquisas Psicológicas, v. 8, n.15, p. 9-36, 2003.

OLIVEIRA, Mara. **Avanços e retrocessos das reformas estruturais às cúpulas das Américas**: uma leitura na perspectiva do Serviço Social. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

PINHEIRO, Edilson. **Técnicas não invasivas mantêm o rosto jovem**. Reportagem, maio de 2016. Disponível em: <<http://www.edilsonpinheiro.com.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

_____. **Corpo a corpo com a mulher:** pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

ROCHA, Everardo. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. **Revista comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, ESPM, v. 2, n. 3, mar. 2005.

SANT'ANNA, Denize B. de (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SIBILIA, Paula. **O pavor da carne riscos da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo**. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Área de concentração em Ciências Humanas e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Reed. def. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, Paula. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMERS. Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. **Procedimentos estéticos invasivos são exclusivos de médico**. Notícias, 25 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.simers.org.br/2015/11/procedimentos-esteticos-invasivos-sao-exclusivos-de-medico/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada:** filosofia da sensação. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. **Pró-posições**, Campinas, v. 14, n. 2, ano 41, p. 21-29, maio/ago. 2003.

_____. **Corregir el cuerpo:** historia de un poder pedagógico. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

_____. **História da beleza:** o corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos dias de hoje. Trad. de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VOGUE BRASIL. Gisele Bündchen revela detalhes de sua alimentação (super!) saudável. **Revista Mensal sobre moda, desfiles, beleza e lifestyle**. São Paulo: Globo, 16 nov. 2016. Disponível em: <<http://vogue.globo.com/beleza/fitness-e-dieta/noticia/2016/11/gisele-bundchen-revela-detalhes-de-sua-alimentacao-super-saudavel.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

VOLPATO, Daniel. **Images by drdanielvolpato**. Em 10/7/2016. Disponível em: <http://www.thepicta.com/user/drdanielvolpato/1901075739/1356807634519321237_1901075739>. Acesso em: 15 jul. 2017.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1504323&filename=Tramitacao-PL+6853/2010>. Acesso em: 15 jul. 2017.

<<http://vivomaissaudavel.com.br/beleza/estetica/creme-rejuvenescedor-pode-fazer-milagres-pela-sua-pele/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

<<http://vivomaissaudavel.com.br/beleza/estetica/gel-termogenico-seca-a-barriga-veja-como-usar/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

<<http://vivomaissaudavel.com.br/beleza/estetica/gel-termogenico-seca-a-barriga-veja-como-usar/>>.
Acesso em: 15 jul. 2017.

3

A auto-organização das mulheres como estratégia para ocupação dos espaços públicos: um olhar à luz da Teoria do Reconhecimento em Nancy Fraser

Raquel Cristina Pereira Duarte
Camila Tomazzoni Marcarini

1 Introdução

Esta leitura será realizada com base na Teoria Bidimensional de Justiça, desenvolvida pela filósofa norte-americana Nancy Fraser. Por meio desta teoria, busca-se analisar a experiência de auto-organização das mulheres, visando à superação da desigualdade de gênero, tendo como foco central o movimento feminista anticapitalista.

Fraser defende que a justiça deve ser entendida por intermédio de um binômio: redistribuição e reconhecimento. A primeira requer distribuições mais justas dos recursos e da riqueza; enquanto a segunda, um mundo que respeite e valorize as diferenças. Assim, a autora traz conceitos já desenhados pela teoria redistribucionista e de respeito às diferenças sociais e culturais, mostrando a importância de tratar essas demandas de forma integrativa, ou seja, de forma co-originária. Para a autora, as injustiças sociais podem existir tanto de uma forma como de outra e, muitas vezes, um indivíduo ou o coletivo podem sofrer as consequências da insuficiência de ambas, simultaneamente.

Diversos autores vêm enxergando a teoria do reconhecimento como um campo significativo na busca pela compreensão das atuais lutas sociais, na era do capitalismo neoliberal e, conseqüentemente, visando a conceber novos padrões de justiça, através do pensamento crítico. Porém, é em Nancy Fraser que se encontra o respaldo necessário para analisar o surgimento dos novos movimentos sociais, ou das novas formas de organização social e, principalmente, das novas reivindicações por justiça social, juntando o enfoque teórico com a prática social. Sob a perspectiva da teoria bidimensional de justiça de Fraser, busca-se analisar o movimento feminista em sua estratégia de auto-organização.

A teoria bidimensional de justiça encaixa-se perfeitamente para analisar o movimento feminista. As mulheres sofrem diretamente os efeitos de uma

política econômica desigual. Quando o tema é trabalho, muitas são as injustiças entre mulheres e homens. O trabalho é aspecto central na vida humana e é produzido não apenas na esfera mercantil, produtiva, visível nos indicadores econômicos; também está presente nas tarefas diárias referentes à alimentação, ao vestuário, à higiene, socialização e ao cuidado com os seres humanos, em suas distintas idades, como bem demonstra Hirata e Kergoat:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Nota-se o quanto é necessário expandir a ideia de trabalho na sociedade, para a construção de políticas redistributivas do trabalho doméstico e de cuidados, invisíveis até hoje nas teorias econômicas mais presentes. Para isso, é preciso problematizar a hierarquia existente entre mulheres e homens, tanto no aspecto do trabalho como no acesso a direitos. Uma das questões é pensar o papel das políticas redistributivas.

Aliadas a essas questões, as mulheres também sofrem com problemas relacionados à questão de *status*, o que gera a subordinação e falta de valorização nos mais diversos aspectos: sub-representação nos espaços de poder e decisão da sociedade, violência doméstica, desprestígio social. Nesse caso, a solução está apontada nas políticas de reconhecimento. Todavia, no que se refere ao reconhecimento, a crítica central deve estar voltada aos padrões institucionalizados de valoração cultural, que constituem alguns atores como inferiores em relação a outros, e, portanto, os exclui de processos da interação social, gerando o não reconhecimento e a subordinação de *status*.

Nesse sentido, o estudo da auto-organização das mulheres em coletivos, grupos, entidades estudantis, nos movimentos sociais mistos, etc., mostra-se uma alternativa exitosa de empoderamento das mulheres. Historicamente, as mulheres protagonizaram conquistas e o acesso a direitos. A luta das mulheres, por condições de justiça e igualdade, relaciona-se à busca por visibilidade e reconhecimento. Importantes estudiosas, como Perrot (2015) e Puleo (2004), já

nos mostram como as mulheres são invisibilizadas e inferiorizadas em distintos momentos históricos. Portanto, mostra-se relevante refletir sobre todas as formas de opressão que, ao longo dos tempos, permearam a construção da humanidade, e perceber a desigualdade entre mulheres e homens, como resultado de uma sociedade patriarcal,¹ que também é desigual a partir da classe social e da raça/etnia de suas mulheres.

O presente estudo está dividido em duas partes: na primeira, desenvolve-se o embasamento teórico da pesquisa, ou seja, a Teoria Bidimensional de Justiça, com enfoque central na teoria do reconhecimento de Nancy Fraser. Na segunda parte, a abordagem está voltada ao movimento feminista e à sua estratégia de auto-organização, visando à ocupação dos espaços públicos e à superação dos padrões social e cultural, que lhes foram imputados. No final, busca-se compreender o espaço de auto-organização das mulheres, como fundamental para o empoderamento e a ruptura dos padrões institucionalizados da cultura capitalista patriarcal.

2 A Teoria do Reconhecimento em Nancy Fraser

A Teoria do Reconhecimento é vista como um campo significativo na busca pela compreensão das atuais lutas sociais, na era do capitalismo neoliberal, visando a conceber novos padrões de justiça, através do pensamento crítico.

O conceito de *reconhecimento* ganhou prestígio filosófico com o alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) em sua complexa obra *Femenologia do espírito*, publicada originalmente em 1807. Hegel tratava do *Anerkennung*

¹ Patriarcado é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos estágios da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a *segunda onda* do feminismo surgida nos anos 70, no Ocidente. Nessa nova concepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de *dominação masculina* ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelos termos *subordinação* ou *sujeição* das mulheres, ou ainda, pela expressão *condição feminina*. Antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio". (Texto adaptado de: DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). Trad. de Francisco Ribeiro Silva Júnior. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 173).

que, no alemão, possui um significado mais restrito do que o termo *reconhecimento* no português, “o conceito filosófico de reconhecimento não significa simplesmente a identificação cognitiva de uma pessoa, mas sim, [...] a atribuição de um valor positivo a essas pessoas, algo próximo do que entendemos por respeito”. (ASSY; FERES JÚNIOR, 2006, p. 705). Assim, diversos autores aprofundaram os ensinamentos deixados por Hegel acerca do reconhecimento, ressignificando o termo de acordo com as novas teorias filosóficas a serem desenvolvidas. Como justiça, não possui um conceito *sui generis*, devendo ser constantemente revisto e atualizado; o reconhecimento enquanto campo teórico também não possui um único sentido. Defensores da Teoria do Reconhecimento, como Charles Taylor² (1931), Axel Honneth³ (1949), Nancy Fraser⁴ (1947), cada um com sua perspectiva, explanam sobre a importância desta teoria para uma compreensão crítica e contemporânea da sociedade. Porém, existem aproximações e diferenças significativas entre o reconhecimento proposto pelos três autores, além de outros que poderiam ser referenciados. Essas diferenças merecem ser evidenciadas, a fim de se justificar a preferência pelo pensamento de Fraser neste estudo.

Na modernidade, Taylor é considerado o precursor da teoria, através de suas obras *The politics of recognition* (1994) e *As fontes do self* (1997), nas quais propõe uma revisão da literatura do filósofo alemão Hegel (1770-1831), reformulando a teoria da justiça, mediante o reconhecimento intersubjetivo baseado na autorrealização. Mendonça (2009, p. 144), explica que Taylor parte da premissa de que “os indivíduos dependem do reconhecimento intersubjetivo para se auto-realizarem”, e nesta relação intersubjetiva de interação de um com o outro, os “sujeitos deparam-se, frequentemente com práticas e sentidos que podem estigmatizá-los e humilhá-los, cerceando suas possibilidades de autorrealização” (2013, p. 118), processo que pode ser considerado injusto na ótica hegeliana do autor.

Assim, a Teoria do Reconhecimento, inicialmente desenvolvida por Taylor, “pensa os conflitos sociais como buscas interativas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades” (MENDONÇA, 2007, p. 170), sendo o

² Professor emérito nas áreas de filosofia e ciência política na [Universidade McGill](#) no Canadá.

³ Professor de filosofia social e diretor do Instituto de Pesquisa Social da Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt, na Alemanha.

⁴ Ph.D em filosofia pela *University of New York*. Titular da Cátedra Henry A. and Louise Loeb de Ciências Políticas e Sociais da New School University, de Nova York, Estados Unidos.

reconhecimento uma questão de necessidade humana. Os indivíduos estariam em constante luta por autorrealização e, por meios destas, “negociam identidades e buscam reconhecimento nos domínios íntimo e social”. (MENDONÇA, 2007, p. 171). Taylor explana que a história das sociedades capitalistas liberais até então era marcada por lutas de igualdade jurídica; todavia, hoje em dia, essas lutas deram lugar às reivindicações dos grupos sociais por reconhecimento de suas diferenças culturalmente definidas. (HONNETH, 2006, p. 98). Seguindo esta premissa, o autor prima pelos valores universais da igualdade e da diferença, sintetizando que, ao preservar esses valores, estar-se-ia garantindo o princípio da autenticidade, pressuposto básico da autorrealização. Assim sendo, “justo na ótica de Taylor, seria um mundo que garantisse aos sujeitos a possibilidade de se autorrealizarem”. (MENDONÇA, 2013, p. 118).

Ao encontro deste pensando está a visão de reconhecimento encontrada em Honneth. Ao defender que o reconhecimento está relacionado aos conceitos de autorrealização e ao sentimento de uma *vida buena*, ele tenta mostrar que, “na sociedade ocidental contemporânea, esta autorrealização está centrada em três dimensões: o amor, os direitos e a estima social”. (HONNETH apud MENDONÇA, 2013, p. 119).

Das relações emotivas fortes adviria um misto de dependência e autonomia, essencial para que os sujeitos desenvolvam autoconfiança. Os direitos, por sua vez, garantiriam uma universalização da dignidade, fomentando o auto-respeito, na medida em que possibilita aos sujeitos verem-se como dignos do mesmo respeito que os demais. Por fim, a possibilidade de estima social está enraizada na comunidade de valores e diz respeito à apreciação das potenciais contribuições sociais e das realizações de indivíduos. Tal possibilidade está no cerne da noção de autoestima e da construção da solidariedade. (MENDONÇA, 2009, p. 145).

Ainda conforme o autor, há basicamente três formas de desrespeito capazes de cercear a autorrealização e que podem inclusive se mostrar impulsionadoras da luta por reconhecimento: “(1) violências físicas que impedem que os indivíduos disponham livremente de seus corpos; (2) denegação de direitos que evidenciam os limites de igualdade universal; e (3) a depreciação apriorística de indivíduos”. (MENDONÇA, 2013, p. 119).

Honneth também se baseia na tradição hegeliana para definir sua Teoria do Reconhecimento, ressaltando a importância das normas morais, nas relações

humanas em sociedade. Mattos explica que para Hegel “a fonte da moralidade são os acordos intersubjetivos baseados no reconhecimento mútuo, que estão em constante transformação, uma vez que a sociedade e os indivíduos evoluem a cada nova etapa de reconhecimento”. (MATTOS, 2004, p. 150). O reconhecimento mútuo de Hegel, na sociedade moderna, estaria para Honneth baseado nas relações de solidariedade e estima social, que “estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referências às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida”. (HONNETH, 2003, p. 207).

Honneth explica que, com o processo evolutivo para a sociedade burguesa, as relações de amor e afeto mudaram. O matrimônio já não é mais uma questão de posses e propriedade de terra. O amor matrimonial burguês se distingue pela relação intersubjetiva de independência e reconhecimento recíproco. Porém, “el reconocimiento que las personas aportan de forma recíproca a este tipo de relación es la atención amorosa al bienestar el otro a luz de sus necesidades individuales”. (HONNETH, 2006, p. 111). Logo, o reconhecimento para ele estaria intrinsecamente ligado à possibilidade de autorrealização, ou seja, a uma satisfação pessoal moralmente aceita pela sociedade.

Fraser, por outro lado, busca construir um paradigma alternativo para o reconhecimento. Inserida na segunda onda do movimento feminista, seu enfoque teórico busca uma aproximação com a prática social, analisando o surgimento do que chama de nova esquerda na era neoliberal (pós-socialista).

A autora se afasta da ideia de reconhecimento vinculado à autorrealização, enxergando-o como uma dimensão fundamental da justiça. Em suma, para ela, “o reconhecimento deve ser pensado como uma condição intersubjetiva para a promoção da paridade de participação, que é vista como critério normativo a reger a ideia de justiça”. (MENDONÇA, 2013, p. 122). Logo, injusta é a ausência de voz, é a impossibilidade de interação social igualitária com seus pares, ou seja, é a negação do *status* enquanto membro da sociedade. Afinal, se a questão é garantir a autorrealização dos sujeitos, qualquer reivindicação almejada poderia ser defendida. O *apartheid* da África do Sul, por exemplo, poderia facilmente ser justificado pelo sentimento de autorrealização do grupo minoritário de pele branca sobre o grupo majoritário de pele negra que vivia no país. Da mesma forma, se justificaria o nazismo uma vez que a tida “raça pura alemã” se sentia realizada, ao exterminar outras raças, em especial os judeus, alegando a necessidade de abolir as “raças impuras”.

Fraser entende que o reconhecimento deve estar ligado a um sentimento de justiça social, sendo que o efeito direto da falta dele é exclusão daqueles considerados à margem da cultura hegemonicamente institucionalizada e, por isso, impedidos inclusive de interagir com os demais em sede de decisões:

[...] es injusto que a algunos individuos y grupos se les niegue el estatus de interlocutores plenos en la interacción social como consecuencia sólo de uno padrones institucionalizados de valor cultural en cuya elaboración no han participado en pie de igualdad y que menosprecian sus características distintivas o las características distintivas que se les adjudican. (FRASER, 2006, p. 36).

Por esta perspectiva, percebe-se uma primeira divergência de Fraser frente a Taylor e Honneth. Para ela, o modelo de reconhecimento não está centrado na moralidade hegeliana, mas sim na ideia weberiana de *status*. Assim sendo, a falta de reconhecimento, ou o reconhecimento equivocado gera a subordinação social e não a mera impossibilidade de realização pessoal.

Ao definir reconhecimento como questão de *status*, identifica-se a existência de classes ou grupos dominantes na sociedade; distingue-se, portanto, uma relação hierarquizada entre os indivíduos. Resta saber agora quais os critérios definidores de tal hierarquia e da promoção desta injusta subordinação. Nesse sentido, Fraser é categórica ao afirmar que a subordinação é oriunda tanto de questões econômicas de má-distribuição quanto de questões de desrespeito e desprestígio cultural, fatos que representam injustiças sociais.

Encontra-se outra diferença central na discussão de Fraser, que é seu esforço em redefinir o conceito de justiça, incluindo necessariamente a dimensão econômica da redistribuição e a dimensão cultural do reconhecimento. Diferentemente de Taylor, que ignora as demandas redistributivas, e de Honneth (2006, p. 92), que as considera inclusas no reconhecimento, como no trecho: *“incluso las injusticias distributivas deben entenderse como la expresión institucional de la falta de respeto social, o mejor, de relaciones injustificadas de reconocimiento”*, a autora lança a ideia de uma teoria bidimensional de justiça, amparada nas necessidades advindas do processo de globalização e multiculturalismo, que o mundo ocidental vivencia.

Desta feita, diferentemente da postura monista que visa a subsumir o problema da desigualdade econômica dentro do campo do reconhecimento, como segundo Fraser, postura assumida por Honneth, ela defende uma teoria

bidimensional, que reconhece a existência de injustiças oriundas de uma política distributiva fracassada e de um estigma social preconceituoso e discriminador. Sem uma teoria equilibrada, capaz de resolver ambos os tipos de injustiças, não será possível falar em justiça social na contemporaneidade.

Contudo, a integração da redistribuição e do reconhecimento, em um único paradigma global, certamente não é tarefa fácil. Fraser reconhece a complexidade desta tarefa em diversos campos. No aspecto da filosofia moral, a tarefa consiste em idealizar uma concepção suprema de justiça, que acolha as reivindicações defendidas tanto de igualdade social como do reconhecimento da diferença entre cada membro da sociedade. No aspecto da teoria social, a tarefa é idealizar uma descrição da sociedade contemporânea, que possa acolher tanto a diferença de classe e de *status* como sua mútua correlação. Já em relação à teoria política, a tarefa consiste em imaginar um conjunto de planos institucionais e reformas políticas que possam solucionar tanto a má-redistribuição como o não reconhecimento. Por fim, em relação à prática política, a tarefa consiste em fomentar a participação democrática, por meio de suas atuais linhas divisórias, a fim de construir uma orientação programática que aglutine perfeitamente as duas teorias. (FRASER, 2006, p. 34).

Para muitos, essa junção pode beirar a *esquizofrenia filosófica*. (FRASER, 2006, p. 28). Ciente desta afirmação, Fraser justifica, através da experiência dos próprios movimentos sociais, a possível e real junção das demandas redistributivas e de reconhecimento, mostrando que a maioria das categorias pode ser enquadrada num enfoque bidimensional de luta, ou seja, trazendo de forma autônoma e horizontal a exigência de uma política econômica justa e de uma política de transformação cultural. Trazendo como referência principal o movimento feminista, a autora mostra que a questão de gênero pode ser classificada como uma diferença social bidimensional. O gênero não é uma simples classe nem um mero grupo de *status* e sim uma categoria híbrida enraizada ao mesmo tempo em uma estrutura econômica e em uma ordem de *status* da sociedade. Portanto, compreender e reparar a injustiça de gênero requer atender tanto à redistribuição como o reconhecimento. Demonstrado, portanto, que existem diferenças bidimensionais que devem ser remediadas, tanto com a redistribuição como com o reconhecimento. Os grupos bidimensionalmente subordinados padecem tanto de uma má distribuição quanto de um não reconhecimento, de modo que nenhuma dessas injustiças é um efeito uma da outra, ambas são primárias e cooriginais. (FRASER, 2006, p. 28).

A autora expõe que é um equívoco separar as duas lutas e propõe uni-las, no sentido de buscar a justiça social na *práxis*.

Nesta perspectiva, a redistribuição pode englobar não só as lutas econômicas e de classe social, como também as formas de feminismo e antirracismo que consideram a transformação socioeconômica como solução, inclusive, para a injustiça de gênero e étnico-racial, por exemplo. No mesmo sentido, a política de reconhecimento engloba não só os movimentos que pretendem reavaliar as identidades injustamente discriminadas (mulheres, negros, LGBTTs) como também as teses centradas na injustiça econômica mundial.

É importante ressaltar que a discussão político-filosófica acerca do tema do reconhecimento está longe de alcançar seu fim. Além da tese que vincula o reconhecimento ao sentimento de autorrealização e daquela que o enxerga como questão de justiça social, existem ainda outras percepções da filosofia do reconhecimento: Anna Elisabeta Galeotti, por exemplo, aborda o reconhecimento vinculado à ideia de tolerância, afirmando que “a tolerância se revela fundamental quando grupos minoritários são alvo de preconceitos que minam as bases do autorrespeito e da autoestima”. (GALEOTTI apud MENDONÇA, 2013, p. 121). Patchen Markell advoga a ideia de reconhecimento como sinônimo de luta social, sendo que, para ele, em grande parte, na política contemporânea, *reconhecimento* é tomado como uma espécie de bem, um objeto de aspiração ética e política, capaz de emancipar-nos dos efeitos destrutivos da ignorância e do prejuízo. (MARKELL apud MENDONÇA, 2013, 124). James Tully aparece como o principal defensor de uma abordagem dialógica do reconhecimento, considerando que “qualquer resolução precisa ser trabalhada tanto quanto possível por meio de diálogos entre aqueles que são sujeitos às normas contestadas de reconhecimento mútuo”. (TULLY apud MENDONÇA, 2013, p. 126). Essa visão se aproxima muito da defendida por Fraser, ao incorporar a dimensão política em sua tese.

Todas as dimensões do reconhecimento têm seu fundamento e suas lacunas. Porém, acredita-se que Fraser, em seu objetivo final de justiça social, busca atualizar conceitos fundamentais para compreender as lutas sociais contemporâneas; no momento, é a tese que mais abrange o objetivo de estudo neste artigo.

Visando a melhor elucidar a opção pela teoria defendida por Fraser, buscase manifestar que a teoria bidimensional se mostra a mais aplicável ao objeto central desta pesquisa.

3 A redistribuição e o reconhecimento a partir do feminismo anticapitalista

Os estudos de Nancy Fraser inauguram uma nova concepção de justiça social, realizável com a percepção da relação estrutural entre o acesso ao reconhecimento e às questões objetivas para seu alcance. Pensar a justiça social em nosso tempo é refletir sobre a realidade das mulheres. Nesse sentido, o feminismo é a afirmação dessa dupla relação de opressão que vivem as mulheres, e que dialoga assim com a teoria de Fraser e a teoria bidimensional da redistribuição e do reconhecimento.

Historicamente a luta das mulheres feministas reúne o questionamento de sua condição desigual enquanto mulheres, assim como críticas às desigualdades econômicas, fruto de um modelo desigual em sua estrutura. A luta das mulheres apresenta a necessidade de um novo modelo econômico que seja base da construção sólida de justiça social. Ao mesmo tempo, é preciso questionar uma cultura e a moral social que coloca as mulheres no lugar de objetos, propriedades, seres de poucos direitos e muitos deveres. Adotamos o entendimento de que os aspectos de reconhecimento estão lado a lado aos de redistribuição. E, para tanto, mostra-se essencial razoar os aspectos de ordem econômica da sociedade. Esta sociedade está baseada em uma economia de modelo neoliberal, inserida numa ordem global capitalista, e que tem como principal característica a acumulação e não a redistribuição.

Os espaços de auto-organização das mulheres representam a construção do sujeito político *mulher*, e auxilia na sua organização diante das demandas cotidianas das mulheres. A auto-organização das mulheres não é algo recente. Ao longo da História, sempre estiveram presentes nas lutas políticas, na filosofia, História, em diversos campos de estudo. Nesse sentido, buscamos reafirmar a importância da sua auto-organização, para pensar avanços na justiça social e nas políticas de reconhecimento e redistribuição. Para isso, um dos aspectos é o reconhecimento e a visibilidade das mulheres nos distintos campos do conhecimento.

Ao mesmo tempo em que atualmente está mais difundida a ideia de igualdade entre mulheres e homens, ainda é grande a injustiça social em diferentes campos, ou mesmo a invisibilidade das mulheres e a ideia de que seu lugar na sociedade está delimitado e delimitado. O movimento de mulheres⁵ representa a organização e o compartilhamento de experiências vividas, assim como reivindicações por igualdade, justiça e solidariedade, não apenas para as mulheres, mas para o conjunto da sociedade. A auto-organização das mulheres representa a luta por questões relacionadas à redistribuição e ao reconhecimento. Mesmo esquecidas, renegadas, deslegitimadas, subestimadas, conquistaram direitos importantes que auxiliam uma vida de justiça social e fortaleceram o feminismo como espaço de protagonismo,

[...] nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso [...] à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, mas também das formas de pensar o mundo que a legitimavam. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 8).

O feminismo e suas diferentes vozes têm construído importantes reflexões sobre a situação das mulheres na sociedade e sua realidade de injustiça social. As teorias feministas têm representado uma visão contra-hegemônica de sociedade. É preciso reconstruir a realidade de forma criativa e solidária. Aliada à teoria feminista de Fraser, para pensar a justiça social, estão a auto-organização e o feminismo, no sentido de pensar práticas e ações que busquem essas reflexões e mudanças sociais:

Foi só a partir da luta das mulheres e sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que essa situação foi denunciada como construção social injusta. Muitos estudos demonstraram que considerar a desigualdade entre homens e mulheres como diferença natural era um dos principais mecanismos para manter as mulheres em uma posição subordinada. Mas não tem sido simples, nem fácil mudar essa realidade. A condição feminina é definida em nossa sociedade por uma opressão específica das mulheres como gênero feminino. Essa opressão, por um lado, não pode ser dissociada da questão de classe e da estrutura – capitalista. Por outro lado, revela enormes contradições inclusive no seio da

⁵ Ao utilizar movimento de mulheres, referimo-nos ao movimento em sentido amplo, por entender que nem todos os grupos de mulheres se reivindicam feministas nem todos possuem o viés anticapitalista, objeto central deste estudo.

classe trabalhadora, uma vez que os homens como grupo social obtêm privilégios que se manifestam também na condição de cada homem. Isso tem colocado enormes desafios aqueles e aquelas que lutam por uma transformação geral da sociedade. Ao lutar contra a exclusão das mulheres nos deparamos com conflitos e necessidade de mudança também na família, nos movimentos sociais e nas relações interpessoais. Iniciamos essa reflexão por esse aspecto pelo fato de que sempre é fácil reconhecer a exclusão e dominação que fazem parte de nossas relações cotidianas. (FARIA, 2005, p. 15-16).

Esse paradigma, diante dos desafios da contemporaneidade, também representa desafios para os movimentos sociais e suas reivindicações ainda urgentes. O movimento feminista, a partir da organização das mulheres em coletivos e outras formas de organização, representa a possibilidade de reflexão, resistência e ação conjunta das mulheres diante das forças patriarcais articuladas ao capitalismo. Quando pensamos na relação patriarcado e capitalismo, estamos nos referindo às questões de reconhecimento e redistribuição de Fraser e como essas relações devem andar juntas, buscando formas que questionem a desigualdade entre mulheres e homens, a partir de um viés econômico e cultural, não diluindo a realidade das sujeitas, mas ressaltando como elas são parte da construção das desigualdades econômicas.

Os movimentos sociais que reúnem grupos como mulheres, negras/negros, indígenas, LGBTTs, ou seja, distintos movimentos sociais e populares do campo e da cidade, há muito constroem um enfoque bidimensional da luta e ação política. Mediante suas experiências, podemos observar a produção autônoma e auto-organizada de movimentos e ações que englobam um olhar bidimensional diante da prática.

Além disso, espaços políticos e de poder também estão permeados de visões machistas de organização, fazendo com que a luta das mulheres alcance resistências em movimentos que buscam, também, uma nova sociedade e novas estruturas econômicas e políticas.

Percebemos como a auto-organização das mulheres é importante para seu fortalecimento no campo político e de poder da sociedade. Os espaços onde as mulheres realizam seus debates e ações também fortalecem sua atuação, em uma sociedade que caminha no sentido inverso de seus discursos. O machismo e tudo que se relaciona a ele possui destaque em seu *status* social. Essa realidade fortalece a disparidade de participação e de representação de mulheres e homens nos espaços políticos. Podemos comprovar isso com o baixo índice de

participação das mulheres, por exemplo, no Legislativo brasileiro, com menos de 10% de representação feminina.

Ainda sobre o atual cenário político, observamos que, a partir de 2014, as políticas do Legislativo caminharam para o maior controle da vida das mulheres e para a manutenção da hierarquia dos sexos. Nesse período, assistimos à formação de uma bancada na Câmara de Deputados extremamente conservadora e que pretendeu retirar conquistas históricas das mulheres. Como exemplos citamos o Projeto de Lei (PL) do Estatuto da Família (PL 6583/2013), Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), a alteração no Código Penal nos casos de aborto (PL 5069/2013). Essas medidas demonstram como setores da sociedade brasileira não estão comprometidos com a justiça social, não acreditam na necessidade de redistribuição e, muito menos, pretendem o avanço das mulheres na sociedade como sujeitas de direitos.

A partir dessa realidade, é fundamental refletir sobre acúmulos relevantes do feminismo anticapitalista. O movimento feminista e muitas teorias na atualidade articulam a conquista de reconhecimento das mulheres, com uma mudança global de modelo de sociedade, que, além da opressão de gênero, também entende como estruturantes as desigualdades de raça e classe. O modelo trazido pela Economia Feminista⁶ e sua nova perspectiva, voltada ao mundo do trabalho, apresenta como central o debate sobre o trabalho visível e invisível produzido pelas mulheres e a articulação entre produção e reprodução. Além de influenciar os espaços de organização formal do trabalho, também procuram evidenciar as tarefas realizadas pelas mulheres no cotidiano, que não são computadas em gráficos econômicos ou reconhecidas enquanto trabalho efetivamente desempenhado. Como destaque tem-se o trabalho doméstico, a socialização e o cuidado com as crianças, além do cuidado com o idoso, parcela crescente da população. Segundo Hirata e Segnini,

[...] ainda há muito a ser percorrido em termos de igualdade entre os sexos, porque a situação subordinada e mais precária das mulheres trabalhadoras não foi superada. Nesse caso, os exemplos são muitos: na perspectiva da família, da permanência do peso da responsabilidade doméstica e familiar sobre as mulheres, avaliado pelo elevado número de horas que elas dedicam aos afazeres domésticos, e o acesso das mães de filhos pequenos ao mercado de trabalho, diante da insuficiência de políticas públicas

⁶ A Rede Latino Americano-Americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) é uma das experiências de articulação de uma Economia Feminista.

voltadas para crianças de até 6 anos; na perspectiva do mercado e trabalho, a permanência tanto da segregação das trabalhadoras em setores e ocupações tradicionais femininas, quando de uma proporção considerável de trabalhadoras em atividades precárias – emprego doméstico sem carteira, trabalho não-remunerado, trabalho para o autoconsumo e consumo familiar – e, principalmente, as já reiteradas desigualdades salariais em relação aos homens, mesmo (ou sobretudo) nas profissões e ocupações mais elevadas. (HIRATA; SEGNINI, 2007, p. 11).

A Economia Feminista busca visibilizar aspectos da desigualdade que vivem as mulheres e contribuir com sua organização diante dessa realidade. Enquanto campo teórico, ela não apenas reafirma as desigualdades que ocorrem no trabalho formal como também relaciona-se com o trabalho doméstico e de cuidados. Pode-se destacar a contribuição do feminismo para pensar a atual realidade, desvelar e desnaturalizar realidades. A divisão sexual é tema que atravessa a luta bidimensional apresentada por Fraser, pois está sustentada em aspectos de ordem econômica e cultural.

O trabalho é essencial para a sobrevivência humana, ainda mais dentro de uma sociedade capitalista de consumo. Dentro desse sistema, as opressões ganham novas formas de se manifestarem, no entanto, mantém como características o controle sobre a vida das mulheres. Denunciar as faces brutais do capitalismo e sua relação com o patriarcado está no horizonte do movimento feminista, integrando políticas de redistribuição e reconhecimento como alternativa.

Nesse sentido, projetar a ideia de reconhecimento, na atualidade, pressupõe um olhar para a dinâmica relação social de opressões e desigualdades. Para pensar a redistribuição, é importante refletir sobre as estruturas econômicas e sua relação com aspectos culturais, que reafirmam distintos papéis sociais para mulheres e homens; que distanciam o privado do político; que acomodam as opressões e violências que se alimentam dessa dicotomia. As ações propostas, no sentido de práticas que caminhem para a emancipação das mulheres na sociedade, integram os aspectos também abordados por Fraser e constroem, atualmente, formas de resistência e de ações práticas diante de uma realidade de aprofundamento de desigualdades.

Muitos estudos têm se debruçado para idear novas relações sociais, políticas e econômicas da sociedade, principalmente ao observarmos a dificuldade de superação de questões urgentes, como pobreza, miséria, violência. É a partir da auto-organização das mulheres que as reivindicações

feministas ganham maior corpo na sociedade. Os desafios da organização das mulheres e suas reivindicações encontram resistências nas forças hegemônicas na sociedade, mas também em grupos que podem ser considerados solidários às lutas das mulheres. Exemplificamos os próprios partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais:

O feminismo há muito tempo tem contribuído para uma compreensão ampliada da política para além da institucionalidade, e da economia para além do mercado. Já sabemos que a história como é contada, a notícia como é produzida, a teoria como é sistematizada costuma ser enviesada e ter como referência a experiência de uma pequena parcela de homens da elite, em sua maioria brancos, para sedimentar uma visão de mundo que exclui uma parcela grande da população do poder, da fala, do lugar de sujeitos. Corremos o risco de que visões estreitas sobre o conservadorismo, mesmo na esquerda, secundarizem ou ocultem os ataques que as mulheres, a população negra, as lésbicas, gays, transexuais vem sofrendo, assim como o risco de que a força de suas resistências não sejam reconhecidas como fundamentais para enfrentar os retrocessos que ameaçam a nossa sociedade de forma geral. (MORENO; FARIA, 2015, p. 7).

Por conta disso, a auto-organização das mulheres também se mostra essencial nos espaços considerados mais progressistas da luta política. Nessa conjuntura complexa, está a organização das mulheres de forma diversa. As mulheres e o feminismo passam a ter um novo espaço político na sociedade brasileira. Os caminhos de transformação e conquistas é resultado de suas ações e de sua força como sujeitas de transformação.

Muitas são as estratégias de alienação que possuem níveis de impacto em grande parte da população, como a publicidade, a indústria do entretenimento, a incessante e estimulada busca pelo consumo. Muitas vezes esses aspectos de dominação cultural e com bases materiais não são abordados de forma crítica. No movimento feminista, do campo e da cidade, as mulheres têm encontrado espaços de reflexão crítica de sua situação social, desvelando aspectos de dominação em seu cotidiano. O espaço de organização torna-se espaço de trocas e aprendizagem.

A organização coletiva pretende que as pessoas envolvam-se e sintam-se parte da construção de novas vivências e práticas, que têm como desafio ser prazerosa na atuação de uma militância política. É diante dessas contradições que as mulheres estão organizadas, em diferentes formas e movimentos. Um

exemplo é a Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁷ e seus núcleos em todo Brasil. Por mais que se caracterize como um movimento internacional e anticapitalista, sua construção está permeada na luta por justiça social protagonizada por mulheres em diferentes partes do mundo, com suas reivindicações de reconhecimento e redistribuição específicas. Outro exemplo importante da organização das mulheres tem sido nos espaços da educação, em universidades e escolas. Nos últimos anos, observamos como as jovens, em especial no movimento estudantil universitário, estão cada vez mais sintonizadas com as pautas feministas e atuantes na desnaturalização e desconstrução da opressão. Um exemplo disso são os Encontros de Mulheres da União Nacional de Estudantes (UNE), que desde 2003 até sua oitava edição, em março de 2018, representa espaço de organização das estudantes para repensar o movimento estudantil, a universidade e sociedade, sendo espaço de fortalecimento do pensamento crítico e do feminismo. Certamente essa realidade é reflexo direto da organização das mulheres e do movimento feminista com suas lutas por autonomia e direitos.

Os espaços de auto-organização têm representado duplo fortalecimento do alcance de direitos por parte das mulheres. De um lado podemos pensar que mulheres organizadas se fortalecem enquanto sujeito político nas lutas por emancipação e autonomia. De outro, as mulheres se fortalecem individualmente, ao compartilharem experiências de vida e de opressões que são socializadas e refletidas. Nesse sentido, é um meio que representa a luta política,

⁷ A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A ação marcou a retomada de mobilizações de mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. No final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário-mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais, a partir da base e das alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação da sua vida, vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. A marcha busca construir uma perspectiva feminista, afirmando o direito à autodeterminação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

assim como o entendimento dos processos de opressão e de injustiças que, muitas vezes, são percebidas pelas mulheres, mas não compreendidas em sua estrutura de funcionamento, em suas origens.

Portanto, a luta das mulheres e sua auto-organização, em plurais movimentos mistos, movimentos feministas, de mulheres, representa a sustentação política da mulher na sua atuação política, na formação de um olhar crítico da realidade, na atuação conjunta para superar sua condição desigual, no campo do reconhecimento e da redistribuição. Entendemos que, para atingir reconhecimento e promover redistribuição, é importante espaços que questionem a atual realidade desigual, que busquem a compreensão da origem dessas opressões, e que lutem para reverter esta realidade de violência, desvalorização e exploração do trabalho (formal e doméstico) das mulheres.

4 Considerações finais

A hierarquização existente na sociedade gera a subordinação que, por sua vez, é oriunda tanto de questões econômicas de má-distribuição quanto de questões de desrespeito e desprestígio cultural que geram o não reconhecimento de *status* social. Surge daí o entendimento da necessidade de uma teoria bidimensional de justiça, que reformule os conceitos tradicionais, elaborando uma nova compreensão, mais ampla e capaz de incluir necessariamente a dimensão econômica da redistribuição e a dimensão cultural do reconhecimento.

A incorporação de ambas as teorias, buscando a representação político-social de forma igualitária é a única forma de alcançar um conceito amplo e real que consiga abranger os atuais anseios por justiça social.

A participação paritária, nos espaços de poder e decisão da sociedade, é defendida por Fraser como o único caminho capaz de mudar a estrutura hegemônica patriarcal, branca, heteronormativa e elitista dominante. É nesse sentido que a experiência de auto-organização das mulheres, encontrada em alguns coletivos feministas anticapitalistas, como a Marcha Mundial das Mulheres e nos coletivos de mulheres da União Nacional de Estudantes (UNE), mostra-se como uma notória fonte de empoderamento, na busca de um mundo mais justo e igual para homens e mulheres.

As contribuições de Fraser representam um novo olhar para a ideia de justiça social e, com isso, articula-se com as lutas históricas do movimento de

mulheres, em especial o movimento feminista, que se norteia pela crítica às estruturas de sustentação da desigualdade, como a economia neoliberal capitalista. O movimento de mulheres há muito aponta para aspectos de ordem estruturais e culturais, para alcançar a almejada transformação. Do mesmo modo, as políticas de reconhecimento só se tornarão realidade, se adotada uma perspectiva de redistribuição antecedida pela superação da atual ordem econômica.

A auto-organização das mulheres historicamente tem se mostrado um caminho de superação de desigualdade e de possibilidades de novas formas de organização de aspectos filosóficos, políticos, sociais e éticos da vida em sociedade. Percebe-se, com o presente estudo, que a auto-organização fortalece a ideia das mulheres como sujeitas políticas de transformação da realidade, em busca de um reconhecimento social e de uma condição de justiça social e, principalmente, da visibilidade de suas ações enquanto “ser”-mulher.

É nos espaços de auto-organização que as mulheres podem falar e ser ouvidas por outras mulheres que compartilham a mesma realidade, as mesmas angústias e as mesmas injustiças impostas pelo sistema patriarcal capitalista.

É nos espaços de auto-organização que é possível problematizar a baixa participação das mulheres nos espaços políticos, nos espaços públicos de poder. E é nesses espaços que se torna possível compreender, na prática, que essa desigualdade não ocorre porque as mulheres não tenham interesse ou não façam política, mas porque vivem em um mundo que divide tarefas e deveres entre mulheres e homens, de forma desigual e arbitrária. Essa realidade dificulta a presença feminina nos espaços políticos, como o Legislativo e Executivo. Da mesma forma, as desigualdades salariais e as jornadas de trabalho, fora e dentro de casa, sobrecarregam as mulheres, afastando-as dos espaços coletivos de debate e decisão.

Não bastasse isso, vivemos em um modelo cultural hegemônico, que entende o espaço político como masculino. Os homens impedem a participação de filhas, esposa, namoradas, etc., nos espaços políticos, por as entenderem como suas propriedades. Esses aspectos da cultura reforçam a necessidade de avanços no campo do reconhecimento, para pensar formas de alcançar a justiça social.

O capitalismo patriarcal destinou às mulheres o âmbito privado, da reprodução e dos cuidados da família e do lar. E, ainda, nos viés econômico, tratou de desvalorizar este espaço, como se todo o trabalho desenvolvido pelas

mulheres, no mundo privado, não tivesse relevância para a economia do País. Porém, as mulheres sempre enfrentaram esta imposição, travando lutas históricas ao longo do tempo.

Mas o desafio da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres ainda está presente na conjuntura social. Conforme demonstrado neste breve estudo, elas estão sub-representadas na política. No mundo do trabalho ainda recebem salários inferiores e ocupam cargos mais baixos no critério remuneração. Ainda convivem com a violência doméstica dentro da própria casa. Permanecem invisíveis pelo sistema patriarcal.

Para enfrentar este desafio, sustentamos a auto-organização das mulheres, como forma de fortalecimento do feminismo na busca de igualdade nos espaços públicos e também nos privados.

Referências

ASSY, Bethânia; PERES JÚNIOR, João. Reconhecimento. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Coord.). **Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). Trad. de Francisco Ribeiro Silva Júnior. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard (Org.). **Desafios do livre mercado para o feminismo**. São Paulo: SOF, 2005.

_____. Para a erradicação da violência doméstica e sexual. In: FARIA, N.; NOBRE, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Feminismo e luta das mulheres**: análise e debates. São Paulo: SOF, 2005.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. Apresentação. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de uma transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4).

FRASER, Nancy. Nuevas reflexiones sobre el reconocimiento. **Fundación Dialnet**, Rioja/Espanha, n. 4, p. 55-68, 2000.

_____. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. de Tereza Tavares. **Revista Crítica de Ciências Sociais (online)**, n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <<http://rFARccs.revues.org/1250>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

_____. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Un debate

político-filosófico. Trad. de Pablo Manzano. Madrid: Fundación Paideia Galizza y Ediciones Morata, 2006.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Trad. de Ramayana Lira. **Revista Estudos Feminsitas**, Florianópolis, v. 2, n. 15, p. 291-308, maio/ago. 2007.

_____. Reconhecimento sem ética. Trad. de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007a.

_____. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada de justiça. In: SARMENTO, Daniel et al. (Org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 167-189.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009a.

_____. Reenquadrando a justiça em mundo globalizado. Trad. de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009b.

_____. *La política feminista en la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género*. Trad. de Marta Postigo Asenjo. **Arenal Revista de Historia de las Mujeres**, Espanha, n. 19, v. 2, p. 267-286, jul./dez. 2012.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Ed. do Senac São Paulo, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad. de Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Redistribución como reconocimiento: respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Trad. de Pablo Manzano. Madrid: Fundación Paideia Galizza y Ediciones Morata, 2006.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, p. 143-162, 2004.

MORENO, Renata. **Reflexões e práticas de uma transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. (Coleção cadernos Sempre viva. Série Economia e Feminismo, 4).

MENDONÇA, Ricardo Fabrino de. Dimensão intersubjetiva da auto-realização. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 143-154, jun., 2009.

_____. Reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo et al. (Org.). **Dimensões políticas da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 117-131, 2013.

_____. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 29, p. 169-185, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. de Angela M. S. Côrrea. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado a projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2015.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Loyola, 1997.

Site consultado:

Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em:

<<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>

Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

4

Sistemáticas opressões nos modelos universalistas: uma análise interseccional materialista histórica

Amélia Coelho Rodrigues Maciel
Nathalia Assmann Gonçalves

1 Introdução

Neste artigo, criticamos a abordagem das tradicionais teorias da justiça, em relação às opressões. Inicialmente, realizaremos uma análise materialista e histórica da sociedade opressora. Em sequência, abordamos a relação entre a essência desigual da sociedade e a aparência de igualdade do direito. Por fim, problematizamos o mito da universalidade nas teorias de justiça, apontando a carência de representatividade de grupos minoritários e de inclusão das interpretações interseccionais nas instituições.

Para que possamos compreender o fenômeno das opressões, inerentes ao modelo (neo)liberal vigente, bem como os mecanismos ideológicos e institucionais que o reproduzem e reforçam, é preciso iniciar a análise das relações concretas dos indivíduos, no conjunto dos contextos sociais. Neste sentido, o método de análise que deve ser adotado é o materialismo histórico-dialético de Karl Marx, a fim de esclarecer que as opressões que vivenciamos, hoje, são produto de fatos históricos. Na sequência, nos dois últimos capítulos é abordada a questão da universalidade que, supostamente, abarcaria todos os indivíduos. Verificamos as falhas que esse pressuposto carrega em si, analisando pelas lentes de Nancy Fraser, Wendy Brown, Kate Millet e Kimberly Crenshaw. O estudo pretende demonstrar um panorama das exclusões decorrentes dessa homogeneização que o sistema impõe. Essa pasteurização dos sujeitos gera a abstração das identidades e dos poderes formadores, gerando uma cultura opressora, como o patriarcado, por exemplo. Essa lógica é abordada ao longo do artigo.

2 As bases materiais da essência desigual da sociedade

A vida produtiva, pelo trabalho individual e social, portanto, é o ato constituinte e reprodutor do homem e da mulher, enquanto sujeitos sociais. Neste sentido, as diversas formas de opressão são produtos históricos, isto é,

não são características imutáveis e biológicas do ser humano, mas fruto de complexos processos sociais estabelecidos, a partir de determinados momentos e lugares históricos que, com a expansão das relações entre as sociedades, especialmente pelo comércio, invasões e guerras, se alastrou para todo o globo.

As mais vastas pesquisas antropológicas, históricas e sociais comprovam isto. No tocante a gênero, a mais antiga opressão da História da humanidade, vastos estudos comprovam que as funções de homens e mulheres, nas sociedades anteriores, eram bem diferentes das atuais. Como a vida produtiva social é fundamental, “a forma como a mulher e o homem eram tratados sempre esteve relacionada, direta ou indiretamente, à divisão social do trabalho, ao papel que cada um cumpria no modo de produção então vigente”. (TOLEDO, 2008, p. 25).

A organização econômica dos primórdios da vida humana, grande parte da História da humanidade, era comunal. Friedrich Engels, com base na obra do antropólogo norte-americano Lewis Henry Morgan, *A sociedade antiga* (1877), destaca, no tocante às sociedades primitivas, que “lar comunista significa predomínio da mulher na casa; tal como o reconhecimento exclusivo da mãe própria, na impossibilidade de conhecer com certeza o verdadeiro pai” (1987, p. 50). Mais adiante, descrevendo o papel social da mulher na sociedade primitiva, critica:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada. Artur Wright, que foi durante muitos anos missionário entre os iroqueses-senecas, pode atestar qual é a situação da mulher, ainda no matrimônio sindiásmico: “[...] Habitualmente as mulheres mandavam na casa; as provisões eram comuns, mas – ai do pobre marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais para trazer sua parte ao fundo de provisões da comunidade! Por mais filhos ou objetos pessoais que tivesse na casa, podia, a qualquer momento ver-se obrigado a arrumar a trouxa e sair porta a fora. E era inútil tentar opor resistência, porque a casa se convertia para ele num inferno; não havia remédio senão o de voltar ao seu próprio clã (gens) ou, o que costumava acontecer com freqüência, contrair novos matrimônios em outro. As mulheres constituíam a grande força dentro dos clãs (gens) e, mesmo, em todos os lugares. Elas não vacilavam, quando a ocasião exigia, em destituir um chefe e rebaixá-lo à condição de mero guerreiro”. (ENGELS, 1987, p. 50-51).

As mudanças nas relações de produção modificaram as relações entre os sexos, a organização familiar, tribal e social. Nas sociedades primitivas, não havia propriedade privada dos meios de produção, que fundamentalmente era a terra. Os bens materiais eram coletivos e a produção era voltada à satisfação social. Neste período histórico, a linhagem familiar era materna, pois as mulheres desfrutavam de liberdade sexual, o que impossibilitava a certeza sobre a paternidade. Elas, portanto, exerciam autoridade familiar e social.

A organização familiar começou a ser transformada com a inclusão de regras sexuais. As tribos que cruzavam as características genéticas fora de seu núcleo tiveram descendências em melhores condições biológicas. Com o passar do tempo, foram proibidas relações sexuais entre parentes até o terceiro grau. Ao lado destas mudanças, as condições sociais foram ficando cada vez mais complexas, com a domesticação de animais, o desenvolvimento da agricultura e o aumento das comunidades. Este aumento também tornou a sociedade mais complexa, bem como as necessidades foram alteradas.

Neste sentido, a humanidade está sempre agregando mais necessidades com a evolução da produção. A primeira necessidade, pressuposto de toda a História humana, é a de sobreviver e reproduzir a vida. Por meio da relação humana com a natureza, ou melhor, por meio do trabalho, explanam Marx e Engels, a humanidade desenvolve seu processo cognitivo, ou seja, as pessoas se produzem socialmente. Assim, vão sendo construídas novas técnicas, superando necessidades antigas e criando novas. Seguindo as mudanças das necessidades, a ordem social vai tomando novos contornos.

As necessidades aumentadas criam novas relações sociais. Com a evolução das forças produtivas e a superação das necessidades mais imediatas, a produção supera o imprescindível para subsistência do grupo. Em outras palavras, a humanidade adquire a capacidade de produzir excedente. Simultaneamente, isto leva ao crescimento populacional, que, ao mesmo tempo, gera novas necessidades. Todo este processo ocorre concomitantemente, como momentos com os quais se convive, desde o início da humanidade, e que continua valendo ainda hoje, no processo histórico. Neste sentido,

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um

determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

A filiação feminina foi substituída pela filiação masculina e o direito hereditário paterno com o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção e da produção. O patriarcado foi estabelecido com a propriedade privada. Deste modo, as mudanças econômicas e sociais afastaram a mulher da vida social, tornando-a reclusa ao âmbito doméstico. Evelyn Reed afirma que esta profunda mudança, na organização social,

teve início com a introdução de grandes mudanças na estrutura da sociedade, e com o rompimento do antigo sistema comunista (ou comunal). Enquanto as mulheres mantiveram suas instituições coletivas, conseguiram não ser derrotadas; mas quando surgiu o novo sistema de propriedade privada, o matrimônio monogâmico e a família, as mulheres se dispersaram e cada uma se converteu em uma esposa solitária e mãe confinada a um lar isolado. Enquanto as mulheres estavam unidas, representavam uma grande força social. Separadas e isoladas umas das outras, e confinadas à cozinha e à educação dos filhos, perderam todo o seu poder. (2008, p. 35).

Como a sociedade humana não é uma construção do puro espírito humano, toda desigualdade, exploração e opressão não podem ser compreendidas em si mesmas. É preciso partir das condições materiais de vida, pois a vida humana social é construção histórica e precisa ser analisada nessa perspectiva. Deste modo, a “visão materialista da história parte do princípio de que a produção e, logo a seguir à produção, a troca dos seus produtos, são a base de toda a ordem social”. (ENGELS, 1985, p. 149).

Como este processo continua valendo ainda hoje no processo histórico, as desigualdades sociais, de raça e gênero são reafirmadas pela práxis da produção e reprodução da vida atual, *i.e.*, pelo capitalismo. Neste sentido, a cultura da opressão do homem sobre a mulher, fenômeno social anterior ao capitalismo, foi incorporada à sociedade moderna.

Na sociedade atual, em que domina o modo de produção capitalista, a mercadoria é a forma elementar da sociedade. Segundo Marx, a economia política capitalista se funda sobre a exploração do trabalho humano para a produção de mercadorias e a extração de mais-valor, que têm como pressuposto

a expropriação em massa. A produção, portanto, está voltada para a acumulação de riqueza de uma classe.

A mercadoria reflete as características sociais de trabalho humano. Entretanto, no capitalismo ela aparece na forma fantasmagórica de objetos independentes, que dominam as pessoas. Como explicou Marx, “os produtos do cérebro humano aparecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. [...] A isso eu chamo de fetichismo”. (MARX, 2013, p. 148). As determinações da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho, são escondidas sob o movimento do preço das mercadorias. Há na sociedade civil-burguesa este quiproquó, em que a formadinho do mundo das mercadorias oculta materialmente [*sachlich*] o caráter social dos trabalhos e as relações sociais entre os trabalhadores.

O capitalismo, denuncia Mészáros (2002, p. 97), “é, na realidade, o primeiro na história que se constituiu como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar que encontre resistência”. O capitalismo, portanto, totalizou o patriarcado e as diversas formas de opressão, não por ter uma moral opressora, mas simplesmente com o fim de satisfazer o mercado. As relações são invertidas, tornaram “relações reificadas [*sachlich*] entre pessoas e relações sociais entre coisas”. (MARX, 2013, p. 148). O capital

fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despidorada e brutal. (MARX, 2010a, p. 42).

Portanto, as relações econômicas da sociedade civil e capitalista perpassam todas as relações sociais, inclusive as relações entre homens e mulheres. Neste sentido, Engels percebe reproduzir, no âmbito familiar, a estrutura de classe da sociedade, em que o homem é o “burguês e a mulher representa o proletário” (1987, p. 80). A formação social atual do processo de produção domina homens e mulheres, a vida social é transformada em relações monetárias e as desigualdades se reproduzem nesta lógica.

2.1 A relação entre a essência desigual da sociedade e a aparência do direito

Com o acúmulo do debate sobre a essência desigual da sociedade, em especial com o fim dos anos gloriosos do *Welfare State* fordista e a ascensão do

neoliberalismo, iniciaremos o debate sobre a (suposta) universalidade das teorias da justiça. Este debate, a despeito da diversidade corrente, pode ser resumido à questão de como os ordenamentos jurídicos devem ser elaborados, a fim de serem considerados justos.

Portanto, é um debate que diz respeito ao direito, ou melhor, ao direito justo.

Seguindo pelo viés histórico e materialista, conforme abordado anteriormente, a produção capitalista produz não só mercadorias, mas também o capitalista, o assalariado, as desigualdades, a exploração, opressão e as instituições de organização social, como Estado e Direito, ou melhor, o Estado Democrático de Direito.

Na sociedade capitalista, que tem como essência a expropriação, desigualdade, exploração e opressão, o Estado e a política aparecem como o âmbito da imparcialidade de classe, gênero, cor, etnia, religião, etc., ou seja, como âmbito do interesse geral do povo. Portanto, a esfera política, considerando as relações concretas desiguais, aparece como uma universalidade abstrata.

De um lado aparece a esfera política comunitária, isto é, o Estado, em que o ser humano é um ente comunitário abstrato. Por outro lado se desenvolve o espaço das disputas individuais, *bellum omnium contra omnes*, em que o ser humano atua como um ente particular e se relaciona com os outros como meio, assim como rebaixa a si próprio a meio, tornando-se um brinquedo na mão de poderes estranhos. No artigo “Sobre a Questão Judaica” [*Zur Judenfrage*], publicado em 1844 nos *Anais Franco-Alemães* [*Deutsch-Französische Jahrbücher*], Marx aborda este conflito entre a vida privada e a vida comunitária da seguinte forma:

Para o homem como *bourgeois* [aqui: membro da sociedade burguesa], a “vida no Estado [é] apenas aparência ou uma exceção momentânea à essência e à regra”. Todavia, o *bourgeois*, como o judeu, só permanece na vida do Estado mediante um sofisma, assim como o *citoyen* [cidadão] só permanece judeu ou *bourgeois* sofismado; mas esta sofística não é pessoal. É a sofística do próprio Estado político. A diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o mercador e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o indivíduo vivo e o cidadão. A contradição que se impõe entre o homem religioso e o homem político é a mesma que existe entre o *bourgeois* e o *citoyen*, entre o membro da sociedade burguesa e a sua pele de leão política. (MARX, 2010b, p. 41).

Percebe-se, portanto, uma relação dialética entre a essência da sociedade civil e a aparência do direito. Na sociedade civil é reproduzida a opressão contra as pessoas, que não se enquadram nos padrões de dominação: homem, branco e heterossexual. Porém, no âmbito do direito, é defendida a igualdade de direito e justiça.

Podemos aplicar a esta contradição a explicação de Marx e Engels, na *Ideologia alemã*, de que as ideias dominantes, para serem aceitas, precisam ser abstratas, assumindo cada vez mais a forma de universalidade. A classe dominante, portanto, “é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48-49).

A despeito das opressões e desigualdades na sociedade civil, o Estado aparece como o guardião da identidade. Ele garante o funcionamento das relações que não podem ser abandonadas a elas mesmas, porque são contraditórias. O Estado exerce esta função cristalizando a aparência do sistema, bem como, por outro lado, garantindo a essência do sistema pela violência. Nas palavras de Marx:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade, e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realen], na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei.

O direito privado se desenvolve simultaneamente com a propriedade privada, a partir da dissolução da comunidade natural. [...]

No direito privado, as relações de propriedade existentes são declaradas como o resultado da vontade geral. [...] Essa ilusão jurídica, que reduz o direito à mera vontade, resulta necessariamente, no desenvolvimento ulterior das relações de propriedade, no fato de que alguém pode ter um título jurídico de uma coisa sem ter a coisa realmente. (MARX; ENGELS, 2007, p. 76).

Neste sentido, critica a possibilidade de transformação da essência desigual da sociedade opressora e exploradora de classe, por meio de transformação do ordenamento jurídico, isto é, por meio da aparência da igualdade e justiça. Não se pode negar, é claro, a importância das conquistas legais para dar um mínimo amparo às camadas sociais expostas à violência e às mais variadas situações de injustiça.

Porém, é importante reconhecer que o direito acompanha as relações sociais de produção e circulação da riqueza produzida pelo trabalho humano, não o contrário. A racionalidade da economia de mercado não é atacada pelo Estado, pois suas intervenções são ajustadas ao sistema, deixando intacto o funcionamento do capitalismo. O Estado Democrático de Direito, nesta perspectiva, é uma estrutura material e ideológica que cumpre a função de assegurar a reprodução e o aperfeiçoamento da sociedade, baseada na propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho humano, que aprofunda esta exploração utilizando as opressões.

O ponto de partida para o desenvolvimento do Estado e suas instituições jurídicas é a contradição entre a aparência e a essência, no modo de produção capitalista. “O Estado guarda apenas o momento da igualdade dos contratantes negando a desigualdade das classes, para que, contraditoriamente, a igualdade dos contratantes seja negada e a desigualdade das classes seja posta”. (FAUSTO, 1987, p. 299-300). A lei contém em si o princípio do seu contrário. A vontade geral contém em si a vontade particular. A ideologia e o Estado são necessários, pois a possibilidade real da desigualdade e contradição na sociedade está dada. Por outro lado, o Estado também realiza a essência pela força material e violência, pois ele também é revelador da sociedade capitalista e surge na contradição.

Nesse sentido, as teorias da justiça buscam homogenizar o conceito de sujeito, a fim de facilitar a aplicação da lei de maneira imparcial; entretanto, iremos verificar, nos pontos seguintes, que essa universalidade proposta não abarca a pluralidade de identidades presentes na sociedade contemporânea.

3 O mito da universalidade nas teorias de justiça

Segundo Nancy Fraser (2013), o marco keynesiano-westfaliano (a partir de 1970) foi marcado pela discussão do que seria a justiça e como os ordenamentos jurídicos deveriam ser elaborados, a fim de serem considerados justos. Alguns(as) estudiosos(as) afirmavam que os(as) cidadãos(as) seriam iguais formalmente perante a lei; outros consideravam também necessária a igualdade de oportunidades; já para outros, o conceito de justiça deveria promover a igualdade de acesso a todos os recursos, para que a participação política ocorresse de maneira mais igualitária, livre de interesses particulares, já que todos teriam acesso igualitário aos bens.

Imersos no debate sobre *o que* seria a justiça, os(as) teóricos(as) de modo geral pareciam não sentir a necessidade de questionar *quem*, isto é, quais pessoas seriam as destinatárias dessas teorias. Esse ponto não era levantado, pois era consenso de que era destinado ao *cidadão nacional*, havendo uma abstração do *sujeito de direito*. (FRASER, 2013).

Entretanto, essa noção de cidadão nacional está perdendo a obviedade de outrora, tendo em vista maior consciência da globalização e maior insurgência de movimentos identitários, que buscam desmitificar essa noção abstrata de sujeito. As chances de haver uma situação de injustiça são grandes, quando certas características são consideradas universais e balizadoras de conceitos justos. Nessa homogeneização, são escolhidas as características do poder dominante, que é o homem, branco, *cisgênero*,* heterossexual de classe média alta. Essa lógica sistematicamente exclui aqueles(as) que não se enquadram nessa definição.

Frente a isso, o modelo neoliberal, adotado atualmente pela maioria dos países contemporâneos, pressupõe um Estado mínimo e o predomínio do capital financeiro nas transações econômicas. Essa realidade demonstra que o Estado territorial deixa de ser a unidade adequada para pensar questões de justiça, devido ao “enxugamento” de responsabilidades proposto por esse modelo.

Nesse sentido, atualmente os debates sobre justiça assumem uma dupla forma; por um lado, fazem referência a questões de “primeira ordem”, isto é, questões redistributivas. Levantam certos questionamentos, propostos por Fraser, tais como: Quanta desigualdade econômica a justiça permite? Quanta falta faz a redistribuição, de acordo com o princípio de justiça redistributiva? Além disso, esses debates também incorporam questões de “segunda ordem”, tais como: Quem são os titulares dessa distribuição e reconhecimento? Qual o marco adequado para considerar as questões de “primeira ordem” de justiça?

* Em estudos de gênero, cissexual ou cisgênero são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero de um indivíduo com o gênero associado ao seu sexo biológico e/ou designação social. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?ei=se_uW6HvM4WlwgSi_pWQDg&q=+Cis++o+que+%C3%A9&oq=+Cis++o+que+%C3%A9&gs_l=psy-ab.3..0i22i30k1l2j0i22i10i30k1j0i22i30k1l5j0i22i10i30k1j0i22i30k1.281036.289590.0.290249.47.28.0.0.0.249.3343.0j22j3.25.0...0...1.1.64.psy-ab..29.16.1851...0j0i13k1j0i13i10k1j0i13i30k1j0i10k1j0i67k1j0i13i167k1j0i13k1j0i8i13i10i30k1j0i8i13i30k1.0.MvCR2LL5h4E>. Acesso em: 16 nov. 2018.

Todos esses questionamentos demonstram que as bases de justiça, criadas e repercutidas ao longo da década de 1970, estão sendo problematizadas atualmente. Um dos motivos determinantes para a busca de novas teorias é que, nas “tradicionais” não são abordadas questões latentes do nosso tempo, como as de representatividade. Nancy Fraser, ciente dessa deficiência nas teorias de justiça, inaugura um debate sobre a possibilidade de a justiça ser analisada a partir de uma tridimensionalidade, em oposição ao modelo bidimensional já esgotado. Em outras palavras, para que a teoria da justiça abarque as diversas questões da contemporaneidade, é necessário abordar, além das questões tradicionais de distribuição econômica (primeira ordem) e de reconhecimento cultural (segunda ordem), a relevante demanda sobre representação política. Essa dimensão política da representação abarca três níveis, segundo a autora: Que tipo de representação? Quem são os que necessitam maior representatividade? Como realizar?

Segundo a autora, essa questão inaugura um novo paradigma para a questão da justiça, pois são colocadas no debate questões de grupos minoritários como as de gênero, raciais, étnicas e classe, devendo ser encaradas não como uma questão a parte, mas sim integrantes de um contexto que permita essa sobreposição de identidades. Esse debate é extremamente relevante, pois suscita questões que estavam cobertas pela suposta universalidade do “sujeito de direito”, isto é, desvela as diferenças e a necessidade de maior representatividade, tanto no âmbito político quanto na seara privada. Essa discussão coloca como possível a separação entre democracia e o modelo liberal, pois o modelo de compartilhamento de decisões não necessariamente deve possuir um modelo econômico liberal. Dessa maneira, Nancy Fraser propõe que é possível conciliar democracia e outro modelo econômico.

4 A questão da representatividade no modelo neoliberal

Wendy Brown (2006) demonstra o quão difícil é realizar essa separação entre democracia e o modelo liberal, pois, segundo ela, o (neo)liberalismo é mais que um modo de organização econômica, é um modo de vida, uma cultura que dita os nossos valores. Ela afirma que não devemos considerar o liberalismo como pressuposto da democracia, apesar de muitos defensores do liberalismo

afirmarem que esse sistema é operado independentemente do valor do capital e das questões culturais.

A tese de Wendy Brown afirma que o liberalismo é uma cultura que implica tanto os valores públicos quanto as questões privadas. Ela coloca duas evidências disso: o individualismo e a racionalidade mercadológica. O primeiro deles, o individualismo, enfatiza as crenças e os comportamentos individuais, despolitizando os debates, pois coloca como pessoal algo que não se deve exclusivamente ao indivíduo, mas sim às forças que agiram naquele contexto, para que ocorresse dessa forma e não de outra. É nesse ambiente que surgem lendas e contos que evidenciam uma ideologia do sucesso, baseada no esforço e mérito próprio, reforçando a ideia da meritocracia. (BROWN, 2006).

Já a segunda questão, a racionalidade mercadológica, é uma expansão do discurso consumerista, tanto em questões profissionais “é preciso entrar no mercado” quanto questões pessoais “é preciso ter (que comprar) para ser”. Quando todos os aspectos das relações humanas, todos os esforços humanos e todas as necessidades humanas são moldados em uma racionalidade empresarial ou consumidora, os poderes que constituem essas relações são eliminados da análise.

Como a racionalidade neoliberal se torna dominante, os efeitos despolitizadores, combinados com o liberalismo político clássico, fazem com que as interpretações sejam baseadas em um “sujeito de direito” abstrato, que não está inserido em qualquer categoria ou marcador social. Essa visão aparente de imparcialidade esconde os valores hegemônicos e excludentes de representatividade.

É nessa lógica de individualismo e racionalidade mercadológica que corpos de mulheres são mercantilizados. Esses dois fatos são utilizados como justificativa da prática de venda da imagem ou do próprio corpo feminino. Adianta-se que os argumentos baseados na *escolha individual* é bastante despolitizadora, na medida em que individualiza um fato que é essencialmente coletivo, já que atinge toda a categoria do gênero feminino. Por esse motivo, o debate não deve se limitar a uma questão de escolha, mas sim deve ser ampliada e aprofundada a discussão, no que diz respeito às razões que levam a mercantilizar determinados tipos de corpo e não outros.

Kate Millett (1970) afirma que essa lógica provém de um contrato sexual,¹ que homens e mulheres “assinaram” para acordar as regras do estado civilizatório, baseadas nas questões sexuais. Essa teoria afirma que as questões sexuais são permeadas, também, por questões político-institucionais, havendo imposições e estabelecendo padrões a serem seguidos. Entretanto, esses padrões camuflam em sua estrutura questões de poder, as quais colocam as mulheres em uma posição de inferioridade e de sujeição. Seguindo essa lógica, a autora afirma que as instituições são marcadas pelo patriarcado, e que, inevitavelmente, reproduzem a lógica de dominação, já que nesse supracitado contrato, a questão – o objeto – discutida foi o corpo da mulher.

A prostituição, pornografia e publicidade sexista são o retrato claro dessa lógica, pois é criado um mercado de fornecedores e compradores que comercializam esses produtos, que carregam uma alta carga ideológica, em sua produção e reprodução. Vale destacar que esse debate não é consenso entre as teorias feministas. Por exemplo, as teóricas liberais afirmam que essas questões devem ser regulamentadas institucionalmente, cabendo à mulher a escolha individual de aceitar ou não entrar para esse mercado. Entretanto, em uma realidade, em que as oportunidades não são iguais para todas(os), a questão da escolha deixa de ser livre, pois ela carrega também os fatores classe, raça e gênero. Essa vertente não problematiza as instituições. Ao contrário, são encaradas como uma solução imparcial. Conforme demonstrado acima, a cultura liberal acoberta a estrutura patriarcal existente, que subordina a mulher tanto no âmbito privado quanto no público.

Kate Millett aborda, em seu livro *Política sexual* (1970), que o patriarcado se sustenta através de sete consensos, exemplificados a seguir: 1) ideológicos: no sentido de estereotipar os comportamentos considerados masculinos e femininos; 2) superioridade biológica masculina, no quesito força física; 3) discurso sociológico que acredita na família patriarcal ser base da sociedade, colocando o homem como “o cabeça” da família; 4) classe, que, segundo a autora pode ser apresentada como um paradoxo, pois nas classes mais baixas o homem frequentemente é obrigado a dividir o sustento da casa com a mulher. Já nas médias e altas classes, o que impera é o patriarca clássico. Apesar de contar

¹ Essa tese faz uma crítica aos contratualistas do Iluminismo, que afirmam que foi realizado um contrato social, passando do Estado de natureza para o de civilização. Como, por exemplo: Locke, Rosseau e Hobbes.

com certas atenuações, o homem possui mais poder independentemente da classe, pelo fato de ser uma questão estrutural e não individual; 5) questão educacional que segrega e dita comportamentos diferenciados para as meninas e os meninos; 6) antropológica de mito e religião, como justificativa de uma suposta superioridade masculina e, por último; 7) questão psicológica que determina, inclusive através de teorias, uma série de papéis e temperamentos masculinos e femininos.

Todas essas instâncias (ideológica, biológica, sociológica, classe, educação, antropológica e psicológica) reforçam e reproduzem um ideal de enquadramento, repercutindo na vida privada e pública da mulher, no sentido de que todos esses requisitos afetam a liberdade das mulheres, pois restam adstritas aos papéis (submissos) impostos desde o nascimento.

É interessante observar que a socialização masculina, em geral, consegue gozar dessa liberdade pregada pelo liberalismo, visto que as bases desse sistema foram construídas tendo como destinatário esse sujeito abstrato liberal. Analisado sob esse viés, as pessoas que não se enquadram nessa hegemônica definição estão automaticamente excluídas da “lógica do sucesso”. As instituições foram construídas através de poderes estabelecidos historicamente e excluindo, por óbvio, os grupos historicamente minoritários, como as mulheres, negras(os), pobres, indígenas e as(os) não heterossexuais. Por isso, pessoas de outro gênero, que não o masculino, de outra cor que não a branca, de outra orientação que não a heterossexual e de outra classe que não a média/alta, serão considerados invisíveis, não possuindo representatividade política e sofrendo as discriminações diárias próprias de cada identidade.

Nessa linha de tentar uma resposta a essas exclusões sistemáticas, que ocorrem dentro da sociedade contemporânea, é que surge o feminismo interserccional, inaugurando o pensamento de que não é “o” feminismo a resposta, mas sim “os” feminismos que podem dar maior cobertura para as questões das mulheres. Essa teoria busca analisar as questões de gênero de maneira mais diversificada e completa, reconhecendo a impossibilidade da construção de um “feminismo universal”, visto o consenso ser um mito herdado da ideologia liberal, conforme exposto anteriormente. Além disso, é importante destacar que não há hierarquia de opressões, mas que cada tipo de discriminação é de ordem diferente e cada uma merece um tipo de acolhimento e solução.

Kimberly Crenshaw (1989) é a primeira a utilizar a expressão “feminismo interseccional”, embora outras já abordassem essa ideia, sem nomear dessa forma. Em seu artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, a autora fornece exemplos de situações reais que provam que o *feminismo* interpretado de maneira singular, por vezes universal, não contempla situações em que mais de uma questão minoritária esteja envolvida, por exemplo, na combinação de gênero e raça. Ela traz exemplos de como o Judiciário não consegue vislumbrar essa sobreposição de identidades, utilizando argumentos que não coincidem com a realidade.

A autora traz dois exemplos, o primeiro deles é o caso clássico da General Motors, em que mulheres negras ingressaram com uma ação afirmando que a empresa não contrata mulheres negras. Foi sentenciado que não era o objetivo da corte criar uma classificação de proteção às minorias, afirmando que era equivocado combinar discriminações, visto que há empregados negros (homens) e mulheres (brancas). No final da decisão, foi afirmado que, caso haja algum tratamento especial para as mulheres negras, essa atitude seria encarada como uma discriminação contra elas próprias.

O outro exemplo apresentado é do caso Moore x Hughes Helicopter, em que a demandante alega que o empregado Hughes praticou discriminação de gênero e raça na promoção de cargo de supervisão da empresa. A corte se posicionou no sentido de que a discriminação não atinge todas as mulheres, mas “somente” as negras. Esse argumento foi baseado em estatísticas trazidas pela empresa, que evidenciam homens negros e mulheres brancas em cargos de supervisão. Nesse sentido, ficou provado que a empresa não possui política “contra mulheres”.

Esses exemplos do Judiciário Norte-Americano são trazidos pela autora, a fim de exemplificar a dificuldade das instituições em reconhecer discriminações combinadas, através da interseccionalidade. Vale lembrar que essa atitude não é exclusividade desse órgão, mas, sim, reflete uma limitação que as leis possuem ao classificar essas opressões, como no caso da Lei Maria da Penha, que coloca direitos universais, não fazendo recortes importantes de marcadores sociais, como: cor, etnia e gênero.²

² Recentemente, essa lei pôde ser aplicada para proteger pessoas transgênero. Entretanto, é caso jurisprudencial, dependendo da interpretação do(a) magistrado(a) que julgar o caso.

5 Considerações finais

Percebemos que as teorias de justiça, surgidas a partir da década de 1970, influenciadas pelo modelo econômico (neo)liberal, colocam como destinatário um sujeito universal que, certamente, não representa pautas identitárias contemporâneas, historicamente excluídas. Nesse sentido, é extremamente importante análises que buscam desvelar essa suposta “igualdade”, verificando as opressões como produtos historicamente consolidados, gerando culturas de exclusões.

Isso mostra que é imprescindível, também, maior representatividade política de grupos que fujam dessa lógica homogenizadora. Por essa razão, a importância de se analisar as discriminações de classe, gênero, racial e étnica, de maneira interseccional e materialista-histórica, visto que são produtos, resultados de uma dinâmica de poderes organizados para um fim. Importante é destacar que as situações sociais não são meras questões de livre-escolha individual, visto que esse pressuposto neutraliza os poderes determinantes, deixando de ser uma verdadeira escolha e uma necessidade. Por essa razão, verificamos que nem todas as pessoas, dentro de uma sociedade, experimentam o mesmo tipo de liberdade.

Dessa maneira, através da análise materialista e histórica utilizada, percebe-se que as opressões e a invisibilidade de certos grupos minoritários é consequência de uma lógica historicamente construída, na qual foram ditados valores universais e imparciais. Entretanto, ao longo da exposição do artigo, perceberam-se certas incongruências nesses pressupostos, tanto em nível institucional quanto moral.

Referências

BROWN, Wendy. **Regulating aversion**: tolerance in the age of identity and empire. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection Of Race And Sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist Politics. University of Chicago: 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: fev. de 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política, uma investigação para uma reconstituição do sentido da dialética**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987. Tomo II.

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis and beyond**. London: Verso, 2013.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Trad. de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre a questão Judaica**. Trad. de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo. 2013. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. de Paulo Cesar Castanheda e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Espanha: Ediciones Cátedra, 1970.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Sundermann, 2008.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe no divide**. São Paulo: Sundermann, 2008.

A arte como meio de resistência das mulheres negras nos espaços públicos: a busca pela releitura de um sistema opressor

Caroline Ferri

Natasha Mandela Marchelli Ribeiro

1 Introdução

As cidades e suas morfologias heterogêneas têm funcionado como organismos em constante transformação, por acompanharem as sociedades contemporâneas e as rupturas com o anacrônico, ainda que tais transgressões ocorram apenas em alguns segmentos.

Apesar de essa ideia ainda ser um pouco otimista demais, a construção de novos ambientes de oportunidades para mulheres, sobretudo as negras, vem sendo realizada de forma incessante pela sociedade, por coletivos, pelas classes pobres, por uma juventude ainda excluída.

E a difusão da luta de grupos minoritários, como as mulheres negras, ainda que de forma embrionária, estão cada vez mais alcançando o público mais heterogêneo, por meio de redes sociais, livros de autoras negras,¹ *blogs* e *sites*,² como também, de manifestações ao ar livre ou em lugares menos comuns, como meios de transporte, cafés, livrarias, etc.

Ocorre que, infelizmente, a arte, por exemplo, ajudou a retratar e reproduzir um tipo de sociedade excludente dos interesses dos negros, principalmente, as mulheres negras, ainda consideradas como objetos dispostos a servir às vontades do patriarcado.

Nesse contexto, as artes visuais contemporâneas, como uma das diversas expressões da realidade e do fantástico, poderiam atuar como importante instrumento de aproximação das reivindicações de grupo de mulheres e suas diversas demandas à cidade; além de colaborar para a inauguração de novas tendências, poderiam auxiliar na compreensão de que as mulheres negras

¹ Autoras como Angela Davis, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, por exemplo.

² Portal Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br>>.

devem ser respeitadas e que seus protestos são bem mais profundos dentro do movimento feminista.

Ocorre que, ainda com a ampla propagação destas múltiplas ideias e informações e com o choque entre as diversas opiniões, até no meio do movimento feminista, os novos espaços que estão sendo conquistados, aos poucos, ainda não são refletidos na grande mídia.

Esses choques colocam em debate diversas questões, como a vulnerabilidade da mulher negra, a livre manifestação artística, o direito sobre o próprio corpo, o direito à intimidade e, principalmente, o direito de não terem sua voz roteirizada, mas sim liderarem a narrativa de suas próprias histórias.

Na realidade, tal embate parece transcender os limites temporais e espaciais, mas que diante de um espaço de fluxos marcado por instrumentos tecnológicos, se mostra mais incisivo, sugerindo novas reflexões e críticas sobre questões estruturais, que antes ficavam mascaradas ou simplesmente não produziam a repercussão atual.

Inseridos numa conjuntura de crises e distopias, a busca por meios alternativos, como as artes plásticas, que possam sintonizar a luta das mulheres negras e o espaço público, como ambiente de resistência, se mostram absolutamente essenciais para a conquista de direitos.

Esses momentos de incertezas podem estar relacionados, dentre outros fatores, à participação das mulheres na disputa por um lugar na cidade e à constante barreira imposta por uma sociedade essencialmente patriarcal, que, por sua vez, dificulta ou anula as políticas públicas voltadas às mulheres (negras).

Com efeito, novas formas de manifestação artística se conectam diretamente com direitos constitucionalmente garantidos, para se resguardarem de eventuais imposições negativas, que perpetuem a imagem da mulher negra reduzida a um objeto. Ou seja, é preciso que se rompa a ideia de que as mulheres negras estão confinadas a um lugar específico, a um papel erótico e servil.

Nesse sentido, o deslocamento da arte dos lugares convencionais para a fluidez da cidade pode permitir, através de novas linguagens, maior alcance da mensagem que está sendo transmitida, superando todos os limites já impostos, os quais determinavam o público, que seria destino da obra ou a instalação artística.

É nesse momento que a presença das artes, nas ruas da cidade, assume um papel fundamental para a promoção dos direitos das mulheres, de forma plural e

democrática, auxiliando, assim, as mulheres negras a conquistarem sua cidadania, como forma de inclusão sociocultural.

O artista contemporâneo é um artista público, que quer abraçar uma quantidade maior de pessoas e experiências, exaltando a cidade como um lugar de reflexões, de troca de conhecimentos, no qual a arte se aproxima da realidade. Em tempo, a presença da arte na urbe possibilita que as pessoas, que a constituem, possam consumi-la de diversas formas.

Esse modo cultural de consumir a cidade pode ser um instrumento diferente para debater o racismo e o machismo, temas tão sintomáticos no Brasil e que a sociedade não enfrenta, pois prefere se esconder atrás dos privilégios do *homem branco*.

Observa-se que, dos novos diálogos, ainda não resulta uma harmonização das perspectivas distintas entre si, mas sim o aprofundamento do abismo existente entre o que foi posto pela sociedade patriarcal e as reivindicações das mulheres negras, florescendo uma das muitas contradições dessa globalização, que é justamente agudizar as diferenças entre os indivíduos – também entre as próprias mulheres.

A sociedade formada por todos aqueles atores, que apenas se interessam em resguardar seu *status quo* de controle sobre os grupos minoritários, na realidade, incentivam o embate entre as mulheres, como forma de enfraquecer a luta por reconhecimento, como sujeitos de direitos.

Nessa perspectiva, é preciso atentar para as manifestações artísticas, envolvendo mulheres negras, que ainda reforçam um estereótipo racista e machista. É o que se vê em representações que *objetificam* a mulher, que a inferiorizam ou anulam suas vontades.

A partir desse olhar desprendido de amarras sexistas ou raciais, propõe-se analisar a influência da arte no espaço público, como um lugar de pertencimento e inclusão, que, de forma democrática, possa contribuir para o fortalecimento da cidadania das mulheres negras, para abrigar a representatividade que demandam.

2 A arte como meio de resistência

As revoluções pelas quais passa a sociedade contemporânea afeta diretamente as relações entre as pessoas, o modo como elas se enxergam numa conjuntura e, até mesmo, as nações. Nessa base de diversas e profundas

mutações, meios de resistência conferem voz à diversidade e revitalizam conceitos e atores sociais.

Por essa perspectiva:

Ao destacar como a radicalidade transformadora das redes afeta a cultura, Manuel Castells expõe uma relação intrincada. Se, por um lado, podemos afirmar que a cultura é o ambiente das redes, na medida em que são elementos culturais comuns que as tornam possíveis; podemos também dizer que, dada a sua horizontalidade e não-linearidade, as estruturas em rede são, por excelência, o *locus* de renovação, transmissão e hibridização de culturas. É esta dinamicidade, este movimento de troca, construção e desconstrução próprio das redes que mantém as culturas vivas, ou melhor, que as revitaliza ininterruptamente. (RUBIM, 2011, p. 23).

Acontece que, ao invés de essas redes de comunicação digital serem utilizadas para aproximar ainda mais as pessoas, evidenciando os diversos elementos culturais de linguagem utilizados como forma de expressão ou transmissão de mensagens, o que ainda vemos hoje é a reprodução de uma sociedade racista e machista, que oprime as mulheres negras e/ou enfraquecem, ou anulam, sua cidadania.

Os direitos culturais amparados pela Constituição Federal de 1988, assim considerados como integrantes do rol dos direitos fundamentais, revestem-se de experiências, que constituem, também, um princípio jurídico-constitucional: a dignidade da pessoa humana.

Por essa lógica, manter um elo entre os direitos das mulheres e a dignidade humana compreende intuitos muito mais íntimos ao desenvolvimento da plena cidadania e a sensação de pertencimento, como forma de desconstrução de uma imagem colonial da mulher negra, que a aprisiona no deleite do universo masculino.

Nesse contexto, os direitos culturais são fruto da luta de minorias, sob a perspectiva cultural, para que a sua maneira de ver e experimentar o mundo, suas necessidades e ideias sejam reconhecidos como legítimos. (HERRERA FLORES, 2009).

James Holston (2013), ao tratar da cidadania insurgente comenta:

Como resultado, muitos brasileiros sentem-se menos seguros sob a democracia política que alcançaram, seus corpos mais ameaçados pela violência cotidiana do que pela repressão da ditadura. Além disso, ao mesmo tempo que uma geração de cidadãos insurgentes democratizou o espaço urbano, criando um acesso sem precedentes aos seus recursos, um clima de medo e incivilidade passou a permear os encontros públicos. (p. 47).

O violento legado de transgressões em massa dos direitos das mulheres, dentre inúmeros efeitos negativos causados até hoje, também gerou a necessidade de se criar uma memória diferente sobre a mulher negra, que a descole daquela concepção estereotipada que lhe foi imposta, como mulheres que servem à sexualidade ou aos desejos de uma sociedade patriarcal, a qual busca apenas legitimar essas opressões.

O livre-acesso à participação de manifestações artísticas e culturais, como corolário da liberdade de expressão e dignidade humana auxilia no incremento de uma cultura formada pelas diversas expressões de mulheres negras, de seus desejos, sua ideologia e sua luta, na qual o diálogo deve despir-se de intolerâncias e abraçar o respeito e a valorização desse grupo.

Reconhecer as expressões artísticas, como bens de resistência das mulheres negras àquela ideologia machista e racista, que se utiliza de uma narrativa aviltante, para conceder privilégios e legitimar a opressão, é exercer plenamente uma cidadania feminista, que incentiva um ambiente de reconhecimento e inclusão.

No entanto, para que se interrompa a reprodução de um discurso violento sobre as mulheres negras, é preciso tratar temas como racismo e machismo, por serem *elementos fundadores da sociedade*, na qual as hierarquizações de humanidade serão representadas em todos os espaços, sejam públicos ou privados. Falar sobre esses temas é uma questão de sobrevivência, de denúncia a uma sociedade desigual e opressora.

A sociedade precisa internalizar que as mulheres negras não podem mais ficar encarceradas num padrão que as inferioriza e as exclui o tempo inteiro, para, finalmente, refutar esse modelo e vislumbrar destinos alternativos e democráticos. (RIBEIRO, 2018, p. 78).

As representações artísticas devem estabelecer uma conexão entre as mulheres negras – que não é apenas uma luta identitária –, sua cultura e os valores que privilegiam as diferenças, não só como símbolos de uma diversidade, mas também como meio de proteção às gerações futuras.

A política cultural promovida pelo Poder Público, enquanto gestor e incentivador da cultura, deve desempenhar o protagonismo para viabilizar as manifestações artísticas e os movimentos sociais, que façam uma releitura do papel da mulher negra na sociedade, por meio de uma história que seja contada por elas e não pelo patriarcado.

Diante disso, as políticas públicas culturais devem representar não só os investimentos voltados aos direitos das mulheres negras, que resguardem o direito sobre seu próprio corpo, sua imagem, sua intelectualidade, sua sexualidade, profissão, crença, dentre outras nuances, mas também uma dinâmica de eventos que proporcionem a conscientização das pessoas, como um todo, sobre a importância de se pensar a sociedade além dessa visão viciada, que privou as mulheres negras das oportunidades de desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional.

Por outro lado, é preciso observar que, na perspectiva da cultura relacionada às mulheres, em particular, a arte produzida por mulheres (se forem mulheres negras, o abismo é ainda mais profundo) é claramente subvalorizada, sendo classificadas e separadas da *arte como um todo*.

A sociedade patriarcal hierarquizou a arte e o conhecimento, categorizando a literatura produzida por mulheres, por exemplo, como *literatura feminina* (vale também para as artes visuais), enquanto a literatura produzida por homens é considerada como literatura universal. Isso faz parte de um processo de depreciação da cultura produzida por minorias sociais, sejam mulheres, pessoas negras ou LGBTQT+, dentre vários outros.

Para melhor compreensão dessa ideia:

Tradicionalmente, a grande maioria de críticas e críticos de origem branca, ao abordar o trabalho de artistas visuais e da literatura que sofrem opressão por causa de sua raça e que exploram as experiências e lutas de seus povos, tende a diminuir suas obras com a legação de que são “provincianas” ou insuficientemente “universais”. (DAVIS, 2017, p. 194).

No caso do feminismo negro, a promoção da leitura de autoras negras e a publicidade de artistas plásticas, que abordem essas temáticas, incentivam mais ainda a participação de mais mulheres negras no movimento de luta e, quanto maior for essa atuação, mais próximo se estará da conscientização, do exercício da cidadania, conforme a dignidade da pessoa humana.

As artes são recursos infalíveis, que criam microssistemas de resistência dos artistas e da população, em tempos sombrios de opressão e isolamentos e, enquanto nuance da cidadania e democracia, devem ser utilizados para aproximar ainda mais as diversas ideologias.

Ao encarar a cultura, de maneira mais apurada e como elemento essencial à construção e fortalecimento de uma autonomia da mulher negra, é possível

explorar outras realidades, refletir sobre novas concepções e dimensões de cidadania feminina, democracia, lugar que ocupa na cidade e arte como instrumento de efetivação da dignidade humana.

Utilizar as redes imbuídas de radicalidades transformadoras afetará diretamente os movimentos de mulheres negras, que poderão renovar as estruturas sociais, emancipando-as cada vez mais de um sistema de reprodução ideológica limitado e perverso.

3 O modelo de políticas públicas e as estruturas clássicas de poder

No Brasil, o tema das políticas públicas passou a ser abordado de forma mais aberta em alguns julgamentos no Supremo Tribunal Federal, mas, inicialmente, eram idealizadas como meios de consolidação de normas constitucionais programáticas. No entanto, é preciso lembrar que as políticas públicas também são meios idôneos para a efetivação de direitos fundamentais de todas as dimensões.³

Para Maria Paula Dallari Bucci, as políticas públicas representam a “coordenação dos meios à disposição do Estado, harmonizando as atividades estatais e privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. (BUCCI, 1996, p. 95). Ou seja, ainda que as políticas públicas se apresentem como abstratas escolhas governamentais, normalmente ganharão forma por meio de planos públicos, exigindo a edição de atos infralegais e legais.

No entanto, parece mais adequado estabelecer que o direito vai direcionar os objetivos, que podem ser legitimamente perseguidos em matérias de políticas públicas, mas não que ele próprio seja uma dessas matérias.

Desta forma, se mostra oportuno adotar o conceito de políticas públicas, que as define como ações e programas, que conferem efetividade a direitos

³ Importante destacar a Teoria dos quatro *status*, desenvolvida por Walter Jellinek. De acordo com o autor, os direitos fundamentais cumprem diferentes funções na ordem jurídica, consubstanciados em *direitos de defesa*, “destinados a proteger determinadas posições subjetivas contra a intervenção do Poder Público pelo não impedimento da prática de determinado ato, seja pela não intervenção em situações subjetivas ou pela não eliminação de posições jurídicas. Nessa dimensão, os direitos fundamentais contêm disposições definidoras de uma *competência negativa do Poder Público* que fica obrigado, assim, a respeitar o núcleo de liberdade constitucionalmente assegurado”. (MENDES, 2012, p. 296).

fundamentais constantes no ordenamento jurídico e que necessitam de ação pela Administração Pública.

Com efeito, importa destacar que a definição das diretrizes de atuação da Administração Pública incide em escolhas políticas, a serem realizadas por meio de atores de cúpula do Poder Executivo, bem como de legisladores.

Esse é o principal obstáculo para a promoção de políticas públicas voltadas ao feminismo negro: as políticas públicas, no Brasil, são, em sua maioria, formuladas e efetivadas por homens brancos, que apenas reproduzem o modelo excludente.

É imprescindível pensar em um sistema de políticas públicas que seja inclusivo e democrático, que atenda aos direitos fundamentais mais simples, que dê voz às suas liberdades, que contemple o respeito e novas oportunidades a essas mulheres tão oprimidas.

Nesta linha de pensamento, Ronald Dworkin (2002) assevera que as políticas, diferentemente dos princípios, determinam quais finalidades devem ser alcançadas ou quais conjunturas devem ser sustentadas, mas sempre se relacionando aos aspectos sociais, políticos ou econômicos da comunidade.

Esse caminho sugere que ainda vivemos em uma estrutura política (e jurídico também) para o qual as questões afetas às mulheres negras não são interessantes, pois o que se pretende é sustentar um paradigma anacrônico de violências aos direitos mais básicos das mulheres.

A insegurança e a ausência de crença, naquilo que fora anteriormente estabelecido socialmente, fazem com que as pessoas se constituam em rede, para potencializar suas vozes. Esta rede se estabeleceu sobre o espaço livre e público da cidade e da internet, fortalecendo a autonomia individual e coletiva das pessoas.

Uma das características marcantes de certos movimentos sociais, quando se formam em rede, e do movimento feminista, também, é a reivindicação por reconhecimento social, democratização do espaço público, de modo a desvincular-se de ideologias políticas já institucionalizadas. (CASTELLS, 1996).

E a arte pode ser instrumento desse contrapoder, desafiando as instituições patriarcais consolidadas com incursões artísticas em questões relacionadas à identidade de gênero, por exemplo, para que sejam incluídos, na pauta da sociedade, outros valores e interesses, que, às vezes, o preconceito não permite sequer conhecê-los.

Não é novidade que as instituições ditam seus próprios valores, fundamentando-se em coerção e intimidação, para construir diferentes significados no consciente das pessoas, o que é uma fonte de poder ainda mais influente e estável.

Ocorre que as instituições e a sociedade se alimentam num ciclo vicioso, porque o modo como as pessoas pensam determina o caminho das instituições de forma mais eficaz, do que apenas manter-se na coerção e no medo. Desta forma, a doutrinação ideológica e as próprias políticas públicas são capazes de sustentar os sistemas institucionais por mais tempo que um poder carregado apenas pela coerção. As instituições moldam a maneira como as pessoas pensam, e o modo como as pessoas pensam sustentam as instituições neste cenário.

Então, se as instituições tradicionais continuarem a repassar esse sistema de inferiorização da mulher negra, mais distante da luta do feminismo negro as políticas públicas estarão, e mais ineficaz será qualquer projeto democrático.

Por isso, recorre-se à arte e à comunicação, como uma rede de troca de informações, experiências e impressões, num processo de intercâmbio cultural e identitário. Entretanto, de acordo com o sociólogo Manuel Castells (1996), a despeito de cada indivíduo ter sua própria interpretação acerca das informações recebidas, esse processo de comunicação e, conseqüentemente, as políticas públicas, são moldados e condicionados pelo ambiente do qual a informação foi emitida e no qual ela foi processada.

Os indivíduos, em diferentes níveis, são tão influenciados pelas informações que lhes são transmitidas, que acabam se fechando em *bolhas de opiniões* e essa ausência de visão alongada é absolutamente nociva ao debate coletivo. Nesse contexto de nichos de informações, a arte, como mecanismo de plataforma de comunicação é extremamente importante para dar voz positiva a milhares de outras pessoas, que podem não estar sendo contempladas pelo poder vigente.

Neste caso, manifestações artísticas, que trazem novos olhares sobre o lugar que as mulheres devem ocupar na sociedade, em especial, as mulheres negras, proporcionam maior autonomia aos movimentos sociais, superando o estigma do elemento histórico concebido como inferior.

O conceito de *lugares de memória*, inicialmente concebido pelo historiador Pierre Nora, considera que estes “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter

aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais”. (NORA, 1993, p. 13).

No entanto, é preciso sintonizar tal conceito com as diversas transformações e, por isso, Ludmila da Silva Catela propôs um novo conceito, a partir do qual os *territórios de memória* se apresentam mais dinâmicos e fluidos:

Às relações ou ao processo de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos os que se envolvem no trabalho de produção de memórias sobre repressão, ressalva os vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de lugares que potencialmente pode ser representado por um mapa. (CATELA, 2012, p. 116).

Esta formulação é importante para a tutela da dignidade de minorias e comunidades tradicionais, pois considera que os elementos dos territórios de memória, como lugares, documentos, narrativas, histórias e bens materiais e imateriais, já estão absorvidos em sua essência.

Nesse contexto, um dos papéis desempenhados pelos *lugares de memória* envolve garantir que não haja mais violações em massa de direitos humanos, desrespeitos ao patrimônio histórico-cultural, bem como impedir ações preconceituosas contra diversas referências culturais.

Esta sistemática de *lugares de memória*, na verdade, se molda ao incremento da memória coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência de valores e sentimentos de compreensão do novo e convivência com aquilo que é diferente.

Diante disso, é importante lembrar que, no que se refere à herança cultural dos negros e, também, das mulheres negras, a história foi contada “de cima para baixo”, repleta de discriminações, distorções e violências, estruturando-se na escravidão, onde os brancos (principalmente, homens brancos) se apropriaram de toda a cultura e história dos negros (e do corpo das mulheres negras), acarretando uma catástrofe racial.

O espaço público institucional é regido pelos interesses das elites dominantes, mormente, dos homens brancos, e que os movimentos sociais precisam abrir novos espaços públicos de debate, que não se limitem ao convencional e que tornem viável a ocupação da cidade.

De acordo com o antropólogo Clifford Geertz (2012, p. 152), “a capacidade de perceber os sentidos de uma obra artística é, como a capacidade de produzi-la, um produto resultante da experiência coletiva. Os equipamentos

socioculturais para produzir e absorver os sentidos das artes têm a mesma origem”.

Os elementos artísticos, enquanto componentes da cultura, são extremamente importantes, pois o acesso a eles determina uma aproximação ou um distanciamento e a limitação de determinada exposição, filme ou peça de teatro configura um mercado de censura, que serve a uma dominação cultural. Seguindo essa linha de raciocínio, a exclusão, tanto na seara cultural, quanto social, produz fortes e negativas consequências para a cidadania e democracia. (SOUZA, 2012).

Acredita-se que, na contemporaneidade globalizada, e com o fácil acesso à informação e à diversidade, a sociedade estaria mais aberta ao novo e ao diferente e, pelo menos, conseguiria respeitar e conviver com essas ideias.

Outrossim, em razão de os museus e galerias de arte, muitas vezes, representarem ambientes de interdição, nos quais a participação das pessoas no processo artístico é limitado, é a que os territórios de uso comum e em movimento devem ser ocupados como espaços de encontro e metamorfoses.

Assim sendo, nesses novos locais de intercâmbio cultural, as pessoas, principalmente aquelas sem privilégios de cor de pele ou de classe social, poderiam de forma livre e democrática ter acesso à liberdade, participação e igualdade, como corolários da cidadania plena.

4 Considerações finais

Esse é o momento de resistirmos contra o desmantelamento das políticas públicas voltadas para as mulheres, por meio de debates sobre temas como o machismo e o racismo, indo de encontro com a sistemática patriarcal e opressora, que apenas pretende manter seus *status quo* de controle sobre a liberdade feminina.

Por isso, os movimentos sociais, por meio dos coletivos de mulheres e dos negros, por exemplo, se apresentam como forte vetor de protagonismo neste diálogo entre a sociedade e as velhas instituições, num processo de desconstrução de modelos sociais abusivos.

Mais do que isso, também é preciso pensar sobre o lugar que a mulher negra consegue ocupar no meio artístico e acadêmico, dois nichos valorosos para o debate de questões tão sintomáticas da sociedade brasileira, como o

machismo e o racismo, revelando o modo como a *representatividade* se dá nesses espaços.

As políticas públicas, por meio das diversas manifestações artísticas, podem atuar como importante recurso para promover a releitura de toda a narrativa sobre as mulheres, sobretudo as mulheres negras, que ainda é vendida pela mídia corporativa até hoje.

Um exemplo disso são os papéis desempenhados por atrizes negras em novelas ou seriados de televisão, nos quais as mulheres negras são representadas como escravas, empregadas domésticas, como objeto de satisfação sexual. Nesse sentido, ainda conservam a figura da “Mulata Globeleza”, que confina a imagem da mulher negra a um espaço relacionado à sensualidade. Obviamente, a problemática não é em relação à sensualidade em si, mas sim ao lugar que se impôs sobre a mulher negra e a ausência de escolha, reduzindo-as. (RIBEIRO, 2018, p. 141).

A insurgência que se pretende é extremamente visceral ao debate público sobre como o cenário político, por meio das políticas públicas, e a própria arte, por meio da mídia, agem sobre a questão do machismo e do racismo e, de modo infeliz e silencioso, censura qualquer ação de transformação desse retrocesso absurdo.

Por isso, a partir das reflexões geradas neste ensaio, chega-se ao ponto de que seria preciso criar mais espaços de comunicação autônoma e de representatividade das mulheres negras, que constitui a essência dos movimentos sociais, livre de limitações.

Dar voz a essa multiplicidade de pessoas é fazer com que as propostas e as ideias dessas pessoas também incorporem a pauta política e esta, por sua vez, poderá ser reconhecida como uma elaboração compartilhada, de diferentes graus de interferência.

Isto porque, é importante lembrar que esses atores sociais, principalmente as mulheres negras, detêm poderes desiguais e que se encontram infiltrados de modo diferenciado no campo de forças da sociedade contemporânea.

Por sua vez, os espaços públicos precisam ser disputados pelas mulheres, pois assim a representatividade que se pretende pode inspirar a memória das lutas desses movimentos, como forma de reivindicar a cidade como elas querem e não como foi imposta.

Em razão disso, poderia ser benéfico, tanto para as mulheres quanto para a estrutura da urbe, idealizar sistemas mais flexíveis de governança, que envolvam

não só diferentes diálogos sobre o racismo e o machismo entre diversos setores da sociedade, mas, também, a utilização da cidade como veículo de divulgação das novas intervenções artísticas no espaço público.

É preciso estar atento aos discursos carregados de ideologia difundidos pela mídia e por diversos segmentos sociais e o impacto que pretendem causar. Uma análise mais profunda poderia filtrar os traços negativos e positivos dessas intervenções.

Quanto mais ideias forem geradas, com base nas experiências das mulheres negras, mais representativo e esperançoso será o fortalecimento desse processo, conquista dos espaços públicos e privados.

Inclusive, o teórico francês Henri Lefebvre (2008, p. 124), que imaginou a ideia de direito à cidade indica que a cidade é um lugar de encontros, convivências e conflitos: “A diferença é informante e informada. Ela dá forma, a melhor forma resultando da informação ótima. Quanto à separação e à segregação, elas rompem a informação. Conduzem ao informe. A ordem que constituem é apenas aparente”.

A questão toda que devemos afastar, mas que ainda caminha lentamente, é a desigualdade entre homens e mulheres e, aqui, as mulheres negras sofrem mais ainda, pois perdem espaço para as mulheres mais privilegiadas.

Percebe-se, então, que a arte, incluída num projeto de políticas públicas, pode promover o desenvolvimento coletivo e individual de mulheres negras e, com isso, o exercício da cidadania plena, atendendo aos princípios constitucionais e caminhando em direção ao reconhecimento de suas identidades e da luta contra as múltiplas opressões deste sistema patriarcal.

É mais do que essencial que as mulheres negras possam ter sua imagem representada de forma totalmente diferente do que tem sido até hoje e que a elas seja dada a oportunidade de contar sua própria história, dizer qual lugar elas querem ocupar, que cidade elas querem produzir e quais caminhos elas devem percorrer, bem como: que tipo de arte elas querem ver representar sua própria imagem, seu conhecimento, sua crença e seus desejos.

Referências

AHMED, Flávio. **Direitos culturais e cidadania ambiental no cotidiano das cidades**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

- BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e Direito Administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público**, n. 13, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Posfácio – Articular mentes, criar significado, contestar o poder. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CATELA, Ludmila da Silva. Todos temos um retrato: indivíduo, fotografia e memória no contexto do desaparecimento de pessoas. **Topoi**, v. 13, n. 24, p. 111-123, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n24/1518-3319-topoi-13-24-00111.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GEERTZ, Clifford. Art as a cultural system. In: DE SOUZA, Allan Rocha. **Direitos culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HERRERA FLORES, Joaquin. A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. In: DOMINGUES, João; ALBINATI, Mariana. **Direitos culturais: diversidade e conflito produzindo a cidade**. Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais. Org. Orlando Alves dos Santos Junior. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.
- MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto de História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- NOVAIS, Jorge Reis. **A dignidade da pessoa humana: dignidade e direitos fundamentais**. Dignidade e inconstitucionalidade. Dignidade e ciências da vida. Dignidade e consentimento. Coimbra: Almedina, 2016. v. 1.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RUBIM, Albino Antonio Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- SOUZA, Allan Rocha de. **Direitos culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

Protagonismo das mulheres na construção da profissionalização do catador em Caxias do Sul

Ana Maria Paim Camardelo
Nilva Lúcia Rech Stedile
Alais Benedetti

1 Introdução

Considerando o contexto histórico, o século XX foi marcado por diversas mudanças estruturais na sociedade, que modificaram as próprias concepções do ser humano, de si e do mundo. Estas mudanças foram decorrentes, em muito, pelos movimentos sociais que foram sendo constituídos, especialmente a partir da segunda metade do século. Dentre esses, pode-se destacar, no cenário social mundial, a relevância de dois: o movimento feminista e o movimento das causas ambientais.

O movimento feminista é conhecido por se dividir em diversas fases, conforme o contexto histórico. Durante a década de 1970 a 1980, surge, principalmente nos Estados Unidos e na França, a luta das mulheres pelos direitos reprodutivos e por condições de trabalho mais igualitárias como a dos homens. Tal movimento é conhecido como segunda onda do feminismo. (GALETTI, 2014).

No Brasil, é a partir da década de 1970, que o feminismo surge enquanto movimento organizado, criticando o contexto histórico-político do País e denunciando as diferenças socioeconômicas, em virtude do processo de modernização em que o Brasil se encontrava. Sendo assim, a discussão é focada principalmente na mulher trabalhadora, apontando a falta de creches, a necessidade de a mulher trabalhar para complementar a renda e possuir salários mais baixos. (MANINI, 2012).

Posteriormente, na década de 1980, além das causas trabalhistas, o movimento começa a questionar com maior intensidade a relação da mulher com o sujeito masculino e a família, levantando pautas em relação ao direito ao corpo, à: sexualidade, maternidade, saúde e violência contra as mulheres. (MANINI, 2012).

A inserção da mulher na esfera pública, principalmente por meio do trabalho, modificou os papéis sociais impostos até então pelo patriarcado, em

que a mulher permanecia somente na esfera privada, encarregada dos cuidados domésticos e dos filhos. A conquista pelo trabalho, mesmo em condições desiguais, quando comparada à da figura masculina, pode ser considerada um dos principais meios de inserção política da mulher na sociedade. Pedro e Guedes (2010) enfatizam que os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres são delimitados conforme as necessidades econômicas e sociais da sociedade. Sendo assim, pode-se pensar a inserção da mulher na esfera pública como resultado da necessidade social da época, porém, essa questão trouxe consigo a possibilidade da construção, mesmo que paulatina, da emancipação da mulher, da participação política, da reflexão da opressão e construção de formas de enfrentamento à desigualdade de gênero.

Em relação ao movimento em defesa das causas ambientais, este inicia oficialmente em 1972, com a conferência de Estocolmo, sendo proposta pela Suécia, em virtude da existência de chuvas ácidas sobre os países nórdicos. Como resultado da Conferência, tem-se a proposição de um documento pela União das Nações Unidas (ONU), que considera os problemas ambientais resultantes, de um lado do excesso econômico, como, por exemplo, tecnologia agressiva e consumo em excesso dos países desenvolvidos, e nos países em desenvolvimento pela falta econômica, ou seja, pelo crescimento demográfico e baixo PIB. Sendo assim, percebe-se que para alcançar um desenvolvimento sustentável, deve-se incorporar a dimensão social, visando a acabar principalmente com a pobreza, além de pensar no modo como os recursos naturais estão sendo consumidos. (NASCIMENTO, 2012).

No ano de 1992, acontece uma segunda conferência, conhecida como Rio-92, em que novamente se elabora um documento seguindo praticamente os mesmos princípios de Estocolmo, em que a boa gestão dos recursos naturais só seria possível por meio da relação entre desenvolvimento social e meio ambiente. (NASCIMENTO, 2012). Esse evento também é marcado pela presença das mulheres no fórum das ONGs, que resultou na Agenda 21. (ALVES; ALVES, 2013). Essa agenda foi pensada conforme o contexto de cada país. No Brasil foi construída com o intuito de analisar as potencialidades e as fragilidades do território, visando ao seu desenvolvimento, por meio de políticas e projetos sustentáveis. (MALHEIROS; PHILIPPI JÚNIOR; COUTINHO, 2008). Tal agenda também teve grande importância nas iniciativas sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos, possibilitando que se pensasse em programas de coleta seletiva e iniciativas de educação ambiental. (DEMAJOROVICK; BESEN, 2007).

Cabe ressaltar que, perante o cenário brasileiro de modernização e a necessidade de pensar no desenvolvimento sustentável, os resíduos sólidos urbanos passam a ser um problema para as cidades, pois não se encontram soluções efetivas de destinação dos mesmos, além do fato de que homens e mulheres, que estão à margem da sociedade, encontram nos aterros uma forma de retirarem meios de sobrevivência, mesmo que de forma insalubre. Conforme Dias (2010), é também por volta de 1990 que um grupo de especialistas começa a pensar nos modos de gerenciamento dos resíduos sólidos em países em desenvolvimento. Elencam, assim, que a gestão deve englobar três dimensões: “Os atores envolvidos e afetados pela gestão dos resíduos; os elementos práticos e técnicos do sistema; os aspectos de sustentabilidade do contexto local”. (ANSCHULTZ apud DIAS 2010, p. 2).

É pensando nos atores envolvidos, que se começa a perceber a valiosidade do trabalho do catador e a necessidade de incluí-lo no programa de gestão compartilhada dos resíduos. Até então, o setor público e os próprios movimentos sociais não conseguiam reconhecê-los como agentes de transformação, que contribuem efetivamente para o desenvolvimento do País, o que conseqüentemente os deixava à margem da sociedade e lhes impedia qualquer iniciativa de organização, em parceria com o setor público. É nessa época, então, que são construídas as primeiras iniciativas de cooperativas e associações de recicladores, que se tornaram uma estratégia eficaz para o manejo dos resíduos sólidos urbanos. (DEMAJOROVICK; BESEN, 2007).

Conforme Pereira e Teixeira (2011), é nesse período que começa a ser dada visibilidade à situação precária e à quantidade de catadores, inclusive de crianças, que se encontravam nos lixões. Diante desse cenário, em 1998 é criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, com os objetivos de erradicar o trabalho infantil, estimular a inserção dos catadores nos programas de coleta seletiva, e mudar a forma de destinação dos resíduos do País. Após o evento, foram realizados fóruns estaduais e municipais, com o intuito de avaliar e pensar em alternativas para cada realidade local. As associações e cooperativas de catadores, criadas durante toda a década, se tornaram base para o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que se tornou o principal mecanismo de reivindicação de direitos, bem como o reconhecimento da catação como sendo uma profissão. (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

Mesmo após um primeiro reconhecimento dos catadores como valiosos agentes ambientais, ainda no início da década de 1990, é só em 2002 ocorreu o

reconhecimento da ocupação catador¹ pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). (BASTOS; ARAÚJO, 2015). Assim, o reconhecimento da ocupação catador pela CBO pode ser considerado uma conquista de direitos dessa categoria da classe trabalhadora. Porém, conforme ressalta Miura e Sawara (2013), o reconhecimento não foi o marco de término da discriminação que esses(as) trabalhadores(as) sofrem, pois continuam sendo considerados(as) pessoas à margem da sociedade, que possuem uma aparência suja, por mexerem com aquilo que é maldescartado, considerado imundície.

No ano de 2012, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, na qual foram reafirmados os princípios da Eco 92. Em relação à mulher é reafirmado o reconhecimento de seu papel vital no desenvolvimento sustentável, além de reconhecer seu papel de liderança, a necessidade de promover a igualdade de gênero e o empoderamento, bem como garantir sua participação plena e efetiva nas políticas, nos programas e nas tomadas de decisão, em todos os níveis envolvendo o desenvolvimento sustentável. Outro aspecto a destacar é a criação de empregos para as mulheres, visando a melhorar sua qualidade de vida e bem-estar. No documento da referida Conferência, há 32 princípios que abordam a temática mulheres, incluindo um capítulo: “A igualdade de gênero e empoderamento das mulheres”.

A partir do exposto, ao pensar em formas de desenvolvimento sustentável, necessariamente precisa-se abranger a dimensão social e a participação da mulher.

Nesse sentido, objetiva-se neste capítulo realizar um breve relato histórico em relação ao manejo com os resíduos sólidos e analisar a participação das mulheres na construção da profissão catador, no município de Caxias do Sul/RS, a partir do que é veiculado na imprensa local. Este trabalho é oriundo do projeto de pesquisa “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais”.²

¹ Os catadores são intitulados, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010); reconhecidos profissionalmente, na CBO de 2002, como Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável (código 5192), que congrega desde 2001 o Catador de material reciclável (código de ocupação 5192-05), sendo que, a partir de 2011, foram incluídas duas novas ocupações: Selecionador de material reciclável (código de ocupação 5192-10) e Operador de prensa de material reciclável (código de ocupação 5192-15).

² Pesquisa financiada pelo CNPq e coordenada pela Profa. Dra. Ana Maria Paim Camardelo. Teve início em maio de 2017, com previsão de término em maio de 2020.

2 Metodologia

Para dar conta do objetivo, utilizou-se pesquisa documental que, conforme Gil (2002, p. 45) se refere a “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Os dados foram coletados dos principais jornais de circulação da cidade, sendo estes: Pioneiro, Correio-Riograndense, Folha de Caxias, Gazeta de Caxias, Folha de Hoje, Tempo Todo e Jornal Dos Bairros. O período se refere ao ano de 1986, em que se encontrou a primeira reportagem que fazia menção ao catador, até o ano de 2016, anterior em que se deu início ao projeto. Foram extraídas todas as reportagens que se referiam ao trabalho do catador e, posteriormente, buscou-se destacar apenas as reportagens que constavam de entrevistas com catadores. Tais reportagens foram organizadas em quadros e analisadas de forma quantitativa, realizando um paralelo entre homens e mulheres e qualitativa sobre o conteúdo das entrevistas das quais as mulheres participaram.

3 Resultados e discussão

Assim como no cenário nacional exposto brevemente na introdução deste capítulo, de acordo com o jornal Pioneiro, a cidade de Caxias do Sul também enfrentava dificuldades para encontrar soluções efetivas no manejo com os resíduos sólidos, sendo este um tema de conflito e complexa resolução. Nas reportagens, são retratados principalmente dois vazadouros. O primeiro deles, construído no ano de 1979, onde não havia nem um tipo de controle sobre o que era depositado no local, nem havia grande preocupação com os catadores que lá se encontravam, visto que muitos deles moravam no local em situações insalubres. Ainda, a presença desses catadores incomodava alguns agricultores, donos de propriedades que se localizavam aos arredores do aterro. Tais agricultores relataram que os catadores “invadiam” as propriedades, retirando produtos agrícolas.

Em 1991, foi construído um aterro (lixão), que, mesmo sendo considerado um local para depósito apenas de resíduo domiciliar, passa a ter características muito semelhantes com o antigo vazadouro, como o depósito de resíduos não controlado, além da presença de catadores vivendo no local de forma insalubre. É só em 1997, que a gestão municipal consegue, em parceria com um grupo de

catadores, inaugurar a primeira associação de catadores, que se tornou a solução mais efetiva para a destinação dos resíduos sólidos, além de começar a retirar os catadores dos aterros e possibilitar condições de trabalho mais dignas, em relação às quais eles eram submetidos.

Na totalidade de citações, que se referem diretamente a algum(a) catador(a), pode-se retirar oitenta e duas (82) menções. Em análise comparativa por sexo, na totalidade, houve maior prevalência de entrevistados homens, quando comparado às mulheres, conforme pode ser observado na Tabela 1.

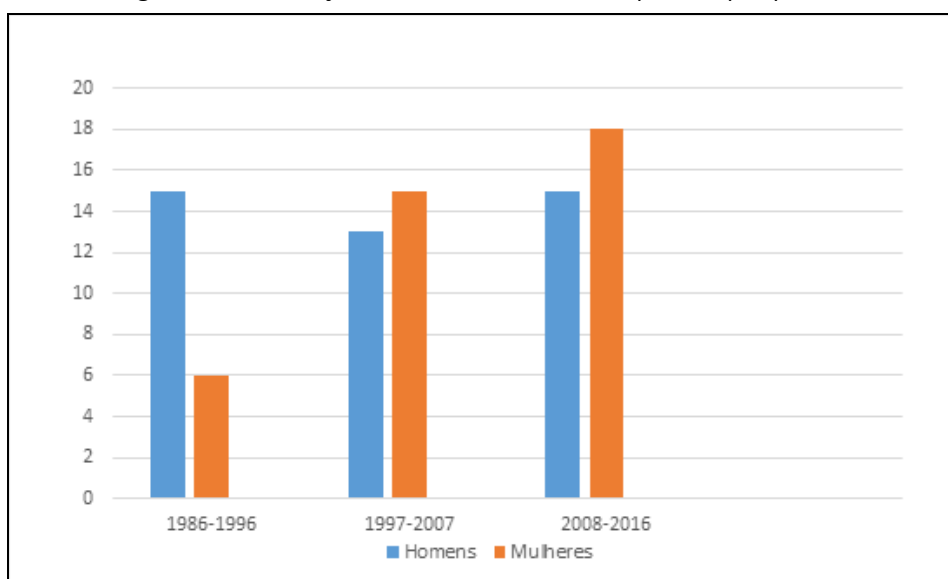
Tabela 1 – Distribuição de catadores por sexo

Sexo	Número de citações	Porcentagem
Mulheres	38	46,3%
Homens	44	53,7%
Total	82	100%

Fonte: Elaboração das pesquisadoras, 2018.

Quando analisado de forma longitudinal, pode-se perceber que, a partir do marco de criação da primeira associação de recicladores na cidade, houve um aumento significativo de citações das mulheres, passando a ser prevalentes em relação aos homens, como pode ser observado na Figura 1.

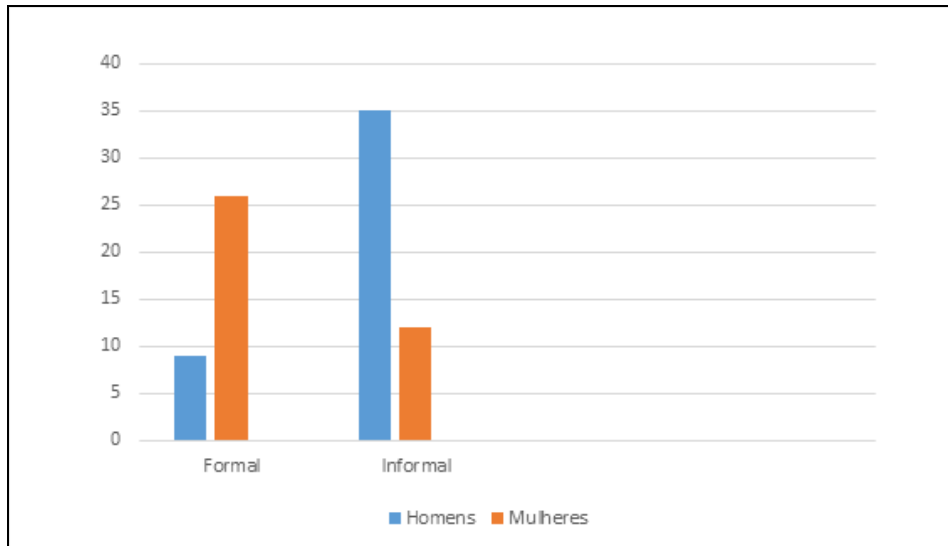
Figura 1 – Distribuição dos catadores conforme período pesquisado



Fonte: Elaboração das pesquisadoras, 2018.

Analisando a situação laboral, pode-se observar que a maior parte dos homens citados trabalha de forma informal, enquanto as mulheres, a maioria, trabalha no modo formal, em associações de recicladores, como pode ser observado no Figura 2.

Figura 2 – Distribuição dos catadores conforme situação laboral



Fonte: Elaboração das pesquisadoras, 2018.

A partir da Figura 1 e da Figura 2, pode-se pensar que a criação das associações de recicladores é uma referência de inserção da mulher na esfera pública, pois, além de ser um local que garante trabalho, é também um lugar em que conquistaram maior visibilidade social. Ainda, considerando o período anterior às associações, além de a própria profissão do catador ter invisibilidade, as mulheres também aparentam não ter reconhecimento na imprensa local, outra hipótese levantada é que estas não trabalhavam com a catação, quando comparado aos homens.

Para corroborar os achados de que as associações demarcam a inserção e o protagonismo das mulheres, conforme relatório técnico do Projeto “Capacitação e apoio às atividades dos catadores informais no município de Caxias do Sul” (ZATTERA et al., 2017), pode-se perceber que as mulheres também são a maioria e ocupam o cargo de presidentes das associações. No período do referido estudo, foram pesquisadas as treze associações que recebem os resíduos da coleta seletiva da Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca), responsável pelo recolhimento na cidade. As mulheres estão à frente em 61,5%

dessas associações, como coordenadoras/presidentes, enquanto os homens em 38,5%. Ainda, conforme o relatório, em análise de atas sobre a presença dos catadores nas oficinas de formação de multiplicadores, a maioria presente foi de mulheres, sendo 68,9%, enquanto homens 31,1%. Em evento realizado para o encerramento do projeto, novamente a presença das mulheres foi maioria, sendo 65% do total de presentes, enquanto homens 35%.

Passando-se à análise qualitativa do teor das citações encontradas nos jornais, pode-se observar diferentes percepções das catadoras sobre suas atividades laborais, conforme o local de trabalho em que se encontram. Pode-se elencar assim três categorias de análise: as catadoras que trabalhavam nos aterros; as catadoras que trabalham nas ruas, e as catadoras que trabalhavam em associações de recicladores.

3.1 Catadoras nos aterros

Referente às catadoras que desempenhavam seu trabalho em aterros, locais de depósito dos resíduos, pode-se perceber que a maioria se refere ao trabalho como uma forma de garantia da própria sobrevivência, como pode-se observar neste relato: *“Quem é pobre tem que tirar de onde é mais fácil porque roubar fica feio”*. (PIONEIRO, 13 e 14 de novembro de 1988, p. 33). Nesse relato, pode-se observar a associação entre pobreza com “ser catador”, demonstrando que a catação é realizada somente por pessoas que estão à margem da sociedade e que não possuem outra alternativa moralmente aceitável, para poder garantir a própria sobrevivência. Segundo Pereira et al. (2012), a percepção que o catador tem de si e do trabalho que desempenha é influenciada pela relação dialética entre indivíduo e sociedade, sendo que a imagem do catador, por ser pobre e trabalhar com o que a sociedade considera lixo, ou seja, com o que é descartável e sujo, é uma imagem negativa e inferiorizada. Ainda, ressaltam os autores que essas pessoas carregam no corpo além do estigma do lixo, também a dos aterros sanitários, visto que, conforme pode ser analisado nas reportagens, muitas dessas trabalhadoras residiam nesses locais com a família. Porém, mesmo reconhecendo-se à margem da sociedade, pode-se perceber que a identidade de ser considerado um trabalhador permite que esses sujeitos consigam se diferenciar dos que são considerados desocupados, ladrões e vagabundos, possuindo assim maior dignidade do que estes últimos. (MATOS; MAIA; MACIEL, 2012).

Mesmo sendo considerado um trabalho moralmente aceito, as condições de trabalho colocavam em constante risco os trabalhadores, o que é observado neste relato: *“Logo que eu chego lá começa a me doer a cabeça”*. (PIONEIRO, 13 e 14 de novembro, 1988, p. 33). Pode-se observar que não havia nem um controle sobre os resíduos que eram depositados nos locais, e sem outra alternativa para extrair alguns metais, geralmente havia queima de resíduos para que pudessem ficar mais visíveis, ao serem coletados. Em consequência disso, prevalecia o mau-cheiro, impregnado nas roupas, como pode ser lido *“Têm que deixar dias de molho para sair o fedor”*. (PIONEIRO, 13 e 14 de novembro de 1988, p. 33). Cabe ressaltar que segundo Ferreira e Anjos (2001), o odor causado pelos resíduos coloca em risco a saúde dos catadores, podendo provocar náuseas, mal-estar e cefaleias.

Além da exposição ao odor, pode-se observar relatos da presença de muitos resíduos contaminados depositados nos aterros, dentre eles, resíduo hospitalar. Esses resíduos, por possuírem uma grande variedade de micro-organismos patogênicos, colocavam em risco a saúde do trabalhador, pois são responsáveis pela transmissão de muitas doenças. (FERREIRA; ANJOS, 2001). Outro fator observado de risco é o consumo de alimentos que se encontravam nos locais, que aparece no seguinte relato: *“Alguma coisa que presta como batatas, cebolas e frutas, aproveitamos para comer, mas tenho medo que faça mal”*. (PIONEIRO, 21 de agosto de 1996, p. 2). Pode-se observar que, mesmo havendo certo grau de consciência de que essa prática coloca em risco a integridade dos próprios sujeitos, os catadores, consomem esses alimentos, podendo-se considerar que o fazem por necessidade e falta de alternativas.

Pereira et al. (2012) enfatizam que esses locais colocam em risco tanto a integridade física, vistas as condições de trabalho, como também a integridade psicológica, não sendo locais que garantem qualidade de vida.

3.2 Catadoras nas ruas

Referente às mulheres que realizam a catação nas ruas, de forma informal, essas são reconhecidas principalmente por serem papeleiras. Relatam gostarem de trabalhar nas ruas, no movimento da cidade, como pode ser observado no seguinte relato: *“Nós nos sentimos bem assim”*. (FOLHA DE HOJE, 28 de agosto de 1993, p. 14). Exaltam que, por meio da catação conseguiram sustentar a própria família, além de melhorarem a infraestrutura da residência.

Há relatos do preconceito que permeia a vida dos catadores que trabalham nas ruas, como pode ser observado na seguinte fala: *“Me chamavam de lixeira”*. (PIONEIRO, 10 de maio de 2010, p. 16). De acordo com Vargas (2008), ao mesmo tempo que o catador é visto pela ótica do imaginário urbano como lixeiro, no cenário urbano é possível encontrar a desordem ecológica, ou seja, é possível perceber o descaso da população não só com a figura do catador, mas também no manejo correto dos resíduos sólidos urbanos.

No relato de uma catadora, que recolhe o material principalmente nas lojas, pode-se perceber uma certa exigência sobre a imagem do catador, visto que relata a necessidade de se apresentar bem vestida, como pode ser observado na seguinte fala: *“Não adianta chegar nas lojas pedindo papelão se não estou bem vestida. Preciso me apresentar bem”*. (PIONEIRO, 10 de maio de 2010, p. 16). No trabalho desempenhado nas ruas, pode-se perceber que existe maior exposição desses catadores ao preconceito sofrido por essa categoria profissional. Conforme Matos et al. (2012), são milhares de catadores que vendem sua força de trabalho nas ruas, sem garantia de direitos; que possuem uma identidade social que os estigmatiza e os humilha.

Há também relatos de briga de catadores por papelão, como pode ser observado na seguinte fala: *“[...] havia brigas com outros catadores, que chegavam a tirar os papelões do meu carrinho. Muitas vezes, eu tive que chamar a Brigada para me ajudar”*. (PIONEIRO, 10 de maio de 2010). Pode-se observar, nesse relato, certa vulnerabilidade da mulher catadora nas ruas, visto que, em conflitos com catadores do sexo masculino, necessitou de órgãos públicos que lhe garantissem sua segurança.

3.3 Catadoras nas associações

Em relação às mulheres que trabalham em associações de recicladores, que representam a maioria, essas consideram o trabalho desempenhado como uma conquista que lhes garante a própria sobrevivência e a de sua família, como pode ser observado nos seguintes relatos: *“Antes, não tinha o que comer, agora posso até pensar em arrumar a casa”*. (TEMPO TODO, 17 a 23 de janeiro de 2003, p. 10). Diferentemente das mulheres que trabalhavam nos aterros, essas demonstram orgulho do que fazem, considerando o trabalho desempenhado, além de ser uma fonte de renda, também é uma forma de realização pessoal e profissional, como pode ser observado: *“A associação mudou 80% a minha vida, e também a dos outros recicladores. Nós somos donos do nosso negócio, não*

temos chefe, decidimos o que vamos fazer e tiramos nosso sustento daqui". (PIONEIRO, 24 de julho de 2003, p. 3); *"Aqui se vive em harmonia, trabalhamos e temos responsabilidade, é como uma empresa"*. (PIONEIRO, 19 e 20 de setembro de 1998, p. 35); *"Estou satisfeita com o que eu faço, somos uma grande família"*. (PIONEIRO, 19 e 20 de setembro de 1998, p. 35). Esses relatos demonstram uma diferenciação da percepção sobre o local de trabalho, quando comparado às catadoras dos aterros, demonstrando assim que a associação é um ambiente que possibilita melhores condições de trabalho. Conforme ressaltam Oliveira e Lima (2012), o objetivo das associações é exatamente este: promover melhores condições de trabalho, a partir da agregação de valor aos produtos vendidos, bem como a capacitação e o reconhecimento desses trabalhadores.

O relato seguinte corrobora essa percepção: *"Antes, eu era metalúrgica e trabalhava como operadora de prensa. Hoje, sou uma recicladora que tem orgulho do que faz. Não troco minha profissão por nada"*. (PIONEIRO, 24 de julho de 2003, p. 2). Pode-se perceber que, além da catação ser uma forma de realização pessoal e profissional, ela passa a ser considerada um trabalho realizado por opção, mudando o que se percebia até então, ou seja, de quem trabalhava com resíduos eram pessoas que não possuíam outra opção de emprego e acabavam tendo que desempenhar esse serviço.

No relato *"Não somos lixeiras, somos cidadãos"*. (PIONEIRO, 19 e 20 de setembro de 1998, p. 35), pode-se observar que a criação das associações reflete a conquista de cidadania. Ainda, percebe-se um movimento de mudança micropolítica, no estigma que permeia a vida dos catadores, visto que reconhecem a importância do trabalho desempenhado para toda a sociedade, não aceitando mais serem consideradas pessoas que estão à margem e que não contribuem efetivamente para o desenvolvimento do País. Isso pode ser observado também no seguinte relato, que se refere a uma revolta com a Companhia responsável pelos resíduos na cidade: *"A Codeca acha que está fazendo um favor para nós (recicladores), mas quem está prestando um serviço essencial para a população é a gente. Para onde iria tanto material se não separássemos?"* (PIONEIRO, 30 de maio de 2010, p. 15). Esta forma de expressar o entendimento do próprio trabalho está de acordo com o que é apresentado nos documentos oficiais das Conferências Internacionais citadas anteriormente e na Agenda 21, que reconhecem no catador um agente ambiental que presta um serviço relevante para a sociedade.

Ocupando o cargo de presidentes das associações, pode-se observar que estas reivindicam por melhores condições de trabalho. Sendo que uma das maiores conquistas da profissionalização do catador, se refere à garantia de infraestrutura das associações. Referência fundamental das associações do município foi o recebimento de verbas para a construção de pavilhões e reformas dos mesmos. Tal marco foi muito comemorado pela categoria profissional, como pode ser observado no relato das catadoras: *“É UMA VITÓRIA, a conquista de uma luta de mais de três anos. É a metade do sonho concretizado. É alento aos catadores”* (PIONEIRO, 20 de maio de 2005, p. 4); *“Com o pavilhão próprio, teremos condições de aumentar a renda de cada catador e realizar parte do sonho de poder pagar o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)”*. (PIONEIRO, 20 de maio de 2005, p. 4). Outra conquista foi a presença de esteiras para a triagem dos resíduos, pois, além de garantir melhores condições de trabalho, houve um aumento no valor financeiro de cada associado, como pode ser observado: *“Com a esteira, a produção aumentou. Hoje tem gente que ganha de R\$ 500 a R\$ 800, conforme as horas trabalhadas”*. (PIONEIRO, 16 de agosto de 2010, p. 10).

Mesmo havendo algumas conquistas acerca da profissão dos catadores e da garantia de condições de trabalho mais dignas, em relação às que eram desempenhadas no passado, ainda são muitas as dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Nos relatos das mulheres que ocupam o cargo de presidente das associações, pode-se observar que a principal luta enfrentada é a garantia de quantidade e qualidade de material para ser reciclado, principalmente em momentos de crise, visto que, nesses períodos aumenta a quantidade de catadores informais que circulam pelas ruas e retiram resíduos dos contêineres. Muitas vezes, os catadores não conseguem desempenhar seu trabalho, devido à falta de material, como pode ser observado no seguinte relato: *“Esse espaço era um sonho para gente. Mas do que adianta uma estrutura tão boa se não temos com o que trabalhar? Ficamos dias parados e sabemos que tem gente que precisaria trabalhar para ter alguma renda”*. (PIONEIRO, 15 de julho de 2016, p. 14). A falta de material compromete significativamente a renda de alguns trabalhadores, como pode ser observado aqui: *“Carne em casa só tem no dia do rancho e dura dois ou três dias. Mas não dá para desanimar”* (PIONEIRO, 9 e 10 de maio de 2009, p. 8).

Embora tenha havido iniciativas do Poder Público para dar suporte a essa categoria profissional, percebe-se que ainda é necessário que estes garantam os

direitos básicos cidadãos, como pode ser observado no seguinte relato: “Às vezes tenho vontade de sentar e chorar. Precisaríamos de mais apoio do Poder Público. Não temos benefícios legais como INSS, 13º e férias. Assim, fica difícil”. (PIONEIRO, 30 de maio de 2010, p. 15). Em evento realizado na Câmara de Vereadores, em virtude do dia do catador, uma das presidentes de associação pediu para que não sejam lembrados só na época de eleições, mas sim em todo o período do ano.

4 Considerações finais

Assim como no cenário nacional, pode-se perceber que, em Caxias do Sul, dentro de uma perspectiva histórica, as políticas de gestão dos resíduos sólidos urbanos devem incluir os catadores como significativos agentes ambientais, pois não só retiram a própria sobrevivência dos resíduos, como contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável do País, sendo isso diretriz do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Ainda como diretrizes, têm-se de pensar em políticas de inclusão desses sujeitos, por meio de incentivos fiscais, para a criação e garantia de infraestrutura de associações e cooperativas.

Considerando que a criação das associações foi uma baliza na profissionalização do catador e, tendo as mulheres como protagonistas dessas instituições, pode-se perceber que são relevantes para a inserção da mulher na esfera pública. Sendo assim, pode-se considerar as associações como campo de luta, tanto dos catadores como das mulheres, visto que atualmente, mesmo havendo uma conquista significativa de espaço e direitos, quando comparada ao século passado, esses dois movimentos ainda lutam no cenário social por garantia de direitos.

Pode-se considerar que, ao mesmo tempo em que a catação é um campo de inserção das mulheres, é também lugar de maior exposição e vulnerabilidade, principalmente das mulheres que trabalham nas ruas. Isto, pois desempenham seu trabalho, em meio à circulação urbana, estando mais expostas a olhares de rejeição ou a atos de preconceito. Diferentemente, por exemplo, das catadoras em associações, que se encontram geralmente em locais que têm certo distanciamento dos centros urbanos, não tendo, portanto, muita exposição. Ao mesmo tempo, pode-se pensar que a escolha dos locais de criação das associações remete a uma tentativa de colocar longe dos centros urbanos o que se considera lixo. Sendo que, conforme ressalta Sacramento (2009), o lixo tem

representação no cenário social como sujeira e perigo, estando ligado com a insalubridade, a contaminação e a doenças. Porém, para o catador, a representação não é do lixo como uma totalidade, mas sim como uma parcela, pois, quando bem separado, ele, além de servir como fonte de renda, retorna para o mercado de consumo; sendo assim, lixo é somente o que não consegue ser reciclado. (VARGAS, 2008).

Quando se faz um comparativo entre as mulheres que trabalhavam em locais de depósito de resíduos com as mulheres das associações, pode-se perceber que, mesmo estas últimas, tendo conquistas como melhores condições de trabalho, voz na imprensa local e espaços de liderança, algumas dificuldades ainda persistem. Estas relacionadas ainda pela necessidade de maior apoio do Poder Público e reconhecimento da sociedade, podendo-se levantar questões sobre: Até que ponto os incentivos às associações foram realizados, tendo como principal fator motivador a questão de que as associações representam uma das estratégias mais viáveis encontradas até então, para o trato com os resíduos sólidos. A maioria dos sujeitos da categoria dos catadores ainda se encontra atualmente marginalizada, carente de garantia de direitos básicos, e em condições de trabalho precárias, principalmente devido à não ou inadequada separação dos resíduos recicláveis, rejeitos, orgânicos e perigosos, pela população.

Partindo desse pressuposto de que ainda não há o reconhecimento necessário tanto do Poder Público como da sociedade em geral, pode-se perceber que a principal força de transformação do estigma do catador acontece, principalmente, pelos próprios catadores ao reconhecerem a importância do trabalho que desempenham para toda a sociedade, considerando-se verdadeiros agentes ambientais.

Pode-se perceber que as associações foram e são um ambientes de empoderamento desses sujeitos, principalmente das mulheres, como pode ser observado nos relatos que exaltam o orgulho da profissão, e passa a não ser mais escolhida somente como a última opção de trabalho moralmente aceito, mas sim como uma profissão escolhida entre muitas ocupações. Assim como ressalta Miura e Sawara (2013, p. 337), “tornar-se catador não é só potência de padecimento, mas também potência de ação”.

Referências

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: SEMINÁRIO CETROS, 4., 2013. **Anais...** Fortaleza, 2013.

BASTOS, Hugo Manuel; DE ARAÚJO, Geraldino Carneiro. Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 13, n. 4, p. 62-79, 2015.

BRASIL. **Portaria 397**, de 9 de outubro de 2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloA-Z.jsf>> Acesso em: ago. de 2018.

_____. **Lei 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

DEMAJOROVIC, Jacques; BESEN, Gina Rizpah. Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31,2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

DIAS, Sonia Maria. Gestão de resíduos sólidos, catadores, participação e cidadania—novas articulações?. Mulheres no trabalho informal: globalizando e organizando (WIEGO). **Políticas urbanas**, n. 18, p. 26, 2010.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luiz Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. 689-696, 2001.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. In: ENCONTRO FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 18., 2014, Recife. **Anais...** Recife, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JORNAL FOLHA DE HOJE. **Papel velho gira Cr\$ 7 milhões por mês**. Caxias do Sul, 28 de agosto de 1993, p. 14.

JORNAL PIONEIRO. **Em São Virgílio famílias vivem do lixo**. Caxias do Sul, 13 e 14 de novembro de 1988, p. 33.

JORNAL PIONEIRO. **Lixo é alternativa para sobrevivência**. Caxias do Sul, 21 de agosto de 1996, p. 2.

JORNAL PIONEIRO. **Catador retorna ao mercado de trabalho**. Caxias do Sul, 19 e 20 de setembro de 1998, p. 35.

- JORNAL PIONEIRO. **Geração de emprego e renda está em pauta.** Caxias do Sul, 24 de julho de 2003, p. 3.
- JORNAL PIONEIRO. **É uma vitória, a metade do sonho concretizada.** Caxias do Sul, 20 de maio de 2005, p. 4.
- JORNAL PIONEIRO. **Improviso na refeição.** Caxias do Sul, 9 e 10 de maio de 2009, p. 8.
- JORNAL PIONEIRO. **Três mulheres de fibra nas ruas.** Caxias do Sul, 10 de maio de 2010, p. 16.
- JORNAL PIONEIRO. **Associações enfrentam dificuldades.** Caxias do Sul, 30 de maio de 2010, p. 15.
- JORNAL PIONEIRO. **Esteiras devem ser entregues até o final do mês.** Caxias do Sul, 16 de agosto de 2010, p. 10.
- JORNAL PIONEIRO. KLÓSS, Carolina. **Com a crise, até o lixo está em falta.** Caxias do Sul, 15 de julho de 2016, p. 14.
- MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 2012.
- MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 7-20, 2008.
- MATOS, Tereza Glauca Rocha; MAIA, Luciana Maria; MACIEL, Regina Heloisa. Catadores de material reciclável e identidade social: uma visão a partir da pertença grupal. **Interação em Psicologia**, v. 16, n. 2, 2012.
- MIURA, Paula Orchiucci; SAWAIA, Bader Burihan. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.
- OLIVEIRA, Fabiana Goulart de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Eficiência e solidariedade nas associações de catadores de materiais recicláveis. Mulheres no trabalho informal: globalizando e organizando (WIEGO). **Políticas Urbanas**, n. 22, p. 25, 2012.
- PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010.
- PEREIRA, Eliane Ramos et al. Representações sociais dos catadores de um aterro sanitário: o convívio com o lixo. **Revista Psicologia-Teoria e Prática**, v. 14, n. 3, p. 34-47, 2012.
- PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos Ebape. br**, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.

SACRAMENTO, Mercia Helena. **Higiene e representação social**: o sujo e o limpo na percepção de futuros professores de Ciências. 2009.

SARTORI, Tríssia Ordovás. Cidade é referência na reciclagem de lixo. **Jornal Tempo Todo**. Caxias do Sul, 17 a 23 de janeiro de 2003, p. 10.

VARGAS, Rejane Maria Arce. Sobre quando é preciso catar sentidos. **Fragmentum**, n. 16, p. 39-45, 2008.

ZATTERA, et al. **Relatório técnico**: capacitação e apoio às atividades dos catadores informais no município de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2017.

Análise das condições de saúde de agricultoras residentes em Vacaria e Muitos Capões – RS

Nilva Lúcia Rech Stedile

João Ignácio Pires Lucas

Tatiane Rech

Débora Nunes Pinto

As mulheres são portadoras de vida, não só porque dão à luz, outra expressão que é muito metafórica, pois a terra também dá à luz, quando a semente brota: as sementes brotam em busca da luz. Mas, também porque são elas que alimentam por si mesmas, com seus próprios corpos, os seus filhos, assim como a Terra **planeta** alimenta seus filhos nas suas mais diversas formas. (Leonardo Boff).

1 Introdução

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), refletir sobre a situação de saúde das mulheres, no campo, é um desafio, uma vez que a saúde dessas mulheres está diretamente relacionada às condições de vida e de trabalho, que têm produzido riscos, adoecimentos e agravos à sua saúde, seja pela contaminação por agrotóxicos e outros agentes químicos, e pela frequente exposição ao sol sem proteção, seja por acidentes e por suas longas jornadas de trabalho. Independentemente do tipo de riscos, os agrotóxicos se constituem em um agravo que merece atenção, considerando sua potencialidade para causar efeitos agudos e crônicos.

Os agrotóxicos têm sido utilizados em todo o mundo para o controle de pragas e ervas daninhas. No Brasil, este consumo tem se intensificado, a ponto de o País se tornar o maior consumidor mundial desses tipos de produto. (CARNEIRO et al., 2015). Não apenas os trabalhadores do campo são afetados por agrotóxico, também as pessoas que vivem em áreas circunvizinhas às plantações, os consumidores dos produtos e a população em geral, na medida em que os agrotóxicos alcançam a água. (CARNEIRO et al., 2015; LONDRES, 2011; SERRA et al., 2016).

Quando se refere à mulher, por questões fenotípicas e genéticas, os agravos dos agrotóxicos sobre a saúde podem ser considerados maiores. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013):

A presença feminina na economia rural está fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho, que se manifesta na concentração de atividades voltadas para o autoconsumo familiar, realizadas como extensão dos cuidados com os filhos e demais membros das famílias – como a criação de aves e pequenos animais, a horticultura, a floricultura, a silvicultura e a lavoura – sendo realizadas, em sua maior parte, sem remuneração, sem vínculo com a comercialização e, desta forma, sem a geração de renda. (2013, p. 9).

Ainda segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), há diferenças significativas no entendimento do trabalho rural, de acordo com o gênero.

Historicamente, cabe ao homem uma participação mais diversificada e ativa de forma remunerada, sendo ele, na família rural, em sua maioria, representado pela figura do “chefe da família”, o que dificulta ainda mais o acesso direto das mulheres às políticas públicas que asseguram diversos direitos, como o direito à documentação civil e trabalhista, o direito à terra, aos recursos naturais e produtivos. Porém, nos últimos 12 anos, este quadro tem sido alterado. As estatísticas nacionais revelaram um aumento nos níveis de renda das trabalhadoras rurais, a diminuição do trabalho sem remuneração ou voltado exclusivamente para o autoconsumo, assim como a ampliação de sua participação em atividades em que tradicionalmente havia menor presença feminina. (BRASIL, 2013, p. 10-11).

Bombardi (2017) ao produzir um mapa sobre o consumo de agrotóxicos, alerta que o Brasil consome 20% do total desses produtos comercializados no mundo e que este consumo é maior nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente. O maior consumo é do agente ativo glifosato, que, além de ser cancerígeno, provoca alterações na estrutura do DNA e nas estruturas cromossômicas das células humanas. Isso ilustra os efeitos que pode provocar sobre a saúde feminina.

Na perspectiva de colaborar com o empoderamento feminino no campo, o governo federal, no ano de 2015, criou o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR), com vistas à inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária, seja na agricultura familiar. Esse possibilita a emissão gratuita de documentos civis, trabalhistas e de acesso aos direitos previdenciários, por meio de mutirões itinerantes de documentação e realiza

ações educativas para esclarecer as beneficiárias sobre o uso de documentos, apresentar políticas públicas e orientar quanto ao seu acesso. O PNDTR faz parte do Programa Territórios da Cidadania, do Plano Social Integrado de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica e do Pacto de Redução das Desigualdades Regionais do governo federal. (BRASIL, 2015).

Apesar desses esforços, há ainda um longo percurso para que a trabalhadora rural possa ter tratamento igualitário em relação ao homem que trabalha no campo. Os riscos a que estão submetidas são os mesmos em relação ao trabalho (exposição a agrotóxicos, ao calor), acrescidos, no caso da mulher, pela dupla jornada de trabalho e pelos afazeres domésticos como a lavagem dos Equipamentos de Proteção Individuais, que representam uma segunda exposição direta, aumentando seu efeito tóxico sobre o organismo.

Os agrotóxicos são classificados toxicologicamente por meio de bioensaios, com base nos efeitos agudos potenciais que uma substância é capaz de causar em um organismo vivo. A classificação é realizada mediante experimentos em cobaias que permitem definir a Dose Letal Mediana 50 (DL50) e a Concentração Letal Mediana 50 (CL50). As vias de exposição são oral, dérmica e inalatória. A DL50 é dada em miligramas por quilograma de peso corpóreo para provocar 50% de morte em um lote de animais submetidos ao protocolo experimental. (LARINI, 1999; BRASIL, 1992). Carneiro et al. (2015) destacam que esses estudos são deficientes, deixando lacunas no conhecimento para avaliar a exposição dos agricultores a esses insumos, principalmente pelo fato de que os testes são realizados em laboratórios controlados, usam uma via de penetração, enquanto na atividade laboral há diferentes vias de exposição ao agricultor.

De acordo com o grau de toxicidade, os agrotóxicos são classificados em quatro categorias: extremamente tóxicos; altamente tóxico; moderadamente tóxico e levemente tóxicos. (BRASIL, 1992). As intoxicações decorrentes desses agrotóxicos são classificadas como agudas e crônicas e, ao serem diagnosticadas, devem ser notificadas à vigilância epidemiológica. As intoxicações agudas correspondem ao surgimento de manifestações clínicas, no período de até 24 horas após a exposição, e podem levar rapidamente ao óbito. Na intoxicação crônica, o aparecimento de manifestações clínicas ocorre depois de repetidas exposições a esses insumos. (CARNEIRO et al., 2015).

O Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores Expostos a Agrotóxicos (BRASIL, 2006) classifica as intoxicações agudas como leve, moderada e grave. No quadro clínico leve, ocorre cefaleia, irritação cutaneomucosa, dermatite de

contato irritativa ou por hipersensibilização, náusea e discreta tontura. Na intoxicação aguda moderada, o quadro clínico é caracterizado por cefaleia intensa, náusea, vômitos, cólicas abdominais, tontura mais intensa, fraqueza generalizada, parestesia, dispneia, salivação e sudorese aumentadas. Na forma mais grave da intoxicação aguda, o quadro clínico é caracterizado por miose, hipotensão, arritmias cardíacas, insuficiência respiratória, edema agudo de pulmão, pneumonite química, convulsões, alterações da consciência, choque, coma, podendo evoluir para óbito. Mesmo com estes sinais e sintomas identificados, há dificuldade dos serviços em diagnosticar uma intoxicação aguda, resultando em subnotificações.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para que cada caso notificado outros cinquenta não são notificados. As subnotificações podem se dar pela deficiência dos serviços de saúde, em identificar e diagnosticar as intoxicações, bem como para o manejo das intoxicações, ou ainda pela dificuldade de o produtor acessar esses serviços de saúde e a percepção dos riscos associados aos insumos. (ARAÚJO, 2007; CARNEIRO et al., 2015).

Ferreira e Figueiredo (2013) e Medeiros, Medeiros e Silva (2014) apontam que as intoxicações por agrotóxicos são maiores no sexo feminino. Oliveira et al. (2014) verificaram que este fato pode estar relacionado com o trabalho doméstico ao realizarem o manuseio e a lavagem dos EPI e das roupas utilizadas na aplicação, durante o manuseio do agroquímico, ou ainda com o próprio trabalho na agricultura.

Segundo os mesmos autores, outra questão importante é a exposição aos agrotóxicos, seja ambiental ou ocupacional, que é um dos fatores de adoecimento da população rural, podendo causar danos à saúde das mulheres trabalhadoras do campo. Entre os mais comuns estão: a hipertrofia celular, que pode levar à ocorrência de câncer, em especial da tireoide, e a distúrbios do sistema reprodutivo. Outros fatores também contribuem para o agravamento desse quadro, como o assédio moral, a violência doméstica e sexual, a violência institucional praticada por alguns profissionais de saúde no atendimento nos centros de saúde, nas maternidades, nos hospitais e nos laboratórios públicos e privados, assim como a sua falta de conhecimento e acesso às informações de saúde e sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Estudar os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde das mulheres é fundamental para o entendimento da extensão do problema no Brasil. Este capítulo é parte de uma pesquisa desenvolvida para avaliar as consequências do

uso de agrotóxicos para a saúde dos agricultores e suas implicações na saúde coletiva e ambiental no município de Vacaria – bacia hidrográfica do Rio Socorro – localizada na região dos Campos de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul. O recorte apresentado objetiva analisar as condições de saúde da mulher agricultora, no município de Vacaria e Muitos Capões, com foco nas queixas das mesmas ao realizarem consulta médica no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Trata-se de um olhar voltado especialmente às mulheres que residem e/ou trabalham em importantes municípios produtores do Rio Grande do Sul.

2 Método

É um estudo retrospectivo transversal e documental. Segundo Fontelles et al. (2009), um estudo retrospectivo transversal analisa os fatos ocorridos em curto período de tempo. De acordo com Gil (2008), uma pesquisa documental caracteriza-se por ser uma análise de materiais que não passaram por tratamento analítico, e que podem ser tratados conforme os objetivos da pesquisa a ser realizada.

Os documentos utilizados neste estudo são prontuários dos trabalhadores rurais e seus dependentes, os quais são preenchidos pelo profissional médico e/ou outro profissional que tenha realizado alguma intervenção ou complementação de informação. Os prontuários dispõem de dados de identificação como nome, endereço, gênero, data de nascimento, idade, empresa, ocupação e telefone, seguida de linhas em branco para o registro das possíveis queixas e/ou problemas, e a conduta, como possíveis tratamentos, exames e acompanhamentos.

A coleta de dados dos prontuários deu-se por meio de três visitas diretas à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vacaria e Muitos Capões, com o auxílio do Instituto de Saneamento Ambiental (Isam), da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS). Os prontuários fotografados eram dos agricultores e agricultoras assalariados e associados, que consultaram entre os anos 2015, 2016 e 2017. Houve um número de 1.000 prontuários analisados; destes foram excluídos 41 por não se enquadrarem nos critérios de inclusão: dos 959 documentos do estudo, 682 fichas pertencem ao público feminino.

O município de Vacaria possui população de 61.342 habitantes e destes 6,5% residem na área rural. A principal atividade econômica desenvolvida é a

fruticultura (BRASIL, 2011; PREFEITURA DE VACARIA, 2018). Possui área total de 2.012,6 km²; latitude sul 29°32'30" e longitude oeste 50°54'51". Limita-se ao norte com Santa Catarina, cidade de Lages, ao sul com a cidade de Monte Alegre dos Campos, ao leste com a cidade de Bom Jesus, a oeste com as cidades de Esmeralda, Muitos Capões e Campestre da Serra. (PREFEITURA DE VACARIA, 2018). O município é o maior produtor nacional de maçãs, que abastecem 90% do consumo nacional. A produção de grãos ocupa o segundo lugar. A pecuária, a produção de pequenas frutas, o comércio e a prestação de serviços recebem destaques na economia do município (BRASIL, 2011; PREFEITURA DE VACARIA, 2018).

Assim, participaram, indiretamente, por prontuários, 682 agricultoras que consultaram entre os anos de 2015 a 2017. Há um número de 800 agricultores associados ao Sindicato e 3.000 agricultores assalariados associados. (STRV, 2018).

Os dados relacionados à caracterização das agricultoras: motivos da consulta, efeitos agudos (sinais e sintomas), efeitos crônicos (doenças), exames e tratamentos realizados (Quadro 1), foram extraídos destes documentos e transferidos a uma planilha Excel, tratados por estatística descritiva, com o objetivo de descrever e tratar um grupo de dados. De acordo com Fontelles et al. (2009), a pesquisa envolve uma avaliação mais detalhada de certas informações coletadas em um estudo ou documento, com o intuito de explicar o contexto de um fenômeno em um grupo ou população. Procura ainda explicar a relação entre causas e efeitos relacionados ao objeto de estudo. Os resultados são apresentados na forma de figuras e tabelas.

As variáveis analisadas foram: gênero, faixa etária, local de residência, ocupação, sistemas e efeitos/sintomas apresentados pelas agricultoras, casos de intoxicação exógena por agrotóxico com diagnóstico médico. O conjunto de variáveis é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis coletadas nas fichas médicas dos agricultores e dependentes

Dados coletados das fichas médicas	
Dados	Descrição
Dados de identificação	Nome (iniciais), idade, sexo, endereço, profissão exercida
Motivos de consulta	Exemplo: acompanhamento gestacional, outros motivos
Sistema orgânico acometido	Exemplo: trato gastrointestinal; urinário; imunológico; respiratório, outros
Efeitos agudos	Exemplo: cefaleia; náuseas; vômitos; tontura; vertigem, outros efeitos
Efeitos crônicos	Patologia crônica instalada (exemplo: Alzheimer, diabetes, câncer), outras patologias
Exames realizados	Exames laboratoriais, não laboratoriais, outros exames
Tratamento realizado	Medicamentosos, não medicamentosos, outro tratamento

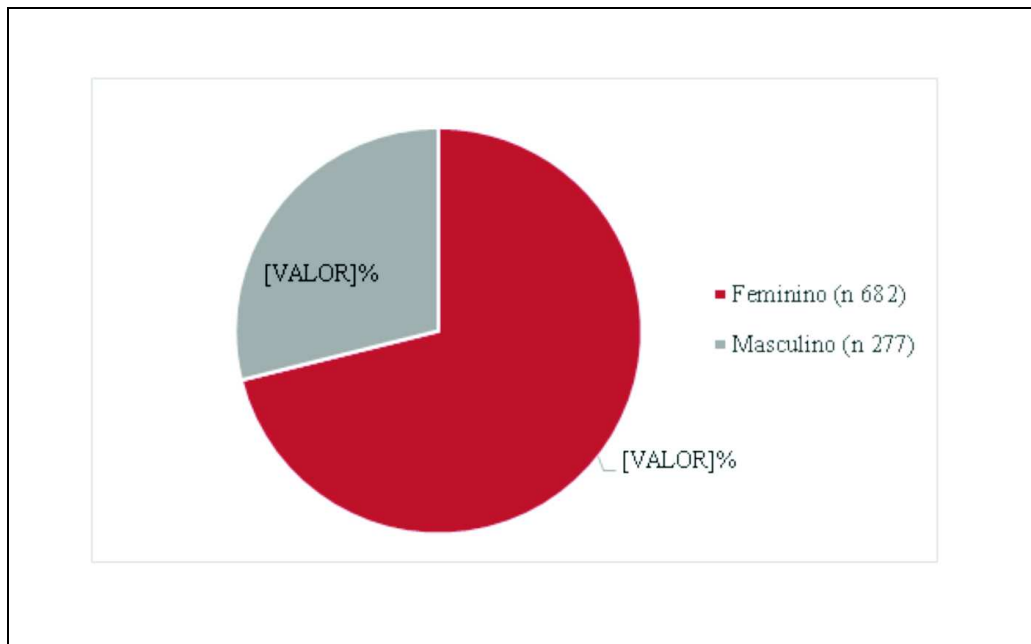
Fonte: Organizado pelos autores com base nos prontuários.

Este estudo é um recorte da pesquisa realizada pela Universidade de Caxias do Sul, intitulada “O uso de agrotóxicos e a saúde de agricultores: uma análise a partir de indicadores epidemiológicos”,¹ vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

3 Resultados e discussão

Mesmo que o objeto central de análise sejam as mulheres agricultoras, apresenta-se a Figura 1, que dispõe sobre a distribuição dos agricultores, de acordo com o seu gênero, com o objetivo de corroborar um comportamento que é comum em todo o País, no que diz respeito à procura por serviços de saúde, ou seja, as mulheres acessam mais este tipo de serviço, inclusive no meio rural. Destaca-se que, em pesquisa realizada por meio de entrevista com agricultores na mesma região, obteve-se um percentual de mais de 70% de homens.

Figura 1 – Distribuição dos agricultores de acordo com o gênero



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

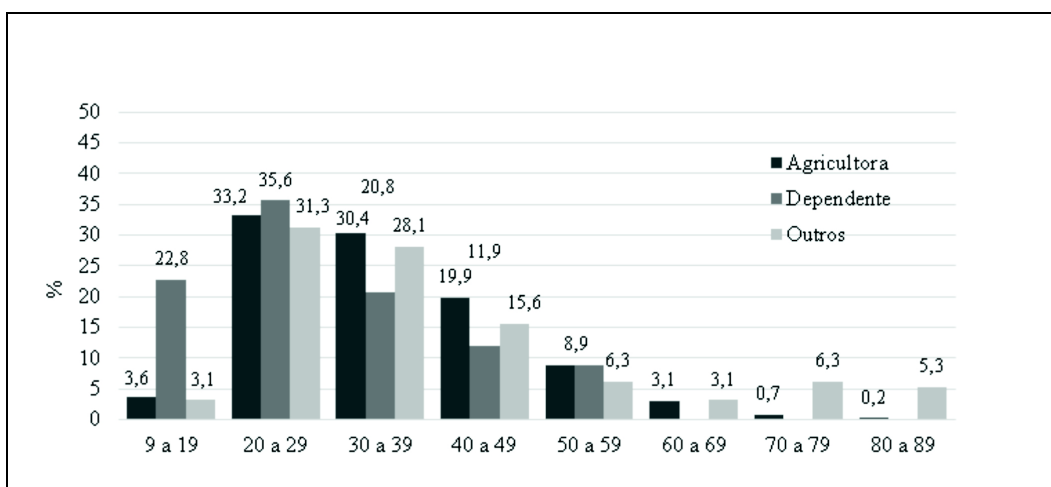
¹ Pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Nilva Lúcia Rech Stedile.

De acordo com a Figura 1, as mulheres (71,1%) procuram mais o serviço de saúde. No entanto, dados da Pnad/IBGE (2013), quanto à classe de trabalhadores rurais, é formada por 47,9% de mulheres e 52,1% de homens. Alves et al. (2011) trazem que as mulheres procuram mais os serviços de saúde e vão mais ao médico, se comparadas aos homens, não havendo relação de homens adoecerem menos que mulheres. Enfatizam que, quanto ao autocuidado, os dois gêneros se assemelham, mas os homens ficam mais presos à cultura machista, e os cuidados preventivos são mais direcionados às mulheres. Se isso é verdadeiro na população em geral, espera-se um comportamento ainda mais conservador no meio rural, acompanhando os estereótipos masculino e feminino historicamente construídos.

A saúde é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988. Na perspectiva de que homens procuram menos serviços de saúde e adoecem de mesma forma que as mulheres, pode-se supor que sofrem mais de doenças severas e crônicas e muitas vezes falecem precocemente. Os autores também apontam que um motivo de menos procura aos serviços de saúde, por parte dos homens, está ligado à cultura de masculinidade, sendo necessária a desmitificação dessa cultura. (GONÇALVES; FARIA, 2016). Acrescenta-se ainda o acesso dificultado para os trabalhadores que residem fora do perímetro urbano, por questões relacionadas ao deslocamento e tempo.

A Figura 2 apresenta a distribuição das agricultoras segundo a faixa etária e ocupação.

Figura 2 – Distribuição das mulheres, segundo a faixa etária e ocupação



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

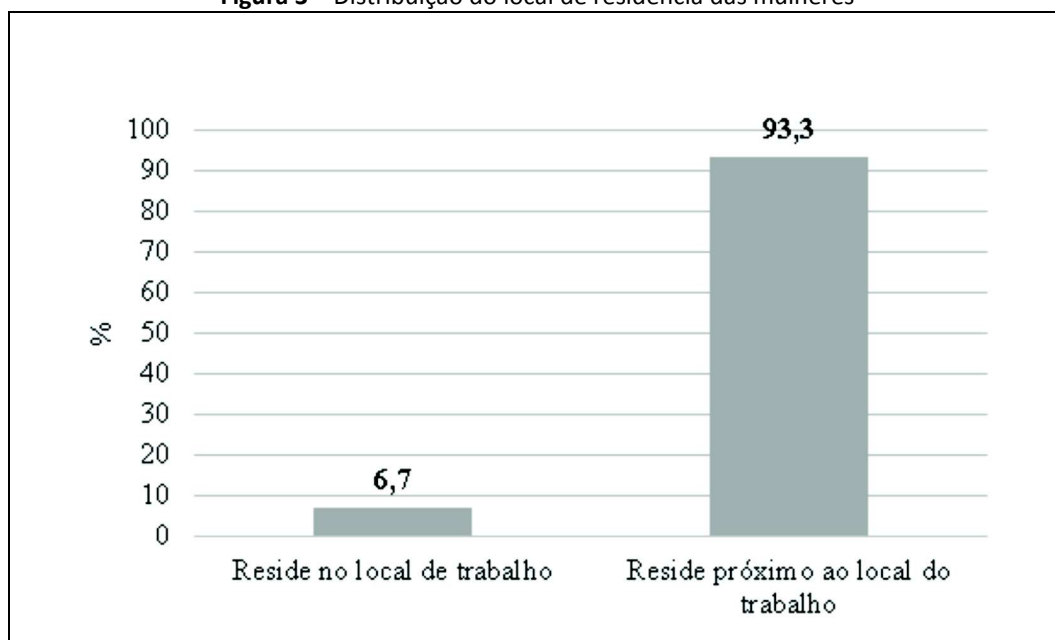
Na Figura 2, as mulheres estão organizadas em categorias: agricultoras (ocupam-se na agricultura); dependentes (mulheres e/ou filhas de agricultores); outros (mulheres com diferentes ocupações, como embaladoras, auxiliar de serviços gerais, menor aprendiz, etc.).

Diante da Figura 2, é possível perceber que, em relação à ocupação “agricultora”, a faixa etária concentra-se entre 20 a 29 anos (33,2%) e 30 a 39 anos (30,4%), caracterizando uma classe de trabalhadoras jovem. Segundo um estudo trazido por Balsadi (2001), na Europa há um distanciamento progressivo dos trabalhadores rurais, especialmente de mulheres e jovens na agricultura.

A Figura 2 mostra também que na maioria das faixas etárias (com exceção das faixas de mulheres mais jovens e mais velhas), prevalece esta ocupação sobre a situação de “dependentes” ou “outras ocupações”. A partir da faixa etária de 50 aos 59 anos, há um decréscimo da classe de trabalhadoras. Os dados sugerem que a redução das mulheres, a partir desta faixa etária, se dê por aposentadoria.

Na Figura 3, estão dispostos os dados referentes à distribuição do local de residência das mulheres.

Figura 3 – Distribuição do local de residência das mulheres



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

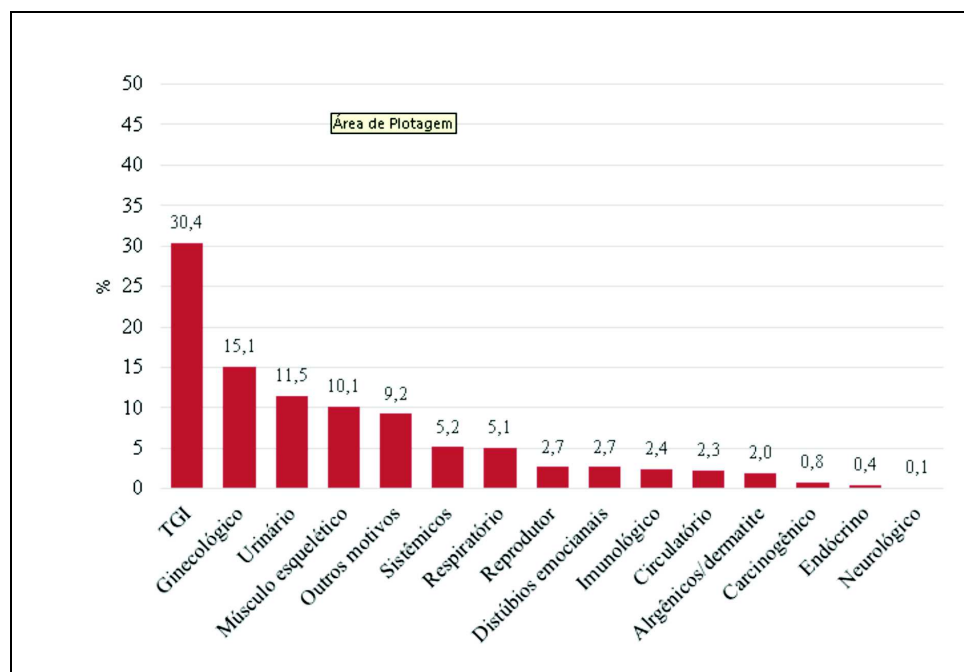
Segundo essa Figura, 6,7% das mulheres residem no local de trabalho, ou seja, trabalham como agricultoras e residem no próprio local. Jardim, Andrade e Queiroz (2009) apontam que os resíduos dos agrotóxicos, muitas vezes manejados de forma incorreta, favorecem os riscos de contaminação de diversos compartimentos ambientais, como a contaminação de solos agrícolas, de águas superficiais e subterrâneas e de alimentos, podendo, em episódios mais graves, inviabilizar o consumo destes. Essas mulheres que residem no próprio local de trabalho estão expostas diuturnamente a essas substâncias, embora seja impossível determinar o grau de exposição sem a análise minuciosa do contexto de inserção. Significa que a quantidade, a forma de manejo, a forma de aplicação, os tipos de cultura, as horas diárias de trabalho, a localização da residência, entre outras, são variáveis que determinam diretamente o risco a que estão submetidas essas mulheres.

Carneiro et al. (2015) afirmam que os trabalhadores e os moradores circunvizinhos estão propensos a desenvolver um quadro de intoxicação por agrotóxico, uma vez que estão mais expostos a essas substâncias, que podem estar dispersas nos compartimentos ambientais. De acordo com esta colocação, observa-se que o risco de desenvolvimento de quadros de intoxicação abrange uma área maior do que o local de aplicação do produto. Estas intoxicações podem ser agudas (sinais e sintomas começam a aparecer até 24 horas após exposição) ou crônica (sinais e sintomas começam a aparecer anos após a exposição). Bombardi (2017) mostra que em todo o Brasil prevalecem as notificações de intoxicações agudas por agrotóxicos, possivelmente pelo fato de que o estabelecimento do nexo causal entre agrotóxicos e danos crônicos seja mais difícil de ser estabelecido.

Michaud e Batchelor (2018) trazem que os trabalhadores rurais expostos a herbicidas e pesticidas podem ter risco elevado para o desenvolvimento de tumores cerebrais. O trabalho na agricultura e o local de residência tem sido associado a um aumento de 1,3 a 3,6 vezes no risco para o desenvolvimento de tumor cerebral. No “Dossiê Abrasco” (CARNEIRO et al., 2015), que alerta o Brasil sobre o risco do uso dos agrotóxicos, há uma extensa apresentação de resultados de pesquisas que comprovam o nexo causal entre o uso e consumo de agrotóxicos e o aparecimento de doenças como câncer de pele, de estômago, insuficiência renal, depressão, linfomas, entre outras doenças crônicas.

A Figura 4 apresenta a distribuição dos sintomas/efeitos e outros motivos de busca médica das agricultoras e dependentes, nos anos de 2015 a 2017, organizados por sistema orgânico atingido, segundo os prontuários médicos.

Figura 4 – Distribuição dos sistemas, sintomas/efeitos e outros motivos de busca médica dos agricultores e dependentes nos anos de 2015 a 2017, segundo prontuários



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

A Figura mostra que o trato gastrointestinal (30,4%) é o sistema que mais concentra queixas e que motiva consulta médica entre as mulheres, seguido de ginecológico (15,1%) e urinário (11,5%).

Carneiro et al. (2015), Londres (2011), Larini (1979) e Larini (1999) apontam que os agrotóxicos afetam diversos sistemas orgânicos do ser humano como o sistema respiratório, o digestivo, o circulatório, o geniturinário, o músculo esquelético, o imunológico, tornando o indivíduo mais suscetível a doenças e infecções, além de causar alterações neuropsíquicas/ neuropsiquiátricas, neurológicas, efeitos carcinogénicos, mutagénicos e teratogénicos.

Bird (2017) aponta que os organofosforados são potentes inibidores da colinesterase e possuem capacidade de causar toxicidade colinérgica grave. Esses compostos organofóricos são absorvidos com facilidade pelas vias orais,

dérmica e inalatória. Essas substâncias se ligam à acetilcolinesterase e tornam essa enzima não funcional. Como ela é responsável pela hidrólise de acetilcolina, sua inibição leva a uma superabundância de acetilcolina nas sinapses neuronais e na junção neuromuscular, levando a manifestações clínicas como a bradicardia, a miose, o lacrimejamento, dores musculares, a salivação, a broncorreia, o broncoespasmo, dor abdominal, a emese e a diarreia.

De acordo com Faria (2009), efeitos como dor muscular são apontados como possíveis efeitos de intoxicação por agrotóxico após a exposição. Ainda segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), a mialgia, a cãimbra e a parestesia de membros (dormência nas mãos e dormência em membros inferiores) também são possíveis efeitos indicativos de intoxicação.

O aumento de efeitos/sintomas nesse sistema pode estar relacionado com o trabalho manual e esforço físico dos agricultores e agricultoras. Segundo Rocha et al. (2015), as dores e desgaste entre agricultores muito se deve a sua carga de trabalho. Nesse sentido, podem ser considerados problemas laborais. Os danos podem resultar da sobrecarga de trabalho e ocasionar dores nos membros superiores e inferiores, assim como nas costas, o que pode levar ao desenvolvimento de quadros de Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças Osteomusculares Relacionados ao Trabalho. (OLIVEIRA; NINA, 2014).

Na Tabela 1, está a distribuição de efeitos/sintomas sobre o sistema reprodutor das mulheres, segundo prontuário.

Tabela 1 – Distribuição de efeitos/sintomas sobre o sistema reprodutor mulheres, segundo prontuários

Efeitos/sintomas	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Aumento do volume uterino	13	23,64
Adenomiose	12	21,82
Ovário policístico	9	16,36
Nódulo nas mamas	7	12,73
Ectopia	4	7,27
Infertilidade	2	3,64
Espessamento endometrial com cisto	1	1,82
Fibroadenoma	1	1,82
Endometriose	1	1,82
Nódulo na região do peitoral	1	1,82
Útero doloroso	1	1,82
Dor perineal	1	1,82
Útero retroverso	1	1,82
Espessamento endometrial	1	1,82
Total	55	100

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

Podemos perceber que os agricultores apresentaram alterações no sistema reprodutor como: infertilidade (3,64%, das mulheres com alterações no sistema); endometriose, com 1,82%, e outros problemas infecciosos, também sugestivos de efeitos causados pelos agrotóxicos após exposição às substâncias.

Substâncias tóxicas como dioxinas e furanos causam efeitos no aparelho reprodutor feminino e masculino. Como efeitos no aparelho masculino, Carneiro et al. (2015, p. 592) apresentam a “atrofia testicular, redução do tamanho dos órgãos genitais, respostas comportamentais feminilizadas, diminuição da contagem de espermatozoides, estrutura testicular anormal e respostas hormonais feminilizadas”. No sistema reprodutor feminino, as substâncias causam infertilidade, disfunção ovariana, incapacidade de manter a gravidez e endometriose.

Oliveira et al. (2014) apontam 100% de ocorrência de malformações congênitas entre as crianças de mães expostas aos agrotóxicos durante o período periconcepcional, em relação aos demais. Destacam que os ingredientes ativos de agrotóxicos aumentam o risco de malformações dos fetos humanos masculinos, considerando que alguns agrotóxicos são desreguladores esteroidais e podem atuar na diferenciação sexual. Cabe destacar que os agrotóxicos atravessam com facilidade a barreira transplacentária, devido à sua alta lipossolubilidade, aumentando o risco de efeitos tóxicos no embrião. Atingem também o leite materno, sendo absorvidos por bebês que estão sendo amamentados. Ainda no início deste século, Sancinelli (2003) não apenas identifica a presença do agrotóxico no leite materno, como verifica que a idade materna influencia na concentração do agrotóxicos no leite. Recentemente, Menck, Cossella e Oliveira, (2015).

Afirmam que os organoclorados, usados para o combate de vetores, foram encontrados no leite materno em mulheres da cidade; no entanto, a concentração é maior em mulheres com exposição ocupacional. Esses autores nos dão a dimensão do problema não apenas para as mulheres diretamente, mas para os bebês durante o processo de amamentação.

A Tabela 2 dispõe sobre a distribuição de efeitos/sintomas ginecológicos apresentados pelas mulheres segundo prontuários.

Tabela 2 – Distribuição de efeitos/sintomas ginecológicos apresentados por mulheres segundo prontuários

Efeitos/sintomas	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Infecção ginecológica	142	45,81
Candidíase	25	8,06
Amenorreia	22	7,10
Distúrbios menstruais	21	6,77
Dispareunia	21	6,77
Metrorragia/Sangramento/Sangramento transvaginal/pós-relação	20	6,45
Gardnerella	14	4,52
HPV	13	4,19
Fogachos	7	2,26
Dor nas mamas	6	1,94
Menopausa/Síndrome da menopausa	5	1,61
Cólicas menstruais	4	1,29
Bartolinite	2	0,65
Odor na vagina	1	0,32
Feridas genitais	1	0,32
Lesão erosiva de colo	1	0,32
Ardência na vulva	1	0,32
Dor na vagina	1	0,32
Menometrorragia	1	0,32
Menstruação precoce	1	0,32
Sífilis	1	0,32
Total	310	100

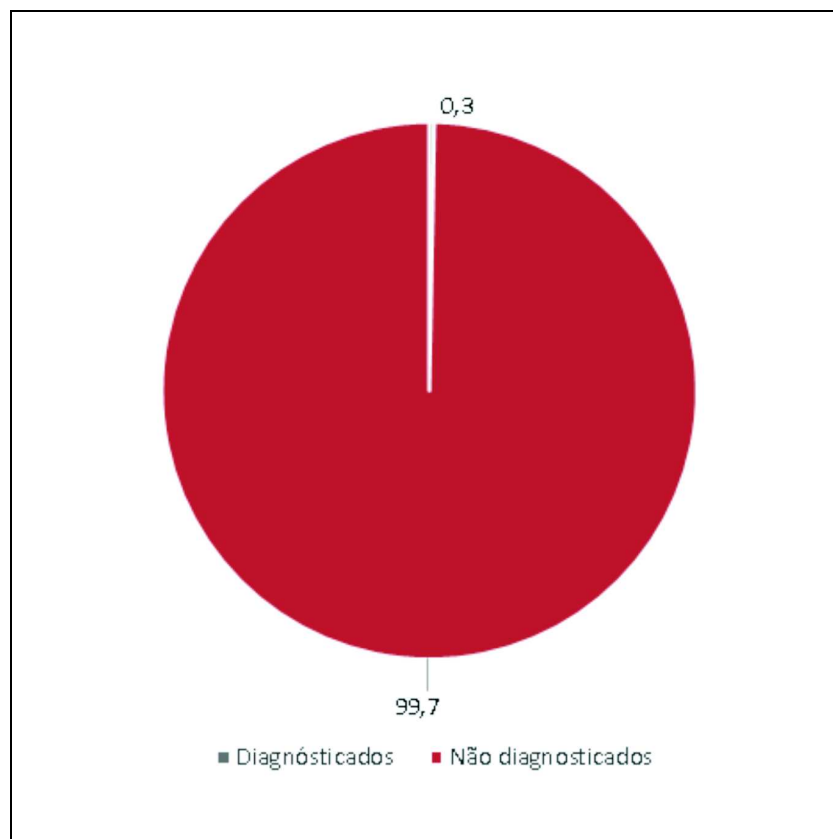
Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

A Tabela mostra que a infecção ginecológica (45,81%) é o sintoma mais prevalente entre as mulheres. Carneiro et al. (2015) e Londres (2011) afirmam que os agrotóxicos possuem toxicidade sobre o sistema reprodutor e imunológico, o que pode ser uma das razões para o número elevado de casos.

Percebe-se que as participantes da pesquisa apresentam problemas no sistema imunológico tornando-as mais suscetíveis ao desenvolvimento de infecções e patologias como infecções ginecológicas, Candidíase (8,06%) e Gardnerella (4,52%), além das alterações provocadas no aparelho, como amenorreia (7,10%), distúrbios menstruais (6,77%), metrorragia/sangramento/sangramento transvaginal/sangramento pós-relação sexual, fogachos, menopausa/síndrome da menopausa, lesão erosiva de colo, menometrorragia e menstruação precoce.

A Figura 5 apresenta distribuição dos casos de intoxicação exógena com diagnóstico médico de intoxicação.

Figura 5 – Distribuição dos casos de intoxicação exógena com diagnóstico médico de intoxicação



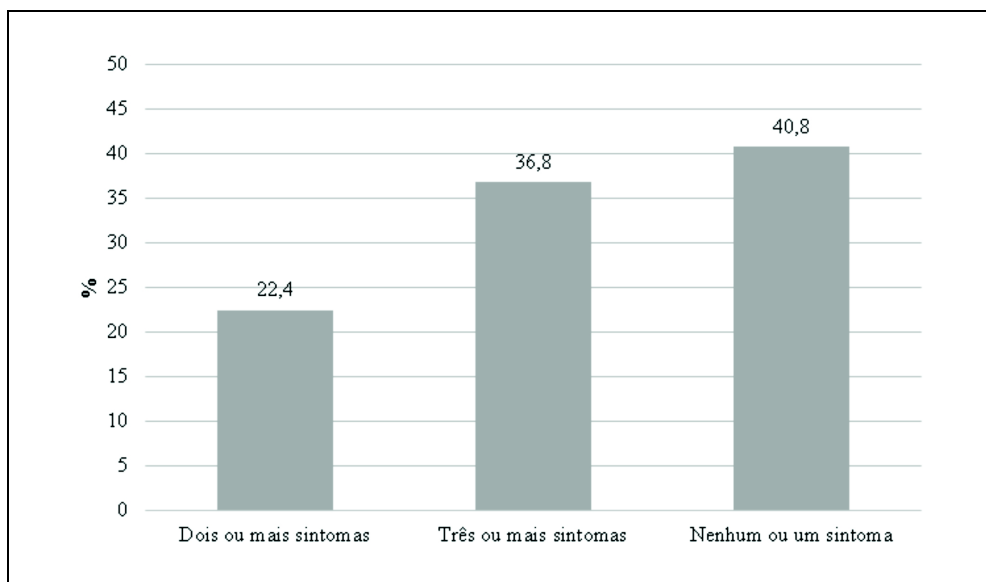
Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

Diante da Figura 5, os casos de intoxicação exógena por agrotóxico com diagnóstico médico correspondem a 0,3%. Percebe-se que 99,7% das mulheres consultadas não obtiveram diagnóstico de intoxicação exógena por agrotóxicos. Cabe destacar que diversas agricultoras apresentaram efeitos característicos de um caso possível ou um caso provável de intoxicação exógena por agrotóxicos, segundo referenciais da OMS.

Carneiro et al. (2015) afirmam que os profissionais e serviços da saúde não são e nunca foram capacitados para o reconhecimento de efeitos provocados pelos agrotóxicos, fato que oculta danos e enfermidades, favorecendo os interesses do mercado. Cabe destacar que a Organização Mundial da Saúde afirma que a ordem de notificação de casos de intoxicação é de um para 50, ou seja, para cada caso notificado temos outros 50 que não são notificados. (CARNEIRO et al., 2015).

Na Figura 6, está a distribuição do número de sintomas apresentados pelas mulheres.

Figura 6 – Distribuição e o número de sintomas apresentados pelas mulheres



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados em 2017.

De acordo com a Figura 6, nota-se que 22,4% das mulheres apresentavam dois ou mais sintomas de uma possível intoxicação por insumos agrícolas e 36,8% apresentavam três ou mais sintomas característicos de uma provável intoxicação.

Faria (2009) apresenta uma proposta de classificação para as Intoxicações Agudas por Agrotóxicos, no boletim *World Health Organization* (OMS), que aponta que a presença de três ou mais sintomas, após a exposição aos insumos, caracteriza um caso provável de intoxicação exógena e a presença de dois ou mais sintomas relatados pelo paciente, após exposição ao agroquímico, caracteriza um caso possível de intoxicação.

Cabe destacar que a intoxicação por agrotóxico tem notificação compulsória, ou seja, obrigatória, devendo ser notificada à Vigilância Epidemiológica. (CARNEIRO et al., 2015). Dessa forma, pode-se supor que o número de casos prováveis apresentados pelas agricultoras é subestimado por falta de investigação comprobatória do diagnóstico, interferindo nas condições de saúde e na qualidade de vida dessas trabalhadoras.

4 Considerações finais

O papel da mulher na sociedade tem mudado constantemente, no sentido do reconhecimento no trabalho. No entanto, ainda persistem as diferenças salariais, que muitas vezes são acompanhadas de assédio moral e sexual e violência doméstica. Para a mulher agricultora pode ser acrescido o clássico estereótipo atribuído historicamente ao papel da mulher, uma vez que o meio rural tende a ser mais conservador.

A mulher agricultora, além da “lida com a terra”, mantém o cuidado da família e da residência e as atividades voltadas ao autoconsumo familiar. No caso do uso de agrotóxicos, por exemplo, além de estar diretamente exposta, quando trabalha e/ou reside no local de plantio, a ela cabe lavar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) utilizados, resultando em nova exposição que lhe aumenta os riscos de contaminação.

Os efeitos agudos e crônicos dos agrotóxicos sobre os organismos vivos estão sendo mapeados e são preocupantes, no sentido da morbidade e mortalidade aumentadas desses trabalhadores, em relação à população geral. Sobre o corpo feminino, especificamente, acrescentam-se efeitos reprodutivos, com alteração do DNA e das estruturas cromossômicas nas células humanas, resultando em malformações e abortamentos. Há, ainda, um número maior de infecções e patologias ginecológicas e alterações como amenorreias, distúrbios menstruais e síndrome menopáusicas, por exemplo.

Nesse sentido, um “olhar cuidadoso” voltado a este público torna-se um dever da sociedade, que precisa da mulher para sua manutenção, assim como a humanidade precisa da terra. O uso dos agrotóxicos coloca ambas em risco e, por consequência, a vida do Planeta, uma vez que todos os organismos vivos são afetados pelo uso indiscriminado e crescente desse tipo de produto.

Por fim vale destacar que a terra é um bem comum e não deve ser usada apenas para atender às demandas do capital. Ela tem atendido às necessidades dos homens ao longo da sua História, mas está ameaçada de continuar a atender, dada a ação do próprio homem. Nesse sentido, a esterilização da terra é a esterilização da própria humanidade, e o uso de agrotóxicos e suas ações sobre o organismo humano, especialmente o feminino, é potencial causa de esterilização da vida.

Referências

- ALVES, Railda Fernandes et al. Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 152-166, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- ARAÚJO, Alberto José de et al. Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 115-130, mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100015>>.
- BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100017>>.
- BIRD, Steven. **Organophosphate and carbamate poisoning**. 2017. UP to Date. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/organophosphate-and-carbamate-poisoning?source=search_result&search=agrotóxicos&selectedTitle=1~147>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores Expostos a Agrotóxicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Constituição (1992). Portaria n. 3, de 16 de janeiro de 1992. **Portaria 3**, de 16 de janeiro de 1992. [S.l.], 13 dez. 1991.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento Orientador para a Implementação da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasil: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/Documento_orientador_Vig_Pop_Agrotox_Vigipeq_completo2013.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.). Desafios para a ciência: multiexposição, transgênicos e limites da ciência na proteção da saúde. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.). **Dossiê abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015. Cap. 1. p. 74-84.

- FARIA, Neice Muller Xavier. Intoxicação aguda por pesticidas (agrotóxicos): uma proposta de instrumento de classificação. **Toxicovigilância – Toxicologia Clínica: dados e indicadores selecionados**, Rio Grande do Sul – 2008-2009, Porto Alegre, p. 39-42, 2009.
- FERREIRA, Maíra Costa; FIGUEIREDO, Maria Aparecida Araújo. Epidemiologia das intoxicações humanas por raticidas no Brasil. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 4, n. 3, p. 861-870, 2013.
- FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paranaense de Medicina**, [s.i.], v. 23, n. 3, p.1-8, ago. 2009. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=588477&indexSearch=ID>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Fernanda Cristina; FARIA, Cleide Chagas da Cunha. O acesso aos serviços de saúde: uma análise na perspectiva do gênero. **Revista Perquirere**, Patos de Minas, v. 1, n. 13, p.135-147, jul. 2016. Disponível em: <<http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/1285502/O+acesso+aos++serviços+de+saúde+uma+análise+na+perspectiva+do+gênero.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- IBGE. Estimativas de população para o Brasil em 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- JARDIM, Isabel Cristina Sales Fontes; ANDRADE, Juliano de Almeida; QUEIROZ, Sonia Claudia do Nascimento de. Resíduos de agrotóxicos em alimentos: uma preocupação ambiental global – Um enfoque às maçãs. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 996-1012, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422009000400031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422009000400031>>.
- LARINI, Lourival. **Toxicologia dos inseticidas**. São Paulo: Sarvier, 1979.
- LARINI, Lourival. **Toxicologia dos praguicidas**. São Paulo: Manole, 1999. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520409428/pages/_7>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços A Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- MEDEIROS, Márcia Noelle Cavalcante; MEDEIROS, Marília Cavalcante; SILVA, Maria Beatriz Araújo. Intoxicação aguda por agrotóxicos anticolinesterásicos na cidade do Recife, Pernambuco, 2007-2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 509-518, set. 2014. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2018.

MENCK, Vanessa Fracaro; COSSELLA, Kathleen Grace; OLIVEIRA, Julicristie Machado de. Resíduos de agrotóxicos no leite humano e seus impactos na saúde materno-infantil: resultados de estudos brasileiros. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 1, p. 608-617, 2015.

MICHAUD, Dominique; BATCHELOR, Tracy. **Risk factors for brain tumors**. 2018. UP TO DATE. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/risk-factors-for-braintumors?search=agrot%C3%B3xicos&source=search_result&selectedTitle=6~150&usage_type=default&display_rank=6>. Acesso em: 25 jul. 2018.

OLIVEIRA, Noemi Pereira et al. Malformações congênitas em municípios de grande utilização de agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 19, n. 10, p. 4123-4130, out. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141910.08512014>>. Acesso em: 14. ago. 2018.

OLIVEIRA, José Aldemir de; NINA, Socorro de Fátima Moraes. Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia brasileira. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1162-1172, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401162&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000400004>>.

PREFEITURA DE VACARIA. Dados <<https://www.vacaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

ROCHA, Laureize Pereira et al. Cargas de trabalho e acidentes de trabalho em ambiente rural. **Texto contexto – enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 325-335, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200325&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 ago. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015000480014>>.

SACINELLI, PN. A exposição de crianças e adolescentes a agrotóxicos. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Org.). **É veneno ou é remédio?** agrotóxicos, saúde e ambiente [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 43-58. ISBN 85-7541-031-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SERRA, Letícia Silva et al. Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos. **Revista do Ceds: Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, [s.i.], v. 1, n. 4, p. 1-25, jan. 2016. Semestral. Disponível em: <www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>. Acesso em: 29 ago. 2018.

STRV. Sindicato dos Trabalhadores e Assalariados Rurais de Vacaria e Muitos Capões. Disponível em: <<http://www.strvacaria.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

VIERO, Cibelle Mello et al. Risk society: the use of pesticides and implications for the health of rural workers. **Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 99-105, jan. 2016. GN1 Genesis Network. Disponível em: <1414-8145.20160014>. Acesso em: 14 out. 2017.

Sobre as autoras e o autor

ALAIS BENEDETTI

Acadêmica de Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica CNPq, na Pesquisa “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais”, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

AMÉLIA COELHO RODRIGUES MACIEL

Graduada em Direito (2012) e Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Regional do Cariri (Urca), Mestra em Filosofia Política (2016) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutoranda em Direito na linha Teoria e Filosofia do Direito, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ANA MARIA PAIM CAMARDELO

Mestra (1997) e Doutora (2009) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente na Universidade de Caxias do Sul (UCS), nos cursos de graduação em Serviço Social e mestrado e doutorado em Direito Ambiental. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), da Universidade de Caxias do Sul, e compõe o Grupo de Pesquisa CNPq Cultura Política e Políticas Públicas e Sociais, atuando principalmente nas áreas de estudos de vulnerabilidade e risco social, assistência social, meio ambiente, políticas públicas e sociais, políticas públicas ambientais, resíduos sólidos e metodologia de pesquisa.

ANA OLIVEIRA ROVATI

Graduada em Comunicação Social (2010) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Master em Fotografia (2016) – *Dessarrollo de Proyectos* – pela Escuela Blank Paper de Madri. Tem experiência na área de Artes e Comunicação, com ênfase em Fotografia, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias de comunicação, impactos sociais, capitalismo contemporâneo, hiperconexão. Atua como fotógrafa.

CAMILA TOMAZZONI MARCARINI

Graduada em Licenciatura Plena em Letras (2010) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Educação (2017) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem experiência na área da Educação, com ênfase nos estudos sobre Ensino Superior, mulher na sociedade, neologia lexical e variação linguística.

CAROLINE FERRI

Mestra (2006) e Doutora (2012) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Direito. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: poder político, modelos e críticas da democracia, déficit democrático, participação política, teorias feministas do direito

DÉBORA NUNES PINTO

Acadêmica de Enfermagem. Bolsista de Iniciação na pesquisa “Uso de agrotóxicos e saúde dos agricultores: uma análise com base em indicadores epidemiológicos”, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

JANE CRUZ PRATES

Mestra (1995) e Doutora em Serviço Social (2003) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutora em Serviço Social (2016) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, desde 1995, no curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado e Doutorado). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS – PPGSS (Capes nota 6) e Editora da revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre) desde 2010. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Economia e Políticas Sociais (Nepes) da PUCRS e Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GETEMPP) (desde 2008), Pesquisadora Produtividade 1D do CNPq, membro do NDE do curso de Graduação em Serviço Social da PUCRS (desde 2006) e Membro do Conselho Universitário da Universidad Nacional de Córdoba/ Argentina – Área de Ciências Jurídicas e Sociais, desde 2014. Trabalha principalmente os temas: teoria e método marxiano; ensino, em especial Pós-Graduação; formação e trabalho do assistente social; teoria e metodologia de pesquisa; avaliação de políticas sociais, proteção social na América Latina; populações em situação de rua.

JOÃO IGNÁCIO PIRES LUCAS

Mestre (1996) e Doutor (2003) em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), ministrando as disciplinas de Sociologia Jurídica e Ciência Política no curso de Direito. Compõe o Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica e do Núcleo de Estudos de Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), ambos da Universidade de Caxias do Sul. É líder no Grupo de Pesquisa CNPq Cultura Política e Políticas Públicas e Sociais. Como pesquisador tem atuação interdisciplinar, em temas tais como: sociedade de risco, mundo do trabalho, democracia, partidos políticos, variação socio-linguística, gestão acadêmica, teoria política, cultura política e ideologia.

NATASHA MANDELA MARCHELLI RIBEIRO

Graduada em Direito (2013) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialista em Direito Administrativo (2016) pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Mestranda em Direito, na área de concentração Pensamento Jurídico e Relações Sociais, linha de pesquisa Direito da Cidade, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

NATHALIA ASSMANN GONÇALVES

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Direito, na área de concentração Pensamento Jurídico e Relações Sociais, linha de pesquisa Direito da Cidade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

NILVA LÚCIA RECH STEDILE

Pós-doutora ICICT/Fiocruz (2014). Doutora em Enfermagem (2002) pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Docente na área do Conhecimento de Ciências da Vida e do Mestrado Profissional em Engenharias e Ciências Ambientais da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), da Universidade de Caxias do Sul e do Grupo de Pesquisa CNPq Cultura Política e Políticas Públicas e Sociais. É pesquisadora nas áreas de: resíduos de serviços de saúde; saúde e meio ambiente; organização e gestão de políticas sociais públicas.

RAQUEL CRISTINA PEREIRA DUARTE

Mestra em Direito Ambiental (2015) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Docente no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul. Advogada e servidora pública, no município de Caxias do Sul. Atua principalmente nas seguintes áreas: direito do trabalho e processual do trabalho; direito tributário; direito ambiental; direitos humanos; direito das mulheres.

TATIANE RECH

Acadêmica de Enfermagem. Bolsista de Iniciação na pesquisa “Uso de agrotóxicos e saúde dos agricultores: uma análise com base em indicadores epidemiológicos”, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPPS), da Universidade de Caxias do Sul (UCS).



EDUCS